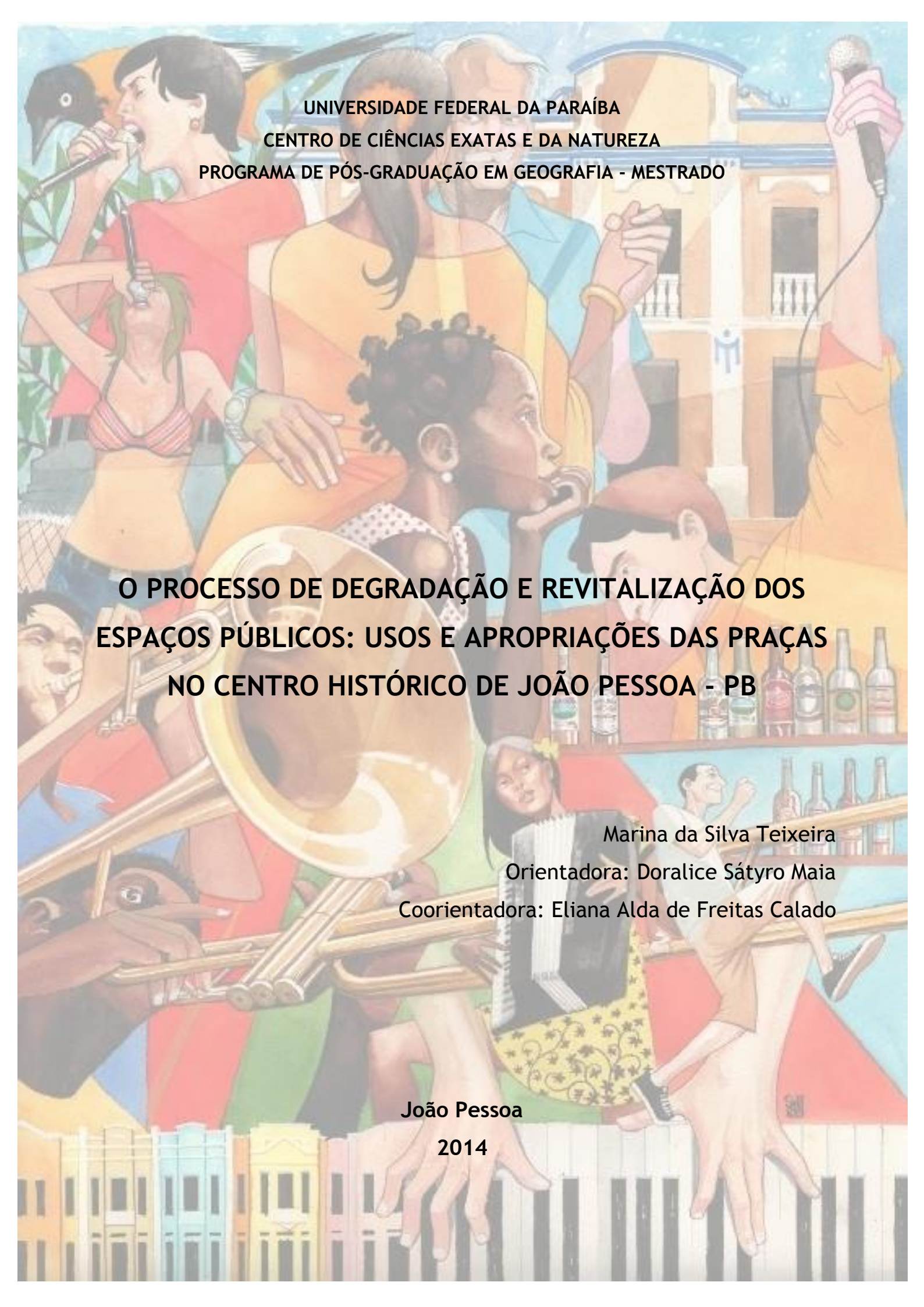




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

**O PROCESSO DE DEGRADAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS
ESPAÇOS PÚBLICOS: USOS E APROPRIAÇÕES DAS PRAÇAS
NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA - PB**

Marina da Silva Teixeira
Orientadora: Doralice Sátyro Maia
Coorientadora: Eliana Alda de Freitas Calado

João Pessoa

2014

Marina da Silva Teixeira

**O PROCESSO DE DEGRADAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS
ESPAÇOS PÚBLICOS: USOS E APROPRIAÇÕES DAS PRAÇAS NO
CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA - PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação de Doralice Sátyro Maia e coorientação de Eliana Alda de Freitas Calado.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

João Pessoa, Paraíba

Agosto de 2014

T266p Teixeira, Marina da Silva.

O processo de degradação e revitalização dos espaços públicos: usos e apropriações das praças no Centro Histórico de João Pessoa-PB / Marina da Silva Teixeira.-- João Pessoa, 2014.

130f. : il.

Orientadora: Doralice Sátyro Maia

Coorientadora: Eliana de Freitas Calado

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Geografia. 2. Espaços públicos - degradação - revitalização. 3. Centro histórico - João Pessoa-PB. 4. Praças - uso e apropriação.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

**“O Processo de Degradação e Revitalização dos Espaços Públicos: Usos e
Apropriações das Praças do
Centro Histórico de João Pessoa - PB”**

por

Marina da Silva Teixeira

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Profª Drª Doralice Satyro Maia

Orientadora



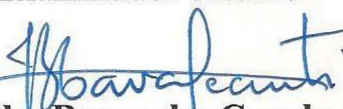
Proª Drª Eliana Alda de Freitas Calado

Co-orientadora



Prof. Dr. Oscar Alfredo Sebarzo Mino

Examinador externo



Profª Drª Jovanka Baracuh Cavalcanti Scocuglia

Examinadora interna

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2014

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional e por tornar possível esta empreitada de “estudar fora”. Aos meus pais que mesmo contrariados por terem a filha morando longe não pouparam esforços para que tudo ocorresse da melhor forma. Ao meu irmão Felipe pela força e pelos toques, sempre me lembrando de manter os pés no chão. À Flavinha por cuidar dele e por nos presentear com a Sophia, sobrinha linda que veio encher nosso mundo de alegria.

Ao Felipe Tucs pelo companheirismo e carinho, nas horas boas e nas horas difíceis...

Ao professor Oscar Sobarzo e à professora Jovanka Scocuglia pelas inúmeras contribuições em todas as etapas desta jornada, desde a publicação de suas respectivas pesquisas até o cuidado na leitura e indicações para a construção deste texto. Considero-me privilegiada por poder tê-los como interlocutores deste trabalho.

À professora Doralice por ter me acolhido desde a minha chegada à João Pessoa no Grupo de Estudos Urbanos e pelas valiosas orientações desde então. À Eliana pela coorientação tão importante e pela parceria nas leituras e discussões do livro “A Produção do Espaço”, nada fáceis, porém sempre instigantes... Aos demais professores e professoras que contribuíram e contribuem para minha formação humana, minha gratidão.

Aos companheiros e companheiras do Laboratório de Estudos Urbanos que também me acolheram muito bem desde a minha chegada em Jampa. Agradeço aos colegas de mestrado pelos bons momentos e aprendizados, principalmente à querida Wilma, parceirona de ideias e viagens.

Aquele abraço aos amigos geógrafos e às amigas geógrafas que me fazem ter certeza que Geografia é o amor e vai muito além das cadeiras da Universidade. São tantos e tão importantes que não dá pra listar sem ser injusta. Faço menção honrosa à Equipe, minhas parceiras e grandes amigas de Belo Horizonte, porque sem elas definitivamente não teria concluído a graduação – ou ela não teria tido tanta graça. Agradecimento especial à Camila pela força com os mapas. Agradecimento especial também à Akene pela amizade que foi peça fundamental nessa ideia de viver em João Pessoa e, de alguma forma, me presenteou ao me apresentar suas grandes amigas que hoje são muito queridas por mim. Aos demais amigos e amigas espalhados por aí, grata por nos cruzarmos no caminho!

À capoeira e aos/às camaradinhas por me ajudarem a manter o corpo são e a mente sã.

Ao fantástico artista Shiko que emprestou um de seus belos desenhos para ilustrar a capa deste trabalho. Um salve para ele e os demais artistas que colorem a cidade!

Finalmente, agradeço a você por ler – e quem sabe espalhar – essas palavras.

“No cangaço, no espaço,
Nas cidades, nos mocambos,
Onde quer que eu esteja, em qualquer lugar
Eu sambo
Pode brincar, pode se fantasiar
É de graça
Desce a ladeira, pode ser na praça”

“Eu Sambo”, Cabruêra

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar as transformações nos usos dos espaços públicos do centro histórico de João Pessoa, considerando relações de dominação e apropriação que ocorrem entre diferentes agentes que atuam nestes espaços. O principal foco são três praças: a Praça Vidal de Negreiros, conhecida como Ponto de Cem Réis, a Praça Anthenor Navarro e a Praça Rio Branco. Buscamos historicizar algumas intervenções promovidas pelo poder público ou por iniciativas privadas, destacando as modificações relativas a essas praças e seu entorno. Analisamos o conteúdo e a implementação do(s) projeto(s) de revitalização do centro histórico e seus rebatimentos nos usos dos espaços públicos, identificando algumas práticas espaciais de diferentes sujeitos e grupos sociais que cotidianamente fazem uso desses espaços. O trabalho está dividido em três partes. No primeiro capítulo, trazemos a discussão teórico-metodológica que embasa a pesquisa, explicitando a abordagem sobre a produção e reprodução do espaço urbano e as transformações nos espaços públicos em centros urbanos. Além disso, apresentamos as estratégias metodológicas e os objetos empíricos de análise: as praças que fazem parte do recorte metodológico deste estudo. No segundo capítulo, são abordados os conceitos de centro e centralidade para pensar o processo de definição do centro principal e do centro histórico de João Pessoa. Procuramos caracterizar o que reconhecemos como centro principal da cidade, destacando elementos de sua dinâmica e historicidade. Também buscamos compreender os sentidos da “degradação” e da “revitalização” do mesmo em relação à produção do espaço urbano. Para tanto, discutimos a recente valorização da memória e do patrimônio nos antigos núcleos urbanos, apontando experiências de “revitalização” em outros países e no Brasil. Por fim, abordamos a (re)invenção do centro histórico de João Pessoa a partir de projetos de revitalização que ocorreram da década de 1980 até os dias de hoje. No terceiro capítulo, refletimos sobre o “uso cultural” dos espaços públicos e algumas experiências vividas nesse recorte temporal no centro histórico de João Pessoa. Fazemos uma breve discussão sobre a construção do conceito de cultura nas ciências sociais e como chegamos às noções de indústria cultural e cultura de massa. Relacionamos essa discussão com os processos de espetacularização e *gentrification* nos centros urbanos, especialmente no que diz respeito à transformação de lugares em mercadoria. Com a contribuição de Henri Lefebvre, abordamos dialeticamente os “espaços de lazer” e as festas. A partir de situações vivenciadas em campo, realização de entrevistas e pesquisa documental, tratamos do projeto “Sabadinho Bom” e “Beco Cultural” que ocorrem na Praça Rio Branco. Finalmente, discutimos a realização de eventos nos demais espaços do centro histórico, como as festas e a proposta do “Circuito Cultural”.

Palavras-chave: espaço público; centro histórico; praças; uso e apropriação.

ABSTRACT

This research analyzes the transformations of the public spaces located on the historic center of João Pessoa through its uses, considering the relations of domination and appropriation that occur between the agents that act in those places. The focus is on three squares: Praça Vidal de Negreiros, also known as Ponto de Cem Réis, Praça Anthenor Navarro and Praça Rio Branco. We make a historical approach of some interventions promoted by the government and private initiatives, lighting the changes that took place on those squares and surroundings. The content and the implementation of the projects of revitalization are analyzed, identifying the impacts that they caused on the uses of those public spaces, observing some spatial practices of different people and groups in the everyday life. This work is divided in three pieces. In the first chapter is the theoretical and methodological discussion that underlies the research, bringing the approach of production and reproduction of urban space to think the transformations of public spaces located on urban centers. Besides, we present the methodological strategies and the empirical objects of analysis: the squares we chose to be the focus of this work. In the second chapter, the concepts of center and centrality are brought to clarify the process that defined the principal center and the historic center of João Pessoa. We tried to characterize the principal center of the city, highlighting its dynamic and history. We also tried to understand the significations of its “degradation” and “revitalization” among the production of urban space. Therefore, experiences of “revitalization” that took place in other countries and Brazilian cities are discussed, showing the recent valorization of memory and heritage of old urban areas. Finally, we recognize the (re)invention of the historic center of João Pessoa because of the projects of revitalization that occurred from the 1980’s until nowadays. In the third chapter, we reflect on the “cultural use” of public spaces and some experiences observed on the center of João Pessoa. We make a brief discussion on the construction of the concept of culture in the social sciences and how we got to the notions of culture industry and mass culture. We relate this discussion to the notions of spectacle and gentrification in urban centers, especially regarding the merchandise of places. With the contribution of Henri Lefebvre, we make a dialectical approach of the “leisure spaces” and parties. From situations experienced in field, interviews and documentary research, we analyze the project “Sabadinho Bom” (“Good Saturday”) and “Beco cultural” (“Cultural Alley”), two cultural projects that are taking place in Praça Rio Branco. Finally, we discuss the realization of events in other areas of the historic center, as parties and the project called “Circuito Cultural” (“Cultural Tour”).

Key-words: public space; historic center; squares; use and appropriation.

LISTA DE SIGLAS

AECI - Agencia Espanhola de Cooperação Internacional
APR - Área de Preservação Rigorosa
APE - Área de Preservação do Entorno
ACEHRVO - Associação Centro Histórico Vivo
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH - Banco Nacional de Habitação
CPDCH - Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CONPEC - Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais
DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FUNAPE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão da UFPB
FUNJOPE - Fundação de Cultura de João Pessoa
FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGP - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba
PRI - Perímetro de Reabilitação Integrada
PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico
PRSH - Programa de Revitalização de Sítios Históricos
SECULT-PB - Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba
SEDURB - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das praças estudadas no município de João Pessoa – PB -----	26
Mapa 2: Centro Principal de João Pessoa -----	37
Mapa 3: Localização da Praça Anthenor Navarro no centro histórico de João Pessoa – PB -----	52
Mapa 4: Perímetro de tombamento do centro histórico de João Pessoa pelo IPHAEP ---	56
Mapa 5: Eixos Direcionais da Estrutura Urbana do centro histórico de João Pessoa -----	57
Mapa 6: Perímetro de tombamento do centro histórico de João Pessoa pelo IPHAN ----	58
Mapa 7: Localização das praças Rio Branco e Vidal de Negreiros no centro histórico de João Pessoa – PB -----	60
Mapa 8: Usos do entorno da Praça Barão do Rio Branco no centro histórico de João Pessoa – PB -----	81
Mapa 9: Usos do entorno da Praça Anthenor Navarro no centro histórico de João Pessoa – PB -----	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: (A) Praça Anthenor Navarro com posto de gasolina, década de 1990. (B) Vista da Praça Anthenor Navarro com a recuperação da praça e os casarios reformados. -----	27
Figura 2: (A) Praça Rio Branco antes da reforma, servindo de estacionamento. (B) Praça Rio Branco depois da reforma. -----	28
Figura 3: (A) Ponto de Cem Réis com o Viaduto Damásio Franca à direita, década de 1980. (B) Atual configuração do Ponto de Cem Réis com vista para o Paraíba Palace Hotel. -----	29
Figura 4: Hotel Globo antes e depois do restauro. -----	50
Figura 5: Praça Anthenor Navarro e casario do entorno. -----	51
Figura 6: (A) Praça Anthenor Navarro. (B) Largo São Frei Pedro Gonçalves. -----	53
Figura 7: (A) Igreja Rosário dos Pretos em 1920. (B) Praça Vidal de Negreiros, com	

vista para o relógio, trilha dos bondes e carros de aluguel estacionados. -----	61
Figura 8: (A) Configuração da Praça Vidal de Negreiros na década de 1970 com o Viaduto Damásio Franca. (B) Vista da praça a partir do Paraíba Palace Hotel em direção à Rua Duque de Caxias, após a reforma de 2009. -----	63
Figura 9: Esquema de uso e ocupação da Praça Vidal de Negreiros. -----	64
Figura 10: Vista do Ponto de Cem Réis para o Paraíba Palace Shopping, antigo edifício do IPASE e edifício Regis respectivamente. -----	65
Figura 11: Reprodução de estampa holandesa, gravada em 1635. -----	66
Figura 12: (A) Antigo Largo do Erário em 1910, com vista para a Cadeia Velha, na época Paço Municipal. (B) Praça Rio Branco em 1948, após reestruturação. -----	67
Figura 13: (A) Praça Rio Branco sendo utilizada como estacionamento. (B) Usos de comércio e serviço nas antigas edificações. -----	67
Figura 14: Visão do palco e do público do projeto “Sabadinho Bom”. -----	83
Figura 15: Ambulantes ocupando a rua em frente a antiga sede do Departamento da Polícia e o Tribunal de Contas da União, respectivamente. -----	84
Figura 16: (A) Vendedor de chapéus. (B) Visão da Rua Duque de Caxias para a praça, com as tendas de artesanato ao centro. -----	84
Figura 17: (A) Portal do “Corredor Cultural” na entrada do “Beco”. (B) Palco com apresentação de um grupo de ciranda. -----	86
Figura 18: (A) Buraco no asfalto da Rua Braz Floriano tapado provisoriamente. (B) Grafite estampado no muro em frente à Cachaçaria Philipéia. -----	89
Figura 19: Bar e lanchonete e Cachaçaria Philipéia respectivamente. -----	91
Figura 20: Mapa de divulgação do percurso do Bloco “Vai Tomar no Centro” no carnaval de 2013. -----	100
Figura 21: Divulgação do trajeto do projeto “Domingo É Dia”. -----	101
Figura 22: Apresentações musicais no palco armado na Praça Anthenor Navarro durante o “Circuito Cultural”. -----	102
Figura 23: Mapa com a localização dos “pontos culturais” que fazem parte do “Circuito Cultural” do centro histórico de João Pessoa. -----	103

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS -----	12
CAPÍTULO 1	
CONSTRUINDO A PESQUISA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS -----	16
1.1 PENSANDO OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS: ENTRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO, A PRODUÇÃO DE LUGARES NA CIDADE CONTEMPORÂNEA -----	17
1.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA -----	20
1.3 AS PRAÇAS DO CENTRO HISTÓRICO: APRESENTANDO O RECORTE ESPACIAL ----	24
CAPÍTULO 2	
ENTRE DEGRADAÇÃO E REVITALIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA -----	30
2.1 (RE)PENSANDO O CENTRO E A CENTRALIDADE: A IMPORTÂNCIA CONCRETA E SIMBÓLICA DO CENTRO PRINCIPAL -----	31
2.2 A VALORIZAÇÃO DO PASSADO NA CONSTRUÇÃO DO PRESENTE: A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS HISTÓRICOS -----	39
2.3 PROJETOS E AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA -----	47
CAPÍTULO 3	
ENTRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO: O USO CULTURAL DAS PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO -----	71
3.1 A CULTURA E AS PROPOSTAS DE REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS: DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS -----	72
3.2 A PRAÇA RIO BRANCO REVITALIZADA E A EXPERIÊNCIA DO PROJETO “SABADINHO BOM” E “BECO CULTURAL”: NOVOS USOS, NOVOS DESAFIOS -----	79
3.3 A REALIZAÇÃO DAS FESTAS NO CENTRO HISTÓRICO E A PROPOSTA DO “CIRCUITO CULTURAL” -----	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	108
REFERÊNCIAS -----	112
APÊNDICE -----	118
ANEXO -----	130

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Qual a importância de pesquisar o espaço público na atualidade? Existem os que acreditam que o espaço público, tal como foi pensado pelo ideal moderno de vida urbana, está “morto” ou está “com os dias contados”. Aquele espaço público – enquanto lugar privilegiado para o encontro impessoal e harmonioso de diferentes grupos e sujeitos, lugar de plena realização da vida política, de garantia da livre circulação e reunião das pessoas, asseguradas pelas regras sociais bem aplicadas e respeitadas – tem se tornado cada vez mais referência a uma ideia abstrata, quase romântica, sem correspondência com a realidade prática nas cidades contemporâneas. Esse argumento se respalda pela generalização de situações como as ruas sendo tomadas pelos automóveis e as atividades de encontro e lazer se restringindo cada vez mais a espaços privados como *shoppings*, clubes, restaurantes, casas de show, etc.

Isso não significa dizer que o espaço público perdeu sua importância, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Aliás, podemos pensar que é neste contexto de profundas transformações dos espaços públicos que se afirma a necessidade de compreendê-los. Torna-se cada vez mais frequente nas cidades contemporâneas encontrar espaços públicos utilizados de maneira privada ou geridos por iniciativas privadas, ao passo que também são comuns espaços privados de uso coletivo. Isso significa que as esferas pública e privada se confundem na contemporaneidade e este embate envolve diretamente a reflexão sobre a cidade e o urbano, forma e conteúdo do espaço. No entanto, Angelo Serpa (2004) chama atenção para a relativa escassez de estudos geográficos que se ocuparam do tema, bastante recorrente em outros campos como filosofia, sociologia, engenharia urbana, arquitetura e urbanismo, ainda que isso venha se modificando recentemente.

É preciso ressaltar que essas transformações não se dão de maneira linear e homogênea em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo, não sem conflitos e resistências. Atualmente tem ganhado destaque vários movimentos de ocupação do espaço público, com intenções diversas e em diferentes cidades, mas que tem em comum a afirmação de uma apropriação coletiva do espaço urbano. Por isso a necessidade e o surgimento de pesquisas que consideram em suas análises diferentes escalas e contextos, que façam relações entre o que é singular, particular e geral, entre o local e o global, e explicitem os conteúdos desses movimentos.

A proposta desta pesquisa é lançar um olhar sobre as praças do centro histórico de João Pessoa, capital da Paraíba, e buscar compreender as transformações que vêm ocorrendo nesses espaços públicos. Entendemos que a leitura e a escrita sobre a vida em um lugar da

cidade, destacando as intervenções por parte do poder público, de iniciativas privadas e os usos cotidianos presentes no espaço, podem revelar contradições que permitem enxergar imposições e principalmente apontar possíveis resistências a tendências tidas como globais. Além de investigar e registrar as relações entre as formas e os conteúdos dessas intervenções e desses usos, trata-se de compreender processos mais amplos, que envolvem a cidade como um todo e que estão interligados: a definição de novas centralidades transformando o “papel” do centro histórico; o processo de apropriação privada da terra e valorização imobiliária, interferindo no processo de degradação/valorização do centro histórico; o processo de segregação sócio-espacial¹, que aprofunda as desigualdades e acentua a violência e o medo; a tendência à homogeneização das práticas no espaço pelo consumo; as resistências e apropriações que acontecem no cotidiano e que muitas vezes vão de encontro às formas hegemônicas de utilização do espaço.

O centro histórico de João Pessoa, oficialmente delimitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico em nível nacional e estadual (IPHAN e IPHAEP), abrange o núcleo original da cidade e, portanto, representa grande parte da história da mesma através de sua arquitetura, dos seus monumentos e da memória de seus habitantes, revelando o que permaneceu e o que se transformou no espaço ao longo do tempo. As redefinições do espaço, que se acentuam na contemporaneidade, resultam da atribuição de novas funções e novos sentidos ao espaço urbano e com isso há permanências e mudanças, perdas e avanços. De qualquer maneira, ainda que seu papel venha sendo redefinido, o centro histórico continua sendo importante concreta e simbolicamente para a cidade e seus cidadãos.

É possível perceber a persistência de um forte caráter comercial que dita a dinâmica predominante do centro e faz com que haja ali aparentemente bastante “vida” durante o dia e um “vazio” de noite, característica esta destacada em outras cidades brasileiras por autores que analisaram a formação das áreas centrais desde meados do século XX. A funcionalidade do centro está relacionada às presenças e ausências das pessoas, o que nos leva a pensar que as práticas se resumam cada vez mais ao consumo nesse/desse espaço. Por sua vez, isto reflete nas representações dos sujeitos sobre o centro: para muitos, durante a noite, andar por ali não

¹Ainda que o novo acordo ortográfico da língua portuguesa defina a grafia correta como “socioespacial”, não há consenso entre os autores. Alguns preferem manter a separação por hífen e grafar “sócio-espacial”, entendendo que assim se mantém a noção de composição entre os termos “social” e “espacial”. Neste caso, optamos pela grafia separada por hífen por entender que a segregação é um processo ao mesmo tempo social e espacial. Sobre a possibilidade e implicações desta dupla grafia, ver CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (Orgs.) (2011, pp. 17-18).

tem sentido, o lugar é considerado perigoso, “esquisito”². Porém, a aparente predominância da função comercial, diurna, marcada pelo tempo do trabalho e circulação de mercadorias, não significa que não existam outras atividades e práticas que acontecem nos lugares, nos diferentes tempos do cotidiano.

Esta redefinição em movimento faz surgir diferentes demandas que precisam ser pensadas: a degradação do patrimônio edificado, o projeto de “revitalização” e conservação desse patrimônio, o estímulo ao turismo, ao lazer e às atividades culturais. Propostas e ações que em grande medida atingem os espaços públicos e articulam ou confrontam diversos agentes e escalas: o poder público, iniciativas privadas, grupos e sujeitos com diferentes interesses, muitas vezes contraditórios. O intuito é ir de encontro a eles e, através de uma análise que busque ir além do que é aparente, perceber como estas mudanças atingem a vida dos sujeitos que efetivamente, cotidianamente, fazem uso dos espaços públicos que se localizam no centro histórico de João Pessoa.

No decorrer da pesquisa, optamos por um recorte metodológico de estudo de algumas praças e o critério considerado foi a característica em comum entre elas: o fato de terem passado por reformas recentes em suas estruturas e, ao mesmo tempo, serem espaços significativos de reunião e encontro de pessoas e grupos diversos. O objetivo geral desta pesquisa é então analisar as transformações nos usos dos espaços públicos do centro histórico de João Pessoa, considerando as relações de dominação e apropriação entre diferentes agentes que atuam nestes espaços, tendo como foco a Praça Vidal de Negreiros, conhecida como Ponto de Cem Réis, a Praça Anthenor Navarro e a Praça Rio Branco. Para tanto, buscamos historicizar algumas intervenções no centro histórico promovidas pelo poder público ou por iniciativas privadas, destacando as modificações relativas a essas praças e seu entorno. Procuramos analisar o conteúdo e a implementação do(s) projeto(s) de revitalização do centro histórico e seus rebatimentos nos usos dos espaços públicos, identificando algumas práticas espaciais de diferentes sujeitos e grupos sociais que cotidianamente fazem uso desses espaços.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, trazemos a discussão teórico-metodológica que embasa a pesquisa, explicitando a abordagem sobre a produção e reprodução do espaço urbano e as transformações nos espaços públicos em centros urbanos. Além disso, apresentamos as estratégias metodológicas e os objetos empíricos de análise: as praças que fazem parte do recorte metodológico deste estudo.

² O termo “esquisito” é frequentemente utilizado pelos pessoenses para se remeter a lugares vazios, escuros e, portanto, considerados perigosos.

No segundo capítulo, são abordados os conceitos de centro e centralidade para pensar o processo de definição do centro principal e do centro histórico de João Pessoa. Procuramos caracterizar o que reconhecemos como centro principal da cidade, destacando elementos de sua dinâmica e historicidade. Além disso, buscamos compreender os sentidos da “degradação” e da “revitalização” do mesmo em relação à produção do espaço urbano. Trazemos a discussão sobre a recente valorização da memória e do patrimônio nos antigos núcleos urbanos, apontando experiências de “revitalização” em outros países e no Brasil. Por fim, discutimos a (re)invenção do centro histórico de João Pessoa a partir de projetos de revitalização que ocorreram da década de 1980 até os dias de hoje. Focamos principalmente as intervenções realizadas nas praças que fazem parte do recorte deste estudo.

No terceiro capítulo, refletimos sobre o “uso cultural” dos espaços públicos e algumas experiências vividas nesse recorte temporal no centro histórico de João Pessoa. Fazemos uma breve discussão sobre a construção do conceito de cultura nas ciências sociais e como chegamos às noções de indústria cultural e cultura de massa. Relacionamos essa discussão com os processos de espetacularização e *gentrification*³ nos centros urbanos, especialmente no que diz respeito à transformação de lugares em mercadoria. Com a contribuição de Henri Lefebvre (2012), abordamos dialeticamente os “espaços de lazer” e as festas. A partir de situações vivenciadas em campo, realização de entrevistas e pesquisa documental, tratamos do projeto “Sabadinho Bom” e “Beco Cultural” que ocorrem na Praça Rio Branco. Finalmente, discutimos a realização de eventos nos demais espaços do centro histórico e a proposta do “Circuito Cultural”.

³ A expressão *gentrification* começou a ser utilizada na década de 1960 nos Estados Unidos associada ao modelo de intervenção urbana que visava à reabilitação residencial de áreas centrais. Autores como David Harvey, Mike Featherstone, Sharon Zukin e Neil Smith analisaram e criticaram esse processo cujo resultado era a expulsão de pobres, negros e latinos de áreas centrais que, após intervenções do poder público e investimentos privados, se tornam atrativas para as elites. Apesar de ser cada vez mais recorrente na literatura acadêmica e nos discursos, a tradução “gentrificação” para o termo *gentrification* ainda é controversa, assim como a utilização do termo “enobrecimento” (LEITE, 2002, p. 131), por isso muitos autores preferem manter o termo original em inglês e fizemos essa opção ao longo do texto.

CAPÍTULO 1

CONSTRUINDO A PESQUISA:

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O

ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS

1.1 PENSANDO OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS: ENTRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO, A PRODUÇÃO DE LUGARES NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Os pensamentos de Henri Lefebvre e de alguns autores brasileiros contemporâneos que dialogam com a sua perspectiva teórica (SEABRA, 1988; CARLOS, 2001; DAMIANI, 2001; SOBARZO, 2006; GOMES, 2010) trazem a proposta de compreender o espaço urbano a partir de sua produção e reprodução. Isso significa que ao se pensar a cidade é necessário levar em conta nas análises as dimensões econômicas e políticas que determinam suas estruturas e formas, mas também a dimensão da vida dos sujeitos que produzem socialmente o espaço, buscando revelar as relações contraditórias entre os agentes e as escalas que constituem a complexa realidade urbana.

É possível constatar que as cidades contemporâneas no geral, desde as metrópoles às médias e pequenas cidades, estão cada vez mais permeadas por tendências consideradas globais relacionadas à reprodução ampliada do capital. A disputa entre indivíduos e grupos por territórios da cidade é acirrada de acordo com a lógica da propriedade privada e sobreposição do valor de uso pelo valor de troca do solo urbano, resultando na crescente privatização dos espaços, inclusive aqueles de caráter público, como as ruas e as praças. Estas disputas se realizam pautadas pela desigualdade entre sujeitos e classes sociais e revelam contradições representadas por fragmentações e segregações, ou seja, nem tudo e nem todos estão sempre conectados e integrados aos processos mais amplos de produção da cidade: há também isolamentos, limitações e exclusões. Em outras palavras, nem todos podem decidir ou participar igualmente das decisões sobre os rumos da cidade onde vivem, mesmo fazendo parte de um sistema político dito democrático. De acordo com Odette Seabra (1988),

o valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso, o que quer dizer que para usar, usufruir de determinados atributos do lugar é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca. Por isso os processos de valorização do espaço passam, necessariamente, pela mercantilização do próprio espaço, concretamente pela mercantilização de lugares (SEABRA, 1988, p. 101).

Como escreve a autora Ana Fani Carlos (2001), em nossas pesquisas devem ser consideradas as variadas escalas que se sobrepõem ao olharmos para um lugar da cidade, seus movimentos e contradições, porém não no sentido de apenas constatar tendências inexoráveis. É necessário ter a intenção de enxergar as possibilidades práticas de transformação e superação de determinações impostas pela reprodução da sociedade capitalista contemporânea, considerando as continuidades e as descontinuidades, as permanências e as

rupturas muitas vezes implícitas neste processo. É preciso demonstrar nos estudos urbanos as condições em que as pessoas, em seu cotidiano, ao se relacionarem e realizarem suas vidas, efetivamente fazem uso e se apropriam do espaço, atribuindo sentidos e significados a ele que não necessariamente estão previstos e impostos.

Oscar Sobarzo (2004) incorpora em seus estudos sobre os espaços públicos a proposta de Ana Fani Carlos (2001) – por sua vez baseada na teoria de Lefebvre (2012) – de analisar os três níveis que compõem a produção do espaço: dominação política, acumulação de capital e esfera da realização da vida humana.

A **dominação política** remete-nos ao papel do poder político e das elites na produção do espaço público; a **acumulação de capital** à implementação de espaços públicos que contribuem à valorização de áreas e à apropriação privada dessa valorização, e ao surgimento de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, *shopping centers* - que aumentam a reprodução e a circulação do capital e questionam a relação público↔privado; e, finalmente, a **esfera da realização da vida humana** materializa-se nos espaços públicos que possibilitam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação, etc. (SOBARZO, 2004, p. 23, grifos do autor).

Os três níveis de análise, apesar de indicarem uma “separação” na interpretação da realidade, devem ser pensados em suas articulações e a partir de outros conceitos: prática espacial, representações do espaço e espaços de representação (LEFEBVRE, 2012).

A prática espacial de uma sociedade produz o espaço daquela sociedade e pressupõe uma interação dialética entre dominação e apropriação, ou seja, a prática espacial permite entender a sociedade por meio da leitura do seu espaço. As representações do espaço correspondem ao espaço conceituado de cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas; representam um espaço abstrato, que tenta se impor como dominante e verdadeiro. No outro oposto, podemos pensar nos espaços de representação que se referem ao espaço como diretamente vivido, associado a imagens e símbolos; o espaço dos usuários e habitantes; o espaço das atividades cotidianas, concreto e subjetivo (SOBARZO, 2004, p. 24).

Em outras palavras: a prática espacial remete aos três níveis; as representações do espaço estão diretamente relacionadas à dominação política e econômica; os espaços de representação estão relacionados à apropriação pelo uso. Porém, é necessário frisar que os três níveis de análise e a tríade de conceitos estão dialeticamente relacionados e se interpenetram (SOBARZO, 2004, p. 25), podendo ser pensados pelo par dominação/apropriação. Segundo Sobarzo (2004), essa proposta permite uma análise dos espaços públicos que vai além dos objetos em si (a rua, a praça) e possibilita uma análise na dimensão da cidade em seu conjunto, evitando transposições de outras realidades urbanas, pois se considera as particularidades na sua relação com processos globais, nacionais ou regionais (SOBARZO,

2004, p. 24). Isso não impede que se façam recortes metodológicos para concretização da pesquisa, como a escolha de um bairro ou de algumas ruas e praças, por exemplo.

A análise do lugar a partir do cotidiano nos permite verificar repetições e tendências, e ao mesmo tempo enxergar as diferenças (particularidades em relação à totalidade – o espaço produzido). O conceito de lugar é aqui entendido como local que é apropriado, carregado de subjetividade e identidade, relação construída no cotidiano da prática espacial (SOBARZO, 2004, pp. 146-147). Ainda, segundo Rogerio Leite (2005, p. 79), “podemos entender os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos diferentes usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente”. O estudo das praças em particular, enquanto possíveis lugares recortados do “todo” que é o bairro ou a própria cidade, pode revelar elementos que estão relacionados ao processo de produção do espaço da cidade, ao passo que pode trazer a tona o inesperado, o singular. Como afirma Amélia Damiani (2001, p. 164), “a realidade ordinária, cotidiana, que nasce no lugar e o constitui, feita de fatos e situações, que mantém a vida, pode e é o que torna a cotidianidade um tema a se examinar, compreendendo ‘o extraordinário no ordinário’, o ‘sentido do insignificante’”.

O cotidiano, entendido “como conjunto de atividades e relações, [que] efetua-se num espaço e num tempo sociais” (DAMIANI, 2001 p.168), coloca-se como um nível importante de análise, já que a reprodução ampliada do capital atinge praticamente todas as esferas da vida social e não somente dimensões como o trabalho e a produção de mercadorias, mas também o lazer, a vida familiar, a participação política, as instituições.

Falar da vida cotidiana é falar dos gêneros de vida no mundo de hoje. Pensar a vida cotidiana no lugar é pensar que o mundo está no lugar e o lugar no mundo, com todas as mediações necessárias – o Estado sendo a principal. A crítica da vida cotidiana engloba o que está pretensamente acima dela: as esferas políticas. Esferas políticas e prática social são um par dialético (DAMIANI, 2001, p. 168).

Estudar os espaços públicos como as praças, por exemplo, justifica-se por se tratarem de espaços “essencialmente” públicos, que supostamente possibilitam o encontro da diversidade, de identidades e de classes sociais. Mesmo diante da tendência à homogeneização e da especialização das práticas nos espaços urbanos, através da transferência do privado para o público, os espaços públicos ainda comportam uma diversidade de usos e podem revelar a possibilidade de apropriação, enquanto capacidade dos seres humanos de atribuírem sentidos e significados ao espaço que não se limitam somente à lógica da mercadoria. Isso não significa adotar uma visão romântica ou saudosista, afinal,

consideramos que as esferas pública e privada estão presentes no espaço de maneira contraditória. Pensar o espaço público na contemporaneidade implica refletir sobre questões como os limites da acessibilidade e do exercício da cidadania em nossa sociedade pautada na desigualdade; implica pensar no “direito à cidade”, nos termos de Lefebvre (1991).

Paulo César Gomes (2010, p. 172) reforça a contribuição de uma abordagem geográfica na análise do espaço público na contemporaneidade, que não deve se limitar a sua configuração física, mas também precisa levar em conta as práticas e as dinâmicas sociais. Para o autor, a noção de território é fundamental para aprofundar este debate sobre a dimensão política do espaço público. Para ele, “pactos político-sociais constituem sempre, em qualquer nível que se considere, local, regional ou global, reestruturações no arranjo espacial daquela sociedade, e o conceito geográfico que incorpora essa reflexão é o conceito de território” (GOMES, 2010, p. 139). Em seus estudos sobre o Rio de Janeiro, o autor aponta um “recoo da cidadania” que corresponde a um “recoo do espaço público”, diante da “redefinição nos quadros da vida social contemporânea que vem, gradativamente, modificando o estatuto das práticas sociais e espaciais de forma geral no mundo contemporâneo” (GOMES, 2010, p. 175). No entanto, não se deve transpor esta constatação para outras “realidades” sem maiores cuidados. Como dito anteriormente, é necessário reconhecer como as tendências e as contradições se realizam na escala local.

Portanto, na perspectiva teórica que adotamos neste trabalho, torna-se fundamental pensar o espaço público a partir de suas múltiplas dimensões, atentando para as relações de dominação e apropriação que se dão cotidianamente, utilizando as noções como a de lugar e de território. Entendemos que esses conceitos nos dão subsídio para compreender o processo de (re)produção da cidade de João Pessoa, partindo do espaço do centro histórico, destacando algumas praças que lá se encontram. A proposta teórica de Lefebvre (2012) de pensar dialeticamente os espaços de representação e as representações do espaço a partir das práticas espaciais nos coloca o desafio de compreender a relação entre a cidade pensada, planejada, gerida e dominada e a cidade apropriada, vivida, desejada e, muitas vezes, negada.

1.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Como revelar as práticas cotidianas dos habitantes do espaço, que vão da dominação à apropriação? Este desafio implica pensar em estudos que não se limitem ao plano teórico e que não sejam puramente empíricos, mas que busquem apreender os processos em seu

movimento, procurando relacionar a teoria e a prática; trata-se de colocar-se diante da complexidade da realidade urbana sem desejar simplificá-la. Ao contrário, questionar o que supostamente parece simples, natural ou sem significado para assim enxergar a possibilidade de transformar a realidade, de romper com as determinações. Esta proposta pressupõe a postura crítica diante da produção do conhecimento, pautada na reflexão sobre a práxis do pesquisador enquanto sujeito social, também susceptível e permeado por ideologias e interesses, imerso na realidade que se propõe desvendar. É preciso pensar em estratégias de realizar estudos com essa orientação, levando em consideração o predomínio de métodos científicos baseados em uma concepção positivista e disciplinar.

Cabe refletir sobre a elaboração de Michel de Certeau (1998) a respeito das práticas espaciais e os usos que são atribuídos ao espaço, relacionados aos diferentes interesses e desejos dos sujeitos sociais e ao embate de suas forças: as “estratégias” – que seriam as ações “calculadas” de uma “empresa, um exército, uma instituição científica” (CERTEAU, 1998, p. 99) – e as “táticas” – que seriam a “arte do fraco” (CERTEAU, 1998, p. 101), ou seja, as ações dos indivíduos ou de grupos destituídos de poder. Nas palavras do autor:

Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, artes de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos (CERTEAU, 1998, p. 103-104).

Michel de Certeau (1998) revela em seu pensamento a riqueza que a leitura dessas práticas cotidianas (as diferentes “maneiras de fazer” dos habitantes da cidade, suas táticas em confronto com as estratégias) pode trazer para o saber sobre o espaço, provocando a produção científica que as desconsidera.

Quando se trata de uma pesquisa qualitativa, apesar de não se excluir a importância de embasar quantitativamente eventuais argumentos e análises, as inserções no campo e as reflexões teóricas acontecem de maneira articulada, sem uma separação rígida desses momentos. Os trabalhos de campo fazem parte de toda a construção da pesquisa, ainda que seja preciso reconhecer e delimitar diferentes intencionalidades nessas incursões ao longo do processo.

Como expressa Alves-Nazzotti (1999, p. 163), as pesquisas qualitativas normalmente são “multimetodológicas”, ou seja, se utilizam de diversos procedimentos e instrumentos de coleta de dados. As principais estratégias metodológicas utilizadas neste estudo são a pesquisa documental, a observação em campo e a realização de entrevistas. Por entender que o espaço

é produzido de forma concreta e abstrata ao longo do tempo pela sociedade, parte-se da premissa de que conhecer o passado do lugar é primordial na busca por entender e questionar o presente, assim como para pensar o futuro. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental nos acervos da Biblioteca da Superintendência do IPHAN na Paraíba e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), assim como o acervo do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU - Departamento de Geociências/UFPB) e sítios da internet, destacando produções acadêmicas, jornalísticas e artísticas que tem como foco as transformações do espaço que corresponde ao centro histórico de João Pessoa. Desta análise documental foram apontados elementos relacionados às intervenções, por parte de diferentes agentes sociais, que condicionaram, interferiram ou modificaram direta e/ou indiretamente este espaço, particularmente no que diz respeito aos usos das praças. Partimos do entendimento amplo do conceito de documento, impulsionado pela discussão da Escola de Annales e que desencadeou uma importante mudança na teoria e método da história, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Segundo esta concepção, o documento pode ser entendido como desde aquele “convencional”, ou seja, um registro oficial em texto escrito, até relatórios, obras literárias ou registros iconográficos e cinematográficos.

O tratamento e a análise de conteúdo desses documentos, em especial dos projetos de revitalização do centro histórico e de projetos voltados para a utilização dos espaços públicos, buscam compreender a dimensão das representações do espaço (LEFEBVRE, 2012). De acordo com Roque Moraes (1999), a análise de conteúdo consiste na leitura e interpretação de diversos tipos de documentos a fim de extrair dos mesmos significados e mensagens que vão além de uma leitura “comum”. A partir deste procedimento é possível reconhecer e definir categorias e temas importantes que os documentos contêm para se interpretar e analisar de maneira aprofundada.

Para apreender a dimensão dos espaços de representação (LEFEBVRE, 2012), foram realizadas derivas (técnica de pesquisa relacionada aos procedimentos situacionistas) que contemplaram os diferentes tempos do cotidiano, levando em conta aspectos como o dia e a noite, os diferentes dias da semana e períodos do ano, a fim de reconhecer a amplitude dos espaços e dos sujeitos focados na pesquisa. Os Situacionistas⁴ falavam de uma possibilidade da experiência na cidade como uma maneira de percebê-la, vivê-la, participar ativamente dela

⁴ A Internacional Situacionista, fundada por Guy-Ernest Debord (1931-1994), trouxe uma contribuição teórica e metodológica interessante para os estudos de campo na cidade. Entre 1957 e 1972, a organização produziu uma série de artigos e intervenções que propunham maneiras revolucionárias de conhecer e viver a cidade, além de conter uma crítica ao urbanismo funcionalista.

e assim transformá-la. Paola Jacques (2003) afirma que havia uma base teórica na crítica urbana situacionista, especialmente no que se refere à proposta de observação e experiência na cidade. Havia uma relação das ideias situacionistas com a questão do cotidiano, abordada por Lefebvre⁵. “Este [o cotidiano] seria a fronteira onde nasceria a alienação, mas onde também poderia crescer a participação; assim como o lazer seria o tempo livre para o prazer e não para a alienação, o lazer poderia passar a ser ativo e criativo através da participação popular” (JACQUES, 2003, p. 21-22).

A proposta aqui não é realizar um estudo situacionista e sim reconhecer as contribuições e os limites que esta elaboração pode trazer para a pesquisa geográfica, particularmente para a inserção e observação do pesquisador em campo. O geógrafo não precisa ser somente aquele que identifica e mapeia o que vê ou o que está aparente. Ele pode, a partir da sua experiência, registrar e mapear aquilo que é móvel e supostamente invisível, porém também faz parte do espaço. Pode se “aproximar sem reduzir”, utilizando a expressão de Flávia Silva (2004). Afinal, como já dito, o espaço é produzido concretamente, materialmente, mas é também aonde vivemos, aonde nos relacionamos uns com os outros, produzindo representações, símbolos e ideias. Como ressalta Paola Jacques (2003),

[...] os textos situacionistas sobre a cidade ainda podem ser vistos, dentro da inércia teórico-especulativa atual, como uma proposta para se pensar agora, em conjunto com todos os atores sociais urbanos contemporâneos, sobre o futuro das cidades existentes e a construção das novas cidades do futuro (JACQUES, 2003, p. 30).

Para embasar as reflexões desses momentos em campo, além dos pensamentos situacionistas, foram importantes as contribuições da antropologia, especialmente de estudos etnográficos que têm como objeto a cidade. Destacamos os apontamentos de José Guilherme Magnani (2002), que a partir dos seus estudos propõe as categorias de pedaço, mancha, trajeto e circuito para designar e caracterizar formas de diferentes recortes na paisagem urbana, “procurando mostrar as possibilidades que abrem para identificar diferentes situações da dinâmica cultural e da sociabilidade” (MAGNANI, 2002, p. 25). A partir das percepções e registros em caderno de campo, podem ser produzidos materiais como ensaios, fotografias, croquis e mapas.

⁵ Havia uma relação entre o que Lefebvre denominava “momento” e a “situação” proposta pelos situacionistas (ver “Teoria dos momentos e construção das situações” em Jacques (Org.), 2003, pp. 121-122). Em uma interessante entrevista concedida à Kristin Ross, Lefebvre comenta sua conturbada relação com os situacionistas, inclusive as circunstâncias que os separaram após um período intenso de amizade e debates teóricos. Uma versão traduzida por Cláudio Roberto Duarte está disponível em: <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/henri-lefebvre-e-internacional.html>>.

Por se tratar dos usos e apropriações das praças, é fundamental a aproximação com os sujeitos que realizam essas ações. Assim, nesta pesquisa também levamos em conta o debate sobre a contribuição e os limites da história oral, especificamente sobre a chamada história oral temática para as pesquisas no campo social. Entende-se que os depoimentos se configuram como documentos orais passíveis de serem analisados e que têm muito a contribuir para o entendimento de processos históricos e representações sociais (TURRA NETO, 2011). A história oral temática é um “meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias” (MERHY e HOLANDA, 2007, p. 39) e consiste em formular questões em torno de uma problemática central.

Neste estudo, a proposta foi identificar e destacar, a partir da análise documental e da observação em campo, alguns agentes importantes e realizar entrevistas, a fim de obter respostas sobre o processo de transformação desses usos ao longo do tempo. Esses agentes são, por exemplo, o usuário da praça, o morador do centro, o comerciante, o trabalhador ambulante, o representante do poder público, o “produtor cultural”, o artista, e assim por diante. As entrevistas foram formuladas e conduzidas de modo a esclarecer aspectos levantados pela análise dos documentos e também para suscitar novas informações e elementos de análise. Também foi importante a nossa presença em algumas reuniões e audiências públicas em que se debateram temas como as propostas de intervenção no centro histórico e políticas públicas voltadas para a cultura.

1.3 AS PRAÇAS DO CENTRO HISTÓRICO: APRESENTANDO O RECORTE ESPACIAL

O recorte espacial da pesquisa é o centro histórico de João Pessoa. O que hoje consideramos como centro histórico é a área incorporada desde a década de 1980 ao Patrimônio Nacional e que com o “Convênio Brasil/Espanha de Cooperação Internacional, voltado para a elaboração e execução de um projeto de revitalização” (SCOCUGLIA, 2004, p. 45) passou a ser alvo de reformas diretas em sua estrutura.

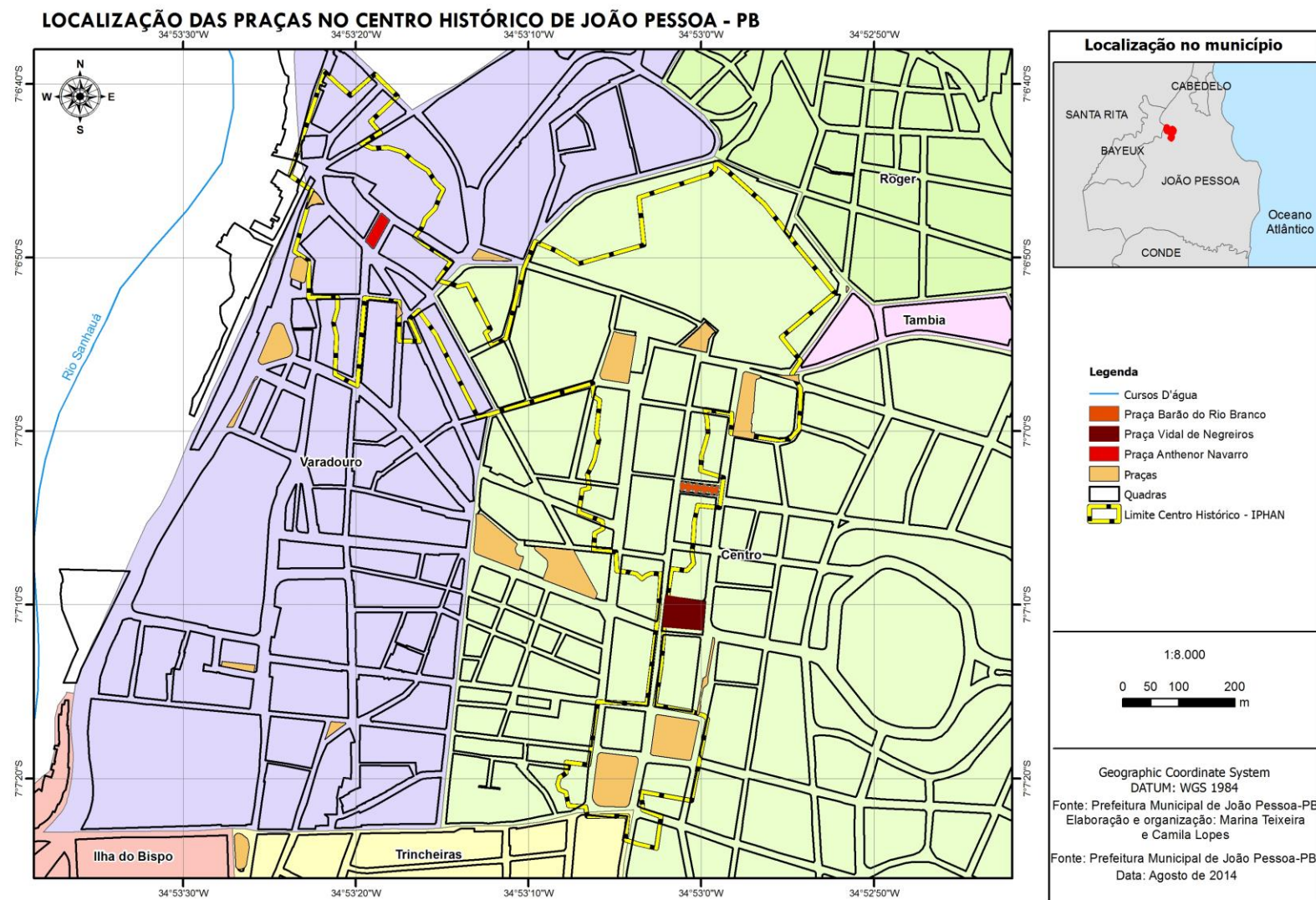
Essas mudanças concretas como as implementadas no centro histórico

[...] mexeram com a auto-estima dos pessoenses, reativaram memórias da cidade, tradições locais e geraram práticas culturais e sociabilidades, algumas efêmeras, outras mais duradouras. Mas acima de tudo, deram visibilidade, até por contraste, ao estado de degradação do patrimônio edificado e natural, assim como aos problemas que afetam esta área e seus usuários, em especial, a população de baixa renda e a imagem de marginalidade que a estigmatiza (SCOCUGLIA, 2004a, p. 19).

Nas últimas décadas, foram feitas várias intervenções em algumas áreas do centro histórico, muitas delas em espaços públicos significativos. Essas intervenções têm como pano de fundo a intenção ou o discurso de recuperar a memória e a história da cidade e sugerem um estímulo a práticas culturais e ao uso para lazer. Envolvem uma diversidade de agentes e interesses: o poder público e os diferentes projetos políticos dos governos estaduais e municipais; empresas privadas, comerciantes, agências imobiliárias, produtores culturais; e diferentes segmentos da população, organizada em forma de associações ou não.

Pensando nos limites desta pesquisa, foram escolhidas três entre as várias praças do centro histórico para serem focos de estudo, destacadas no Mapa 1 na página seguinte: Praça Anthenor Navarro, Praça Rio Branco e Praça Vidal de Negreiros. O motivo principal levado em consideração para esta escolha foi a forte intervenção que essas praças sofreram do ponto de vista estrutural, sendo alvo de reformas que alteraram suas funções e consequentemente modificaram seus usos, em diferentes momentos da história da cidade. Essas praças são lugares de usos e apropriações bastante intensos no cotidiano, contrariando a ideia de que o centro “está morto”, especialmente em atividades ligadas a “cultura”: festas, shows, apresentações artísticas e lazer. São lugares importantes e representativos da intencionalidade dos projetos de revitalização do centro histórico, na teoria e na prática e, portanto, são exemplos concretos em que podem ser pensadas as articulações entre as representações do espaço e os espaços de representação nas práticas espaciais (LEFEBVRE, 2012). De um contexto que pode ser entendido como geral, podem se destacar as singularidades e as particularidades.

Mapa 1



Apresentaremos a seguir uma breve contextualização das praças escolhidas para estudo:

A Praça Anthenor Navarro (Figura 1) localiza-se no bairro Varadouro ou na Cidade Baixa. No início do século XX, passou por intervenções modernizadoras representadas pelos casarios com influência dos estilos *Art Nouveau* e *Art Déco* que resistem até os dias atuais. No final da década de 1990, destacam-se as intervenções que consistiram na retirada de um posto de gasolina que funcionava no local, além da reforma da fachada dos casarios das décadas de 1920 e 1930. Depois de mais de duas décadas da reforma, o local atualmente se configura como ponto de encontro boêmio e cultural, com a presença de bares, casas de show e associações culturais. Por ter mantido as formas arquitetônicas e estéticas antigas dos casarios, o lugar sugere uma representação da cidade “antiga” e é utilizado como cartão postal da mesma para atrair turistas e grupos diversos. Para se ter uma ideia de como essa imagem foi construída e consolidada ao longo desses anos, muitos habitantes da cidade se referem à praça e aos seus arredores como sendo de fato o centro histórico de João Pessoa.

Figura 1: (A) Praça Anthenor Navarro com posto de gasolina, década de 1990. (B) Vista da Praça Anthenor Navarro com a recuperação da praça e os casarios reformados.



Fonte: (A) Portal Befter⁶. (B) Acervo de Zelma Brito⁷.

A Praça Rio Branco (Figura 2), antigo Largo do Erário, localizada na Cidade Alta, foi um local importante durante o período colonial, abrigando entre outros prédios e serviços a Casa dos Governadores, o Erário Público, a Casa de Câmara e Cadeia, o Açougue e um Pelourinho. No início do século XX, o local perdeu parte de sua função administrativa e ganhou as características de praça pública destinada ao lazer e a contemplação. Nas últimas

⁶ Disponível em <<http://www.befter.net/user/crmedeiros/beftr/praca-antenor-navarro-joao-pessoa-pb/>>. Acesso em julho de 2013.

⁷ Disponível em <<http://www.geolocation.ws/v/P/26614442/praa-antenor-navarro/en>>. Acesso em julho de 2013.

décadas, por ser bastante arborizado, o lugar era utilizado como estacionamento para automóveis. Entre 2009 e 2010 a praça passou por reformas no sentido de devolver o uso de praça pública ao lugar. Foram instalados bancos e iluminação baixa, além da elevação do nível de um lado da rua impedindo a circulação de carros. A praça configura-se como importante ponto de encontro, especialmente nos finais de semana, sendo alvo de projetos culturais promovidos pelo governo municipal e pela população, como é o caso do “Sabadinho Bom” e do “Beco Cultural”. O projeto consiste na apresentação de grupos de samba e choro nas tardes de sábado, reunindo uma grande quantidade de pessoas. Com isso, a praça tem retomado o lugar de referência na Cidade Alta, abrigando outras atividades culturais, além do uso cotidiano por trabalhadores e passantes que descansam nas cadeiras e se abrigam do sol embaixo das árvores.

Figura 2: (A) Praça Rio Branco antes da reforma, servindo de estacionamento. (B) Praça Rio Branco depois da reforma.



Fonte: (A) Portal Brasil⁸. (B) Blog Meio Ambiente da Paraíba⁹.

A Praça Vidal de Negreiros¹⁰, conhecida como Ponto de Cem Réis (Figura 3), é historicamente importante no contexto da Cidade Alta, sempre marcada pela grande circulação de pessoas. No início do século XX, período em que a cidade passou por intervenções visando sua modernização, foram demolidas construções do período colonial, entre elas a Igreja do Rosário dos Pretos, cuja área foi destinada para abrigar o terminal dos

⁸ Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/imagens/noticias/imagens-2010/agosto/16/praca-rio-branco-e-revitalizada-no-centro-historico-de-joao-pessoa/view>>. Acesso em julho de 2013.

⁹ Disponível em <<http://pmapb.blogspot.com.br/2012/01/joao-pessoa-tem-igrejas-e-arquitetura.html>>. Acesso em julho de 2013.

¹⁰ É importante destacar que a praça, apesar de fazer parte do perímetro delimitado como centro histórico pelo IPHAEP, não está inserida no limite de tombamento do IPHAN. Este detalhe será abordado quando explicitarmos o processo de tombamento do centro histórico de João Pessoa, no Capítulo 2.

bondes elétricos¹¹ que circulariam na cidade. Já na década de 1970, com o desuso do bonde elétrico, a praça passou por outra grande intervenção: a construção de um viaduto que tornaria mais fácil a circulação de automóveis em direção ao Parque Sólon de Lucena (mais conhecido como Lagoa) e, por sua vez, às áreas de expansão da cidade. Em 2009, outra grande reforma foi finalizada, quando o viaduto foi encoberto dando lugar a um grande pavilhão concretado. A praça abriga muitas festas tradicionais da cidade, shows e apresentações de grande porte promovidos principalmente pelo governo municipal.

Figura 3: (A) Ponto de Cem Réis com o Viaduto Damásio Franca à direita, década de 1980. (B) Atual configuração do Ponto de Cem Réis com vista para o Paraíba Palace Hotel.



Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Stuckert¹².

Embora o foco da pesquisa seja analisar as intervenções e os usos das praças citadas, não desconsideramos elementos fundamentais do entorno como as ruas e as edificações que fazem parte da dinâmica de uso e ocupação desses espaços. Aprofundaremos o debate sobre as implicações das intervenções nas três praças anteriormente citadas no decorrer do segundo e terceiro capítulos.

¹¹ Vem daí o nome popular de Ponto dos Cem Réis, preço do transporte na época.

¹² Disponível em <<http://www.flickr.com/photos/gilbertostuckert/3946193147/>>. Acesso em julho de 2013.

CAPÍTULO 2

ENTRE DEGRADAÇÃO E REVITALIZAÇÃO:

A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

2.1 (RE)PENSANDO O CENTRO E A CENTRALIDADE: A IMPORTÂNCIA CONCRETA E SIMBÓLICA DO CENTRO PRINCIPAL

Frequentemente nos deparamos com diversas adjetivações atribuídas aos centros das cidades: centro de negócios, centro comercial, centro tradicional, centro principal, centro histórico... Muitos estudiosos – não só geógrafos, mas arquitetos urbanistas, economistas, engenheiros urbanos – se dedicaram a compreender o processo de formação/transformação dos centros diante das estruturas intra e interurbanas, também em constante processo de transformação. Não é objetivo deste estudo aprofundar a análise das diferentes correntes teóricas e as diversas abordagens que trouxeram ao debate sobre o centro e a centralidade das cidades, porém, precisamos nos posicionar, uma vez que observamos uma forte tendência a uma visão “estruturalista” ou “economicista” em muitos estudos de Geografia Urbana, ainda que sob influência de campos teóricos distintos – desde a “ecologia humana”, passando pela “geografia quantitativa” ou mesmo estudos de cunho marxista.

Angelo Serpa (2011) aborda a relação do conceito de lugar com a noção de centralidade. O autor chama a atenção para a banalização da “teoria das localidades centrais” que condicionou muitos estudos urbanos a uma limitada “visão hierárquica de centros e subcentros no contexto urbano-regional” (SERPA, 2011, p. 101), pautados sobretudo em uma análise de ordem econômica e política no sentido estrutural. Serpa (2011) resgata a elaboração de Lefebvre para argumentar que as centralidades também se constituem “baseadas nas formas de reprodução da vida urbana, no valor de uso e na apropriação, de qualidades e conteúdos diversos dos das localidades centrais” (SERPA, 2011, p. 101). Esse debate implica em repensar noções como a de centro-periferia e de hierarquias intra e interurbanas em diferentes escalas e contextos.

Ainda que suas pesquisas sejam realizadas em bairros periféricos de Salvador, Serpa (2011) afirma que

[...] esse raciocínio leva à ideia de centralidades vivas, que se constituem em qualquer recorte, seja ele intraurbano ou metropolitano, regional ou nacional, a partir da esfera da reprodução da vida e do cotidiano em relações socioespaciais em cada lugar, que é, sobretudo intersubjetivo e relacional. Isto é, o lugar é também vivido, além de funcional (SERPA, 2011, p. 104).

Sem retornar à ideia de “lugares personagens”, ou seja, afirmar a existência de lugares únicos e singulares em si, como alerta Serpa (2011), é necessário destacar as particularidades (culturais, políticas, econômicas, sociais) que imprimem diferentes ritmos e conferem identidades, possibilidades de experiências diferenciadas em cada cidade, especialmente para

repensar tendências que são gerais. Apesar de sublinhar a importância desta articulação para a análise do processo de metropolização, essa discussão contribui para pensar as demais cidades contemporâneas que passam pelo processo de urbanização, com o cuidado para evitar generalizações equivocadas. Pensar cidades que não são consideradas metrópoles, como é o caso de João Pessoa, pode inclusive contribuir para se (re)pensar processos que estão dados para as metrópoles, muitas vezes como inexoráveis.

Henri Lefebvre (2008, p. 90) afirma: “não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro”, ao passo que também não existe cidade e realidade urbana sem o “não-centro” ou a “periferia do centro”. A centralidade, e o movimento dialético que a constitui e a destrói, é essencial para o fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 108). A cidade, enquanto forma do conteúdo que é o urbano, expressa o sentido da centralidade na medida em que reúne, acumula e concentra – produtos, mercados, pessoas, trabalho, obras e criações – ao mesmo tempo em que dispersa, distribui, amplia – em redes, fluxos, comunicação e intercâmbio. Nesse sentido, a forma urbana tende

- a) à **centralidade**, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o “centro decisional”, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;
- b) à **policentralidade**, à oniscentralidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação (LEFEBVRE, 2008, p. 110, grifos do autor).

Esse raciocínio busca relativizar a existência de um “centro fixo”, para onde e de onde naturalmente convergem e divergem os fluxos da “periferia” da cidade. Trata-se de pensar dialeticamente para compreender o processo de produção da cidade – seus centros, “subcentros” e arredores – e não somente enquadrá-la em modelos ou explicações abstratas.

Na medida em que as cidades crescem, é reforçada a tendência de descentralização e consequente perda de funções no centro principal, embora esse processo complexo se realize com especificidades em cada cidade. Maria Encarnação Sposito (1998, p. 28) expressa que a dinâmica de localização de “equipamentos comerciais e de serviços determinam as mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional”. Aliadas a essa dinâmica estão as formas flexíveis de produção e acumulação capitalistas, como o aumento da importância do lazer e do consumo na vida das pessoas, ao passo que se desenvolvem os meios de deslocamento.

Como aponta Sposito (1998),

[...] em função dessas mudanças de natureza econômica e das lógicas locacionais é possível afirmar que há uma recomposição da estrutura urbana, que se expressa sob diferentes formas de expansão e de periferação do tecido urbano: abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais; construção de grandes conjuntos habitacionais, associados ou não a instalação de pequenos equipamentos para realização de consumo imediato; aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços (*shopping centers* e hipermercados) e, mesmo de outros centros de atividades mais complexos, que incluem a presença de sedes de empresas, serviços de hotelaria e espaços para a realização de eventos de toda natureza (SPOSITO, 1998, p. 30).

Contudo, Flávio Villaça (2001) defende que, ainda que haja a tendência a uma policentralidade nas cidades contemporâneas, destaca-se o papel, a importância e a unicidade dos chamados centros principais, mesmo nas cidades mais dispersas, como é o caso de algumas metrópoles americanas (VILLAÇA, 2001, p. 245). Apoiado nas ideias de Karl Marx e Mark Gottdiener, Villaça (2001, p. 238) compartilha a ideia de que a aglomeração é uma força produtiva, ou seja, podemos entender que as aglomerações urbanas são condição e resultado da organização da sociedade para realizar trabalho e assim produzir e reproduzir a vida material. Considerando a impossibilidade de uma aglomeração total, ou seja, de todos ocuparem ao mesmo tempo um ponto no espaço, se impõe a necessidade de realização de deslocamentos. De acordo com essa lógica de organização, poderíamos abstrair um centro da aglomeração, um lugar que hipoteticamente equalizaria o somatório de todos os deslocamentos. Assim se daria “a origem material do valor concreto dos centros das aglomerações” que, por sua vez, “é a fonte do seu valor simbólico” (VILLAÇA, 2001, p. 241).

Porém, em uma sociedade complexa, composta por diversas camadas e classes sociais, existe a disputa por localizações na cidade, que remetem às relações de poder econômico e político, produzindo “espaços urbanos diferenciados” (VILLAÇA, 2001, p. 243). As próprias condições de deslocamento dos sujeitos são diferenciadas, fazendo com que as classes sociais tenham condições distintas de acessibilidade. A produção do centro e da periferia se dá dialeticamente por meio dessas disputas, através da apropriação do valor de uso dos lugares e da otimização e controle dos tempos de deslocamento. Assim,

[...] dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais são, portanto (ainda são, em que pesem suas recentes decadências), pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação (VILLAÇA, 2001, p. 244).

Villaça (2001) argumenta com base em estatísticas que, apesar das “decadências”, os centros principais das metrópoles brasileiras “continuam sendo os focos irradiadores da organização espacial urbana” e “continuam sendo a maior concentração de lojas, escritórios e serviços – e também de empregos – de nossas áreas metropolitanas” (VILLAÇA, 2001, p. 246). Outra característica importante é que normalmente estão nos centros principais as instituições públicas.

Como dito anteriormente, para compreender este processo de perda e afirmação da importância dos centros principais é necessário debruçar sobre as realidades específicas de cada cidade. João Pessoa, capital do estado da Paraíba, apesar de não se configurar como metrópole, apresenta características que correspondem às chamadas “grandes cidades”¹³. A cidade¹⁴ foi fundada em 1585 pela ocupação portuguesa no Brasil, situada no alto de uma colina na margem direita do Rio Sanhauá, afluente do Rio Paraíba, e nela se realizavam funções administrativas e comerciais da Coroa, além de se configurar como ponto estratégico de defesa do território¹⁵.

Em linhas gerais, pode-se dizer que este sítio original da cidade aglutinava a “vida urbana” de João Pessoa até meados do século XX. Segundo Amaro Castro (2006, p. 9), durante a administração de Henrique Beaurepaire Rohan (1857-1859), são realizados os primeiros trabalhos de levantamento da planta da cidade, até então considerada provinciana, sem ordenamento e de crescimento espontâneo. A área era caracterizada “por sua divisão de Cidade Baixa ou Varadouro, onde se concentravam as atividades comerciais, alfandegárias e portuárias, e a Cidade Alta, lugar das funções administrativa, religiosa e residencial” (MAIA, 2000, p. 76). Esta “vida urbana” era bastante marcada pela relação com a “vida rural”, uma vez que grande parte das atividades comerciais e administrativas que ali se desenvolviam se referiam às demandas das produções agrícolas que se davam no interior do estado e que tinham como destino a exportação – a princípio a cana de açúcar e no século XIX o algodão.

De acordo com Doralice Maia (2000, p. 90), no final do século XIX ocorre a “passagem do engenho para usina de açúcar que vai marcar as alterações sócio-econômicas”

¹³ De acordo com o Censo 2010, João Pessoa é o município mais populoso da Paraíba, com população total de 723.515 habitantes, seguida de Campina Grande com 385.213 habitantes. Do total, 720.954 habitantes residem em situação domiciliar urbana, ou seja, de acordo com o IBGE, mais de 99% da população deste município é urbana, apesar de visíveis descontinuidades na malha ou tecido urbano.

¹⁴ Ao longo da história, a cidade teve outros nomes como Filipéia de Nossa Senhora das Neves, no final do século XVI; Frederiksdatd, durante a ocupação holandesa (1635-1654); Cidade da Parahyba; e, finalmente, João Pessoa, em 1930 em homenagem ao então presidente do estado (MAIA, 2000, p. 67).

¹⁵ Além da intensa disputa pelo território, aspectos como a abundância de água e rochas calcárias somaram para a definição do sítio original da cidade naquela localização. Sobre este assunto, ver os trabalhos de Magno Araújo (2012) e Maria Berthilde Moura Filha (2004).

deste período, tendo como um dos resultados a mudança do local de residência das elites agrárias para a cidade, famílias que então passaram a construir e habitar grandes casarios nas imediações do “centro”. Devemos lembrar que também durante o século XIX ocorrem a institucionalização da propriedade da terra com a Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravidão, que provocam mudanças profundas na estrutura da sociedade brasileira. A partir de então vão se efetivando mudanças neste centro em termos de incrementos urbanos como arruamento, saneamento e iluminação elétrica, além de esforços no sentido de embelezar a cidade, suas praças e edificações¹⁶. A ferrovia, construída em 1880, dinamizou o transporte das cargas em direção ao porto da cidade, localizado na parte baixa do Varadouro às margens do Rio Sanhauá. Porém, em meio às crises econômicas e políticas das primeiras décadas do século XX, entre elas a Revolução de 1930, o porto é transferido para o município de Cabedelo, o que fez com que o Varadouro e o as atividades do Porto do Capim – como era conhecido o porto da cidade – entrassem em decadência¹⁷.

Já nas décadas de 1940 e 1950, nota-se a expansão da cidade em direção ao leste, com a abertura e pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, que liga o centro à praia; em direção sudeste, com o prolongamento da Avenida Pedro II; e a absorção do povoado de Cruz das Armas com abertura da Avenida Cruz das Armas, que constituiu importante via de acesso em direção ao Recife - PE (MAIA, 2000, p. 113-114). Porém, é nas décadas seguintes que se intensifica a expansão e urbanização da cidade, diante das políticas implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estimulando investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais. Na década de 1960, a construção do campus da Universidade Federal da Paraíba e a instalação do Distrito Industrial intensificaram o crescimento nas direções sudeste e sul (ANDRADE, 2007, p. 89). Esse crescimento foi se consolidando na década de 1970, fase áurea do Banco Nacional de Habitação (BNH), quando “se registra o grande índice de construções, em que verdadeiras cidades foram criadas em torno de uma outra já existente, cabendo ao processo de crescimento uni-las” (MAIA, 2000, p. 115). O então distrito litorâneo de Tambaú é incorporado à cidade e sua expansão também se dá avançando sobre áreas rurais e antigas vilas de pescadores.

A expansão periférica e a consolidação dos loteamentos em novos bairros criaram e reforçaram novas centralidades, alterando o papel do centro original ao longo do processo de

¹⁶ Para maior aprofundamento sobre as transformações na cidade nesse período, ver as pesquisas de Nirvana Sá (2009) e Fernanda Alves (2009) que tratam das repercussões do Movimento Higienista em João Pessoa no início do século XX.

¹⁷ Para mais detalhes sobre o complexo processo de transferência do porto e as consequências para o Varadouro e a cidade, ver a pesquisa de Vera Araújo (2006).

transformação da cidade tradicional em cidade modernizada e tudo que isto implica, de acordo com a reflexão de Doralice Maia (2000). As modificações em movimento têm rebatimentos fundamentais nos espaços públicos e privados da cidade, nos modos de vida das pessoas que vivenciam esses espaços. Por exemplo, ainda na década de 1970, principalmente na Cidade Alta e arredores do Parque Sólon de Lucena (Lagoa), observava-se a substituição de residências de alta renda por edifícios destinados ao comércio e serviços (ANDRADE, 2007, p. 91). O local que era primordialmente um importante ponto de encontro e lazer da juventude de alta renda da cidade passou a ter foco comercial.

O processo de expansão da cidade torna mais complexa a questão do uso e ocupação do solo urbano, acentuando situações de conflito e disputa, relações de poder que se expressam através da concentração de classes sociais em áreas diferentes da cidade. Podemos perceber a verticalização em alguns bairros, a construção de conjuntos habitacionais para baixa renda e a proliferação de condomínios fechados de alta renda como expressões dessa dinâmica de diferenciação e domínio do espaço. A instalação de equipamentos como *shopping centers*, a criação de um centro administrativo e de um centro de convenções em bairros periféricos da cidade alteram a dinâmica de valorização do solo urbano e também alteram as práticas dos habitantes da cidade. Neste “jogo” de valorização, o centro passou por um processo que é tido como de degradação, pela perda relativa de sua função habitacional e comercial, além de ter sido ocupado por pessoas de baixa renda e pelos “fora da ordem” – prostitutas, mendigos, ambulantes.

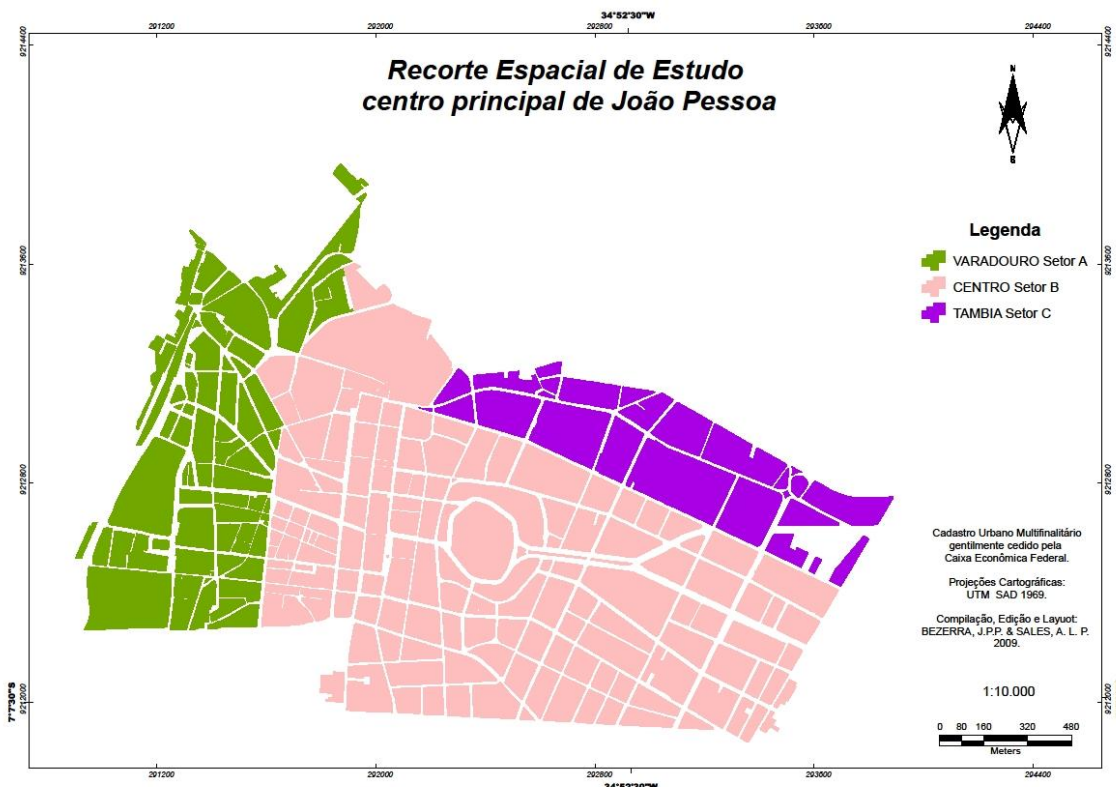
Mesmo diante deste processo, Andréa Sales (2009) identifica como centro principal de João Pessoa a área que corresponde ao conjunto de três bairros: Varadouro, Centro e Tambiá¹⁸, demarcados no Mapa 2, na página seguinte. Em seu estudo sobre a morfologia e dinâmica do centro principal, a autora destaca a maior concentração de atividades terciárias, a maior acessibilidade e a simbologia dessa área para a cidade de João Pessoa.

Paulo Augusto de Andrade et al (2009) faz uma comparação entre o chamado “Núcleo Litorâneo” – composto pelos bairros Cabo Branco, Manaíra, Tambaú e Bessa –, o “Núcleo Sudeste” – composto pelos bairros de Mangabeira e o Conjunto dos Bancários (Anatolia, Jardim São Paulo e Jardim Cidade Universitária) – e o “Núcleo Central” – composto pelos bairros Centro e Varadouro. Através de uma análise de dados de 2005 referentes à oferta de atividades licenciadas de comércios e serviços, os autores concluem que o “Núcleo Central”

¹⁸ O bairro Tambiá, de acordo com Andréa Sales (2009, p. 119), é um eixo de desdobramento do centro tradicional. Apresenta um número expressivo de residências, além de centros comerciais e de prestação de serviços. Também é aonde se localiza o Shopping Tambiá, segundo maior *shopping* da cidade.

apresenta a maior concentração de atividades licenciadas e maior montante de faturamento em relação aos outros núcleos¹⁹. A diversidade comercial e a concentração de serviços ligados à saúde e instituições de ensino, além da presença de órgãos e entidades públicas, são fatores decisivos para a vitalidade da área e confirmam a situação de centro principal nos termos de Villaça (2001), exercendo centralidade em relação à cidade e seu entorno.

Mapa 2: Centro Principal de João Pessoa.



Fonte: SALES, 2009, p. 33.

Em relação à acessibilidade, é importante destacar a presença de equipamentos como o Terminal Rodoviário, o Terminal da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), que interliga João Pessoa aos municípios de Cabedelo, Bayeux e Santa Rita, e o Terminal de Integração, localizados no Varadouro. Este último, inaugurado em 2005, funciona como ponto de baldeação da maioria dos ônibus que circulam na cidade. O Parque Sólon de Lucena,

¹⁹ O “Núcleo Litorâneo” caracteriza-se pela presença de comércio especializado, voltado para camadas de média e alta renda que residem nos bairros adjacentes. Destacam-se o eixo conformado pela Avenida Epitácio Pessoa, onde se concentram lojas de móveis e decoração, concessionárias de automóveis, agências bancárias, hipermercados, escritórios de profissionais liberais e consultórios, etc.; e o bairro de Manaíra, considerado o mais “moderno” da cidade, concentrando lojas de ramos mais específicos como lojas de “grife”, filiais de grandes redes de hipermercados e lanchonetes, além de abrigar o maior *shopping* da cidade. O “Núcleo Sudeste” refere-se a área mais populosa da cidade e apresenta grande variedade de comércio e serviços, configurando-se como importante subcentro. Um novo *shopping* será inaugurado no bairro ainda em 2014.

marco simbólico do centro da cidade, também se configura como ponto de parada de grande parte dos ônibus e funciona como espaço de lazer, com barracas que oferecem comidas e bebidas, som mecânico, além de uma pista de *skate* e *bmx*²⁰, utilizada por jovens que praticam esses esportes.

Deve-se dar atenção ao grande número de trabalhadores informais que circulam e ocupam espaços no centro, principalmente durante os dias úteis, mas também durante as festas noturnas que ocorrem nas ruas e praças. Durante os anos 2000, a prefeitura realocou boa parte desses trabalhadores que ocupavam as calçadas para os chamados *shoppings* populares. Entre os principais estão o Shopping Centro Terceirão, localizado na Avenida Duque de Caxias, o Shopping Popular 4400, localizado na Rua Beaurepaire Rohan, e o Centro de Comércio e Serviço do Varadouro, localizado ao lado do Terminal de Integração. Há uma convivência e uma concorrência – aparentemente harmoniosa, mas longe de não ser conflituosa – entre a formalidade e informalidade²¹. É comum, por exemplo, encontrar uma série de vendedores de óculos no calçadão do viaduto sobre a Avenida Miguel Couto, local que concentra muitas lojas de ótica, ou encontrar vendedores de bolsas e bijuterias na Rua Santo Elias, local que concentra lojas de acessórios femininos, de roupas e de artigos de mesa e banho. Esses ambulantes e camelôs²², ao se apropriarem da rua, provocam o questionamento dos limites entre o público e o privado, entre a legalidade e a ilegalidade.

Não por acaso as delimitações de centro histórico definidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estão inseridas no perímetro deste centro principal. Muito embora a cidade passe por esse processo de descentralização, expansão, formação e consolidação de subcentros, destaca-se a importância de seu centro principal e queremos compreender como a definição do centro histórico se relaciona com essa dinâmica.

²⁰ Esporte praticado com uma bicicleta especial, em que elementos da rua são utilizados como obstáculo.

²¹ Milton Santos (1979), na obra “O espaço dividido”, elabora a teoria dos circuitos superior e inferior da economia. Apesar de ter sido escrita no final da década de 1970, essa abordagem traz elementos interessantes para pensar a relação dialética entre comércio formal e informal nas cidades brasileiras.

²² Alessandra Moura, Artur Maia e Janaína Bechler (2013) apontam a diferença entre os ambulantes, que seriam aqueles trabalhadores que se deslocam pela cidade portando sua mercadoria, e os camelôs, que se mantêm durante um intervalo de tempo em algum espaço da cidade.

2.2 A VALORIZAÇÃO DO PASSADO NA CONSTRUÇÃO DO PRESENTE: A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS HISTÓRICOS

Mauricio Abreu (2011) discute a recente valorização do passado das cidades, que pode ser percebida através dos atuais discursos e projetos de restauração, preservação e revitalização que aparecem em diversas cidades brasileiras, inclusive João Pessoa. O autor recorre a pensadores que trataram do assunto, como Jacques Le Goff e Duvignaud, destacando a influência das transformações que ocorreram nas últimas décadas (durante o chamado processo de globalização) neste crescente movimento de dar importância à memória. As reflexões teóricas sobre esse “momento de mudança” ou “momento de ruptura” – a globalização –, apesar de diversas e às vezes contrárias, apontam “para o tempo como a categoria de análise fundamental para a compreensão do momento atual” (ABREU, 2011, p. 21). Abreu põe o foco na discussão sobre o espaço, em diálogo com a obra de Milton Santos (1994), colocando que o processo de globalização, ainda que se apresente como a homogeneização das formas e conteúdos em todo o mundo, dialeticamente contribui para reforçar as singularidades dos lugares e que “o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade” (ABREU, 2011, p. 21). A busca pelo passado está diretamente relacionada à busca da identidade dos lugares, reforçando a necessidade de pensarmos a relação tempo-espaço, entre as escalas global e local.

Abreu (2011) destaca que a busca pela “memória urbana” no Brasil é algo recente. Na maioria das cidades brasileiras, pouco restou dos “vestígios materiais do passado” mesmo nas cidades mais antigas. Durante o século XIX, o projeto modernizador que perdurou pelo século XX simbolizava o rompimento com o passado colonizador e a projeção do novo, a ideia de “país do futuro”, que se tornou uma forte ideologia e justificou reformas urbanísticas que transformaram profundamente a morfologia das cidades. Atualmente nota-se um movimento de preservação do que resistiu desse patrimônio histórico-arquitetônico, indicando uma suposta mudança na relação da sociedade brasileira com a memória, e a “preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais” (ABREU, 2011, p. 23). Porém, o autor faz uma importante ressalva sobre o caráter nem sempre “identitário” dessa valorização da memória, lembrando que desde o século XIX a imagem urbana é tida e vendida como uma mercadoria.

Para compreender e conceituar melhor o que seria a “memória urbana”, Abreu (2011) resgata as discussões sobre memória individual e memória coletiva como elementos

essenciais da identidade de um lugar. Sobre a memória individual, cabe destacar a importância da mesma na constituição da memória coletiva e, portanto, a contribuição que o resgate das memórias individuais pode trazer para a recuperação da memória das cidades, sem perder de vista alguns limites como a subjetividade. Sobre a memória coletiva, Abreu (2011) destaca alguns apontamentos de Maurice Halbwachs (1990): a necessidade de uma ancoragem objetiva das memórias compartilhadas, que seria a relação da memória com o “quadro espacial” a que ela se refere; o entendimento de que as memórias coletivas estão em constante transformação; o destaque aos “momentos de ruptura” que provocam a “quebra de tradição” e tem o poder de redefinir o quadro social das memórias coletivas; e a tendência das memórias coletivas de se eternizarem através de documentos e registros, muito mais do que em formas materiais inscritas na paisagem.

Pensar a cidade como lugar de memória implica considerar as relações de dominação, cooperação ou conflito entre classes e grupos sociais diversos e seus interesses, influenciando aquilo que é preservado ou apagado na/da memória coletiva, especialmente documentos que são utilizados como fonte para constituir a memória urbana, mas também o espaço “físico”. Diante desta complexidade, Abreu (2011) enfatiza a importância dos campos científicos da história e da geografia na difícil e necessária tarefa de recuperar a memória de uma cidade.

Reinhart Koselleck (2006, p. 309) propõe duas categorias para entendermos a história: “espaço de experiência”, entendido como o “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” e “horizonte de expectativa”, o futuro e o que se espera dele. Segundo o autor, é na tensão entre o passado e o futuro, experiência e expectativa, que se constitui o tempo histórico e na “era moderna” há uma diferenciação progressiva entre as duas noções. Para ele, a ideia de progresso surgida no século XVIII e generalizada na modernidade aprofunda essa separação, fazendo com que as expectativas se desvinculassem das experiências anteriores. “Um futuro portador de progresso modifica também o valor histórico do passado” (KOSELLECK, 2006, p. 319), ou seja, o futuro que representa o novo deve ser único e melhor que o passado. Talvez essa elaboração teórica nos ajude a compreender muitas ações que se dão no espaço das cidades contemporâneas, tanto no sentido de impor o novo quanto de preservar o antigo.

Lembramo-nos do *flâneur* de que falava Walter Benjamin (1994) a partir de sua leitura de Baudelaire. Esses pensadores já no século XIX estavam atentos e sensíveis ao turbilhão de transformações da vida moderna que se apresentava especialmente nos centros das grandes cidades e seus escritos nos fazem refletir sobre os desafios de compreender esta complexa “realidade moderna” e o que ela implica. A modernização enquanto processo (que não se

realiza de maneira linear e contínua no tempo e no espaço), a modernidade enquanto conjunto de concepções e práticas, enquanto ideologia que respalda o processo (BERMAN, 1986). Muitos de seus reflexos podem ser percebidos nas cidades, cada vez mais marcadas pela presença das formas planejadas, retilíneas, regidas pela lógica da funcionalidade e de ordem, organização, limpeza e disciplina. A imposição do novo sobre o velho dá-se através de embates de ideias e ações, justificada pela noção da necessidade do progresso, impulsionada pelo avanço da ciência e da tecnologia. Já não é segredo que todos esses aspectos estão intimamente ligados ao desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista, mesmo que isto ainda esteja distante de ser amplamente compreendido pela sociedade, em sua totalidade e em suas particularidades.

Podemos refletir sobre como essas mudanças trouxeram a sensação ou a aceleração propriamente dita do tempo – ou compressão do espaço-tempo para usar o termo de David Harvey (1992) – acentuada na chamada globalização. Constatamos o mundo cada vez mais conectado, as distâncias não são mais empecilho para as trocas e vivemos a promessa de que tudo pode ser resolvido aqui e agora, *just in time*. E é paradoxalmente neste contexto que presenciamos mais intensamente a “carência de experiência” que Benjamin alertava.

Geralmente as ideias de deterioração e degradação urbana se relacionam “à perda de função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível de valor das transações econômicas de um determinado lugar” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 3). Os centros antigos costumam ser os alvos principais das intervenções que buscam “preservar” ou “resgatar” essas funções, estruturas e valores, justamente por serem os locais aonde se identificam os acúmulos históricos, tanto do ponto de vista do patrimônio edificado, quanto da aglomeração de funções econômicas, políticas e sociais. A delimitação dos chamados centros históricos está relacionada a essas iniciativas, principalmente por parte de instituições estatais, como é o caso do IPHAN no Brasil.

É interessante refletir sobre os diversos termos utilizados para caracterizar as intervenções nos centros históricos, seus significados e implicações nos discursos e realidades locais. Por exemplo, qual o sentido de “revitalizar” lugares extremamente dinâmicos e “vivos” como costumam ser os centros antigos, ainda que degradados?

Cabe pensar na definição dos conceitos de renovação, reabilitação e revitalização, bastante utilizados nos discursos e práticas de intervenções urbanas. De acordo com Teresa Salgueiro (1992, p. 390), “não existe consenso sobre o significado de todos esses termos, que muitas vezes são utilizados quase como sinônimos” ou até mesmo os termos costumam diferenciar o tom do discurso, mas podem legitimar práticas semelhantes. Heliana Vargas e

Ana Luisa Castilho (2006) propõem uma periodização a partir da década de 1950 até os dias atuais, analisando os principais objetivos, estratégias e resultados de intervenções em centros urbanos de diversas cidades do mundo. As autoras diferenciam três fases (observando que esses períodos não são rigorosos e nem excludentes entre si): a renovação urbana, de 1950-1970; a preservação urbana, de 1970-1990; e a reinvenção urbana, de 1980-2000. (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 5). Esta análise, ainda que parta das experiências em cidades europeias e norte-americanas, nos permite perceber a complexidade de conteúdo e intencionalidades dos discursos e ações de intervenção urbana e pensar possíveis rebatimentos na realidade brasileira.

Na primeira fase, após a Segunda Guerra Mundial, privilegiavam-se ações que tinham como objetivo “demolir e construir para renovar” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 7). Esse momento teve grande influência do Modernismo que se associava à prática de reconstrução pós-guerra nos países europeus. De acordo com Lélia de Vasconcellos e Maria Cristina de Mello (2003), os planos de renovação urbana surgem na Europa já no século XIX, sob os preceitos higienistas que pretendiam tornar as cidades lugares mais “saudáveis” através das “operações” urbanas – a analogia com a medicina não é acaso. A renovação urbana, potencializada pelos ideais modernistas e levada a cabo pelo Estado, legitimava a substituição de estruturas morfológicas e tipológicas anteriores por tipologias arquitetônicas contemporâneas (VASCONCELLOS e MELLO, 2003, p. 61) e, com isso, alterava o tecido urbano, modificava relações de vizinhança e justificava a retirada de camadas pobres dos centros das cidades. Ao mesmo tempo, vinham à tona os primeiros debates internacionais sobre preservação e conservação do patrimônio. Seguindo recomendações das primeiras cartas patrimoniais²³, considerava-se a conservação e restauro de monumentos isolados, “selecionados segundo sua capacidade de evocar acontecimentos e personagens notáveis da história nacional” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 40).

Vários são os exemplos de reformas urbanísticas que resultaram em grandes transformações nas cidades – para citar casos bastante emblemáticos, aquelas empreendidas por Haussmann em meados do século XIX e início do século XX em Paris e Robert Moses

²³ De acordo com Teresa Salgueiro (1992, p. 389), em outubro de 1932 foi aprovada pela Assembleia Geral da Sociedade das Nações a Primeira Carta de Atenas sobre Salvaguarda de Monumentos, documento resultante da conferência ocorrida no ano anterior para debater a conservação de monumentos. Anos mais tarde ocorreria na mesma cidade o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, tendo como resultado outra Carta de Atenas, inspiradas nas ideias de Le Corbusier e na escola funcionalista do urbanismo, esta mais divulgada que a anterior. Este documento expressava a preocupação em salvaguardar monumentos, edifícios ou conjuntos urbanos com valor, contanto que não se sacrificasse “a qualidade de vida das populações, defendendo o interesse em construir novas cidades” (SALGUEIRO, 1992, p. 389).

em meados do século XX em Nova Iorque, que serviram de modelo para ações em lugares do mundo inteiro –, cada qual em seu determinado contexto histórico e espacial, mas guardando entre eles a característica de servirem primordialmente ao Estado e às classes dominantes, como criticam Marshall Berman (1986) e Jane Jacobs (2000), entre outros. O pensamento urbanista que se difundiu amplamente na modernidade acaba ocultando os reais porquês das modificações do espaço sob um discurso de que elas são necessárias e beneficiam a sociedade como um todo e, desse modo, o urbanismo – do Estado, dos tecnocratas, dos empresários, dos humanistas (LEFEBVRE, 2008) – dissimula as estratégias econômicas e políticas a favor da manutenção do *status quo*.

Quando se trata dos espaços públicos, estas ações urbanísticas ligadas a um entendimento utilitarista do espaço acabam servindo para esvaziar o conteúdo político dos mesmos, reduzindo sua “utilidade” exclusivamente ao consumo e à circulação. Os usuários, os habitantes da cidade, são reduzidos a meros consumidores. As ruas são para a circulação dos automóveis, as praças abrigam equipamentos e monumentos, as calçadas servem para a circulação dos consumidores que contemplam as vitrines das lojas e assim por diante.

A partir da década de 1970, as críticas ao Modernismo e aos resultados da renovação urbana se consolidaram. Nesse contexto surgem novos termos que passam a ser largamente difundidos e utilizados até os dias de hoje: valorização, revitalização, reabilitação (VASCONCELLOS e MELLO, 2003, p. 61). De acordo com Heliana Vargas e Ana Luisa Castilho (2006, p. 16), podemos entender esta fase como a que privilegiou a preservação urbana. Os centros urbanos passaram a ser alvo de políticas de conservação de seus edifícios e monumentos, objetivando com isso resgatar a identidade e a memória da cidade. Neste período houve grandes esforços para “incorporar edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nos centros, abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviços ali existentes” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 16). Houve também esforços no sentido de normatizar e criar legislações urbanísticas específicas visando preservar os centros históricos e essas ações se difundiram mundialmente através de organizações como a UNESCO e de convenções internacionais²⁴.

²⁴ “Os principais documentos internacionais a respeito da salvaguarda do patrimônio, para além da Carta de Atenas já mencionada, são a Carta de Veneza de 1964, a Recomendação sobre a Conservação de Bens Culturais que a execução de obras públicas ou privadas punha em perigo (UNESCO, 1968), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aprovada em sessão da UNESCO realizada em Paris em Novembro de 1972 [...], a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico (Amsterdão, Outubro de 1975), a Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana aprovada na reunião da UNESCO realizada nesta cidade em Novembro de 1976. Para a salvaguarda de cidades históricas existe uma Carta Internacional aprovada em Toledo em Setembro de 1986 e ratificada pela Assembleia Geral do Icomos em

Do ponto de vista do capital, a proposta de preservação também se mostrava interessante, uma vez que apontava a valorização de áreas centrais degradadas (ou desvalorizadas) pelo processo de expansão da cidade. Estratégias foram criadas para atrair os usuários ao centro: empreendimentos arquitetônicos como *shopping centers* centrais; estabelecimento de políticas urbanas como liberação de ruas para pedestres e construção de estacionamento nos centros urbanos; implementação de programas de gestão compartilhada (VARGAS e CASTILHO, 2006). O rebatimento desse momento na América Latina pode ser percebido pela “criação de agências destinadas a salvaguardar os bens culturais, nos âmbitos federais, estaduais e municipais” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 25). No Brasil, a década de 1970 foi significativa no que diz respeito à criação de órgãos estaduais responsáveis pelo patrimônio histórico, como foi o caso do IPHAEP²⁵ na Paraíba.

O período que vai da década de 1980 aos anos 2000 foi denominado por Heliana Vargas e Ana Luisa Castilho (2006, p. 31) como de reinvenção urbana. É característica deste momento a evolução dos meios de comunicação e a incorporação de variados elementos na valorização das mercadorias. É a era da globalização, da acumulação flexível e da generalização do consumo. Marca este momento a parceria entre o capital imobiliário e o poder público local na criação da imagem da cidade e do planejamento de mercado a partir do *city marketing*. As autoras apontam como principal objetivo neste período “criar ou recuperar a base econômica das cidades para gerar emprego e renda”, por meio da união dos setores público e privado resultando na “intensificação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos como forma de promoção político-partidária” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 33).

Os rebatimentos dessas iniciativas são diversos, não atingem somente os centros urbanos e é preciso criticar a tendência a se criar uma imagem espetacular da cidade que mascara suas reais contradições, produzindo uma cidade somente para aqueles que podem pagar e não para seus habitantes. Segundo as autoras,

[...] enquanto a imagem da cidade pode ser um elemento importante para atrair capital e pessoas, em um período de intensa competição urbana, lugares espetaculares e festivais públicos servem, também, para ofuscar fortes conflitos sociais e desigualdades. A sociedade pós-moderna provê sua população, como os antigos imperadores romanos provinham, de *panem et circencis*, ou pão e circo, para sustentar a ordem capitalista (Harvey, 2000). Problemas como *gentrification* (enobrecimento) são mascarados pela

Outubro de 1987” (SALGUEIRO, 1992, p. 390-391). Sobre o debate das implicações destes documentos no entendimento e ações em relação aos monumentos e ao patrimônio histórico, ver Teresa Salgueiro (1992, pp. 391-392) e Jovanka Scocuglia (2004b, pp. 40-47).

²⁵O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) foi criado em 1971 pela Secretaria de Educação e Cultura através do Decreto Estadual nº 5.225.

imagem de um urbanismo espetacular que simula a requalificação do centro, legitimando a atuação do poder público nas diversas instâncias de modo a gerar o suporte político necessário para minimizar a oposição (Reichl, 1999) (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 45).

No Brasil, apesar da institucionalização de uma política relativa à preservação de bens culturais ter ocorrido desde 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)²⁶, foi durante as décadas de 1980 e 1990 que surgiram políticas patrimoniais específicas e se intensificaram as ações de preservação e revitalização de sítios históricos (SCOCUGLIA, 2004b, p. 48). Durante as primeiras décadas de atuação desse órgão, para ser considerada como sítio histórico a área urbana deveria “possuir uniformidade em suas características coloniais, permitindo sua conceituação como obra de arte” e deveria estar livre de “ameaças de crescimento ou de transformações do desenvolvimento” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 49).

Os sítios urbanos deveriam, assim, estar economicamente vazios e mantendo a unidade de estilo. Na inexistência dessa unidade, eram desconsiderados e, em seu lugar, selecionadas edificações barrocas coloniais de caráter monumental em seu interior (como aconteceu em João Pessoa, Fortaleza, Recife, São Paulo e demais cidades brasileiras nessa condição). As edificações e os conjuntos de ornamentação ecléticos construídos nas cidades brasileiras em grande escala, no final do século XIX e início do século XX, eram considerados **espúrios**. Tratavam-se de estilos importados que não tinham qualquer contribuição para a história nacional e eram rejeitados pelo IPHAN (SCOCUGLIA, 2004b, p. 49-50, grifos da autora).

Ou seja, nesse primeiro período de atuação do IPHAN, privilegiou-se a “preservação da integridade física do edifício isolado” e a “manutenção de áreas de visibilidade” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 62), priorizando referências visuais imediatas como a estética das fachadas e criando cenários que remetiam ao passado colonial, como foi o caso de Ouro Preto, primeira cidade a ser alvo de uma política de preservação no Brasil.

A partir da década de 1970, a questão da preservação do patrimônio ganha complexidade na medida em que ocorrem profundas transformações políticas e econômicas no país, com rebatimentos na produção do espaço urbano. Como comentado anteriormente, a expansão da malha urbana das médias e grandes cidades, combinando crescimento e

²⁶Ao longo dos anos, ocorreram várias mudanças no órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já em 1979, o IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Genericamente, nos remeteremos sempre à IPHAN quando tratarmos deste órgão.

adensamento populacional, tem relação com a perda relativa das funções e usos de seus centros tradicionais, implicando em processos de degradação física e social de seu espaço. Com isso, diversificam-se as demandas e as respostas aos problemas urbanos relativos aos centros históricos. Durante a década de 1980, por exemplo, alargaram-se as discussões sobre a definição de patrimônio cultural e as finalidades e os limites do tombamento, incorporando outros tipos de edificações ao valor de patrimônio nacional. Ao mesmo tempo em que se buscava ampliar a noção de patrimônio e estimular a participação social através da colaboração entre Estado e sociedade, as práticas específicas de revitalização de centros históricos deram visibilidade a esse patrimônio, (re)valorizando-o (SCOCUGLIA, 2004b, p. 58).

A fase que Heliana Vargas e Ana Luisa Castilho (2006) identificam como reinvenção urbana, consolidada nas décadas de 1980 e 1990 na Europa e EUA, se expande globalmente e chega aos demais países através de parcerias entre órgãos internacionais e governos locais. Em muitos casos, os projetos de revitalização eram fruto de estratégias de agregar valor à economia das localidades e atrair investimentos privados para os locais degradados.

Mais próximas da visão empresarial e imobiliária, as políticas urbanas de revitalização passaram a voltar-se, majoritariamente, para propostas de recuperação econômica e do estoque de construções em seu valor imobiliário, sobretudo os espaços e paisagens protegidos pela legislação e localizados em áreas centrais ou lugares de origem das cidades, estimulando e promovendo sua conversão em novos usos do setor terciário, com ênfase na diversão, lazer e turismo (SCOCUGLIA, 2004b, p. 68).

Inúmeros centros tradicionais de cidades brasileiras foram alvo de projetos de revitalização com a justificativa de estimular o uso cultural das áreas antigas e, com isso, promover a geração de empregos e renda. A proposta do “Corredor Cultural” no Rio de Janeiro foi pioneira nesse sentido e é possível identificar projetos similares em várias cidades do país como Fortaleza, Recife, Salvador, São Luís, Porto Alegre, Vitória, São Paulo, Belém e João Pessoa. Se por um lado projetos desse caráter têm obtido sucesso em valorizar e estimular os usos dessas áreas antigas, por outro lado muitas experiências vêm sendo criticadas justamente por promoverem ou acentuarem o processo de *gentrification* (enobrecimento), ou seja, excluírem a camada mais pobre da população – que geralmente habitava e fazia uso das áreas centrais degradadas – em nome da criação da imagem e espetacularização do espaço urbano, tornando essas áreas atrativas para as elites econômicas e políticas.

Chegamos à questão de como a cultura vem sendo “a bola da vez” dos planos de revitalização. Ora, estamos tratando do plano da representação do espaço (LEFEBVRE, 1992) e a quem ela serve: à dominação política e econômica que não por acaso costumam andar juntas. A cultura é assim entendida como uma valiosa mercadoria em tempos de acumulação flexível – a ponto de se falar em indústria cultural –, e nada mais interessante que se “fabricar o consenso” (ARANTES, 2000) de que ela é a saída genial e a solução dos problemas dos antigos centros urbanos degradados. Assim, cria-se a aceitação de que a revitalização é inevitável e “os resultados quanto à recuperação física, econômica e social das áreas degradadas compensariam socialmente a expulsão de habitantes e pequenos negociantes” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 69). Esse discurso corresponde à velha falácia de que crescimento econômico por si só resulta em desenvolvimento social.

O debate sobre o espaço público é central nessa discussão, na medida em que esses projetos e intervenções costumam ter como alvo principal a criação ou promoção do uso “público” do patrimônio, seja dos edifícios ou de áreas “abertas” como praças, largos e ruas. Como problematiza Rogério Leite (2002, p. 49), “a reativação pura e simples dos usos cotidianos de um espaço urbano não é, assim, característica suficiente, embora necessária, para conferir a um determinado espaço urbano a característica de espaço público”. O autor analisa, no caso da revitalização do Recife Antigo, como intervenções desse tipo podem ou não promover a construção de espaço público – entendido como um “local de dialógica interação política e exteriorização de conflitos e discordâncias” (LEITE, 2002, p. 49). Ainda que se predomine uma lógica de enobrecimento, usos e “contra-usos” podem apontar a construção de lugares com sentidos que não se resumem ao mero consumo, por exemplo. Lembrando Lefebvre (2012), embora a dominação do espaço tenda a vencer a batalha, não se pode esquecer, na teoria e na prática, da possibilidade de apropriação. Voltaremos a esse assunto no terceiro capítulo, quando discutiremos as propostas de usos culturais para as praças do centro histórico de João Pessoa.

2.3 PROJETOS E AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

Em 1980, através do Decreto nº 8.639, o IPHAEP realiza a maioria dos tombamentos de bens culturais, artísticos e históricos da Paraíba e em 1982 apresenta uma delimitação do chamado “Centro Histórico Inicial de João Pessoa” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 130). Embora já houvesse no primeiro Plano Diretor da cidade de João Pessoa, datado de 1975, o que se pode

considerar uma primeira tentativa de delimitação (COSTA, 2009, p. 105), e com a inclusão, em 1992, “nas seções relativas ao uso e ocupação do solo, e especificamente no capítulo II – Das zonas de restrições adicionais; no capítulo III – Das zonas especiais de preservação” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 132), esses instrumentos legais não eram suficientes para garantir uma política efetiva de atuação no centro histórico. Demolições, abandonos e modificações nos imóveis ocorriam devido à fiscalização precária por parte do IPHAEP e à relativa omissão do poder público municipal.

As expressões mais evidentes da omissão dos poderes públicos locais e da inexistência de atribuição de valor à área histórica e ao patrimônio cultural até, pelo menos, a década de 1990 em João Pessoa podem ser avaliadas pelas demolições e desgastes que até hoje ameaçam o patrimônio cultural estadual e municipal (SCOCUGLIA, 2004b, pp. 133-134).

Jovanka Scocuglia (2004b) considera o período de 1987-1996 como sendo da “invenção” do centro histórico de João Pessoa. De fato, foi a partir da criação do Convênio Brasil/Espanha²⁷ para a realização de estudos e elaboração de projetos de proteção e revitalização que se intensificaram as intervenções nessa área, podendo se falar da invenção do conceito de centro histórico nas políticas e no cotidiano da cidade. Criou-se a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCH), constituída por representantes de instituições participantes do convênio, responsável por elaborar, conduzir e acompanhar os trabalhos. Um documento denominado Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa foi elaborado em 1987, contendo uma proposta de ação em quatro fases: 1) Informação – levantamento de dados históricos, socioeconômicos e ambientais, além das características técnico-arquitetônicas, artísticas e tipológicas da estrutura urbana do centro histórico; 2) Diagnóstico – identificação de fatores que afetavam a integridade física e socioeconômica da área; 3) Apresentação de propostas – definição das diretrizes de atuação para conter o processo de degradação urbana e que contribuíssem para a reabilitação de espaços públicos; 4) Normatização – elaboração de uma Normativa de proteção, contendo normas por quadras a partir de estudos tipológicos e normas específicas de edificações (SCOCUGLIA, 2004b, pp. 144-145; CASTRO, 2006, p. 38²⁸).

²⁷ “O órgão executor na parte brasileira era o Ministério da Cultura, através da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Na parte espanhola, era o *Instituto de Cooperación Ibero-americana* (ICI), hoje um órgão multi-institucional, a *Agencia Española de Cooperación Internacional* (AECI)” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 143).

²⁸ Além das fontes secundárias consultadas, também tivemos acesso ao documento através do acervo da Biblioteca do IPHAN na Paraíba.

Diante do diagnóstico e elaboração de relatórios concluídos no final de 1987, a Comissão enfrentou dificuldades na implementação das diretrizes do plano de revitalização, sobretudo pela falta de apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, responsáveis pelas contrapartidas financeiras definidas no Termo de Cooperação Técnica, como aponta Jovanka Scocuglia (2004b, pp. 169-170). Segundo a autora, a expectativa do programa de cooperação era que até 1992 fossem implantadas as 26 ações propostas como prioritárias, porém nessa primeira fase foram executadas apenas restaurações consideradas mais urgentes e houve uma desarticulação da equipe técnica, principalmente por ausência de remuneração por parte dos órgãos públicos do estado da Paraíba, desrespeitando o estabelecido nos termos do Convênio. Os entraves burocráticos associados aos conflitos com segmentos da população local, especialmente comerciantes, contribuíram para que a implantação do projeto fosse mais lenta que o previsto (SCOCUGLIA, 2004b, p. 170).

A Comissão passou então a buscar parcerias para a realização dos projetos de revitalização. Assim, realizou-se a parceria com a Unidade Executora Estadual do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico (PRODETUR), tendo como fonte de financiamento o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (CASTRO, 2006, p. 30). Cabe também destacar a atuação da Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa, criada em 1991, outro fruto da parceria entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com o IPHAN, Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de João Pessoa. Trata-se da implantação do Programa *Escuela-Taller*, que capacita jovens a trabalhar em profissões relacionadas com a conservação do patrimônio, reativando “a formação naqueles ofícios esquecidos como carpintaria, marcenaria, jardinagem, etc., mão-de-obra necessária aos projetos de restauração de bens culturais, apoiando sua inserção num mercado de trabalho caracterizado pela falta de pessoal especializado” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 140). Os alunos da Oficina-Escola²⁹ estiveram envolvidos nos trabalhos de restauração realizados a partir de então³⁰, como ocorreu em 1994 no Antigo Hotel Globo (Figura 4), localizado no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, que passou a ser sede da CPDCH.

²⁹ Um estudo mais detalhado sobre a atuação e funcionamento da Oficina-Escola, bem como uma discussão sobre os rebatimentos socioeconômicos dessa iniciativa, pode ser encontrado em “Cidadania e Patrimônio Cultural: Oficina-Escola, Projeto Folia Cidadã e Acehrvo no Centro Histórico de João Pessoa” de Jovanka Scocuglia (2004a).

³⁰ Algumas das ações mais significativas foram: Recuperação da Praça Dom Adauto; Recuperação do Adro São Francisco; Restauração da Igreja de São Bento; Restauração do Tribunal de Justiça do Estado; Restauração do Teatro Santa Roza; Restauração da Biblioteca Pública do Estado; Restauração do Coreto da Praça Venâncio Neiva; Restauração da Estação Ferroviária; Restauração do Sobrado do Comendador Santos Coelho (Casarão

Figura 4: Hotel Globo antes e depois do restauro.



Fonte: CPDCH *apud* Castro (2006, p. 41).

Já em 1988 houve uma primeira tentativa frustrada de revitalização da Praça Anthenor Navarro, por haver conflito entre comerciantes que eram contra o fechamento da área para a circulação de veículos e pela dificuldade em se retirar o posto de gasolina que funcionava no local. Apesar disso, essa área do Varadouro continuou sendo alvo de ações de revitalização e, mais tarde, se consolidou como principal locus das intervenções que ocorreram no centro histórico. Interessante notar que essa parte da cidade sofreu, durante o início do século XX, intensa modificação em sua paisagem, quando grande parte do casario de traços coloniais foi demolida para dar lugar a um conjunto de estilo eclético, seguindo tendências europeias modernistas da época. Portanto, como afirma Jovanka Scocuglia (2004b),

[...] nas intervenções de revitalização da década de 1990 procurava-se rememorar a fase de maior prestígio, visibilidade e uso público do centro antigo da cidade de João Pessoa – as décadas de 1920-1930 – quando as áreas de comércio na rua Maciel Pinheiro e de moradia na rua da Areia e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves ainda representavam riqueza e poder ou, pelo menos, o espaço onde viviam e circulavam os mais ilustres cidadãos da cidade no comércio, nos bancos e demais serviços ali localizados (SCOCUGLIA, 2004b, p. 79).

A praça, identificada no Mapa 3, foi construída a partir do alargamento da Rua Maciel Pinheiro e da Rua João Suassuna, substituindo o antigo beco que as ligava ao Largo São Frei Pedro Gonçalves. A área passou por uma modernização do seu casario, com a substituição de velhos sobrados comerciais oitocentistas por edificações que começavam a adotar alguns

dos Azulejos); Revitalização do Largo e da Ladeira São Frei Pedro Gonçalves; Revitalização da faixa de domínio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); Restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves; Restauração do Prédio N° 2 do Largo São Frei Pedro Gonçalves; Restauração da Antiga Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e Cia.; Restauração da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (CASTRO, 2006, pp. 39-40).

elementos da arquitetura de vanguarda da Europa de então – o *Art Nouveau* e o *Art Déco* (SCOCUGLIA, 2004b, p. 85) –, como mostra a Figura 5.

Figura 5: Praça Anthenor Navarro e casario do entorno.



Fonte: Portal Recordar Faz Bem³¹.

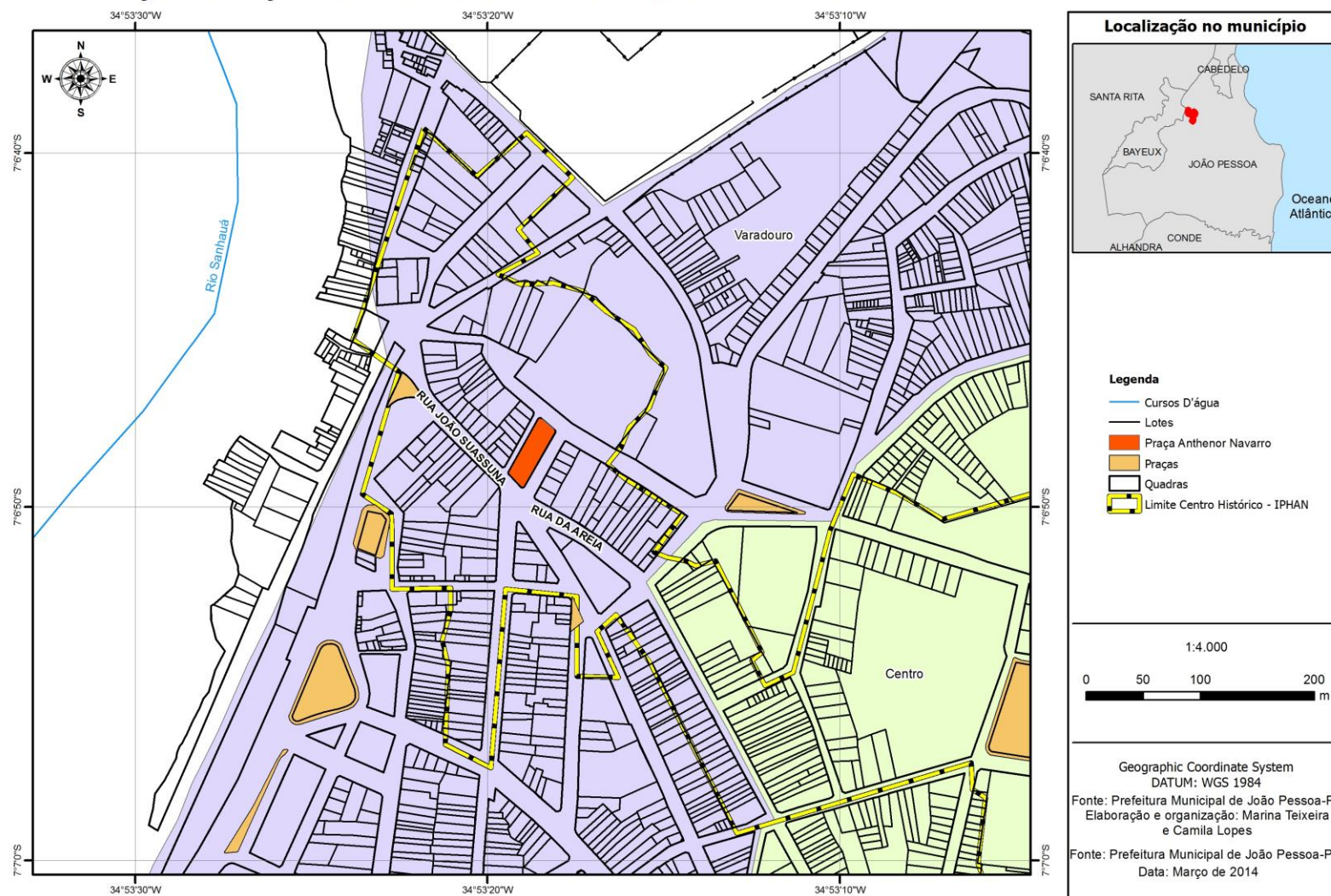
A característica de área predominantemente comercial e o posterior processo de esvaziamento das funções habitacionais marcaram o Varadouro e a Cidade Baixa até os dias atuais. A função comercial diurna convivia com a presença de bordéis que funcionavam durante a noite, dando ao local a “fama de zona de prostituição”, especialmente na Rua Maciel Pinheiro e Rua da Areia, circulando por ali “marinheiros, soldados, operários e membros da elite política e comerciante local”. Durante as décadas de 1950 e 1960 acentuou-se então “a imagem do centro da cidade como área de risco, despovoada e marginal durante a noite” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 98). Na verdade, devemos considerar que a função residencial não foi completamente perdida, uma vez que famílias de menor poder econômico ainda habitam principalmente a Rua da Areia³² e as comunidades Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital, localizadas na área do antigo porto à margem do Rio Sanhauá.

³¹ Disponível em: <<http://www.recordarfazbem.com/uploads/fotos/71b11d52cd733ae438728228a0ff8580.jpg>>. Acesso em maio de 2014.

³² Ainda persiste um forte imaginário que liga esta rua à prostituição e de fato existem nesta rua alguns bares e prostíbulos.

Mapa 3

LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA ANTHENOR NAVARRO NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA - PB



Jovanka Scocuglia (2004b) considera o período de 1996-2002 como de “reinvenção do lugar”, uma vez que se intensificaram as ações de revitalização, especialmente nos arredores da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves (Figura 6). Influenciada pelo exemplo das experiências consideradas bem sucedidas no início da década de 1990 no Pelourinho em Salvador e no Recife Antigo, através de parcerias entre o poder público e empresas privadas³³, iniciou-se a reforma da praça e do casario. Houve a retirada do posto de gasolina que funcionava no local, as instalações elétricas e telefônicas foram modernizadas, as edificações foram reformadas e as fachadas foram pintadas com cores fortes e, através da negociação dos aluguéis, novos empresários passaram a se estabelecer nos casarios (SCOCUGLIA, 2004b, p. 176). Apesar de ampla divulgação nos principais meios de comunicação da cidade e crescente apelo da opinião pública pela ação de revitalização, ela não se deu sem conflitos, principalmente entre os gestores e os comerciantes resistentes à transformação do local.

Figura 6: (A) Praça Anthenor Navarro. (B) Largo São Frei Pedro Gonçalves.



Fonte: (A) Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa³⁴. (B) Portal Guia Mais³⁵.

Fato é que as ações de revitalização deram visibilidade a esta área da cidade. Se de um lado havia a intencionalidade de reforçar certa imagem de cidade, aproximando João Pessoa à tendência das políticas econômicas das grandes cidades, por outro houve o estímulo e a diversificação dos usos no centro histórico. Nos primeiros anos após a reforma da praça e do largo, a Prefeitura promoveu, através da Fundação de Cultura de João Pessoa (FUNJOPE),

³³ No caso de João Pessoa, a parceria se deu inicialmente entre as Tintas Coral, o Grupo Brennand, a Cimepar, a Saelpa, a Telpa e os demais empresários que se instalaram no local (SCOCUGLIA, 2004b, p. 176).

³⁴ Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2011/08/praca-antenor-navarro-fotoManoelMartiliano-29-08-11-10.jpg>>. Acesso em maio de 2014.

³⁵ Disponível em: <[http://www.guiamaisjoaopessoa.com.br/artigos/sendtmp/20080312115218/foto-\(161\)_ampliada.jpg](http://www.guiamaisjoaopessoa.com.br/artigos/sendtmp/20080312115218/foto-(161)_ampliada.jpg)>. Acesso em maio de 2014.

uma intensa programação cultural no local, a exemplo da prévia carnavalesca e dos festejos da Paixão de Cristo. Os bares passaram a ocupar as calçadas e a própria praça com mesas e o lugar era frequentado por intelectuais, políticos, artistas, enfim, o que “ajudava a dar a esse trecho da cidade uma imagem artificial de área enobrecida” (SCOCUGLIA, 2004b, p. 183). Houve também uma imediata valorização imobiliária, percebida através do súbito aumento dos aluguéis. Ao mesmo tempo, nesse processo se deu visibilidade aos problemas desta área da cidade, provocando e propiciando a atuação mais incisiva da população local nos rumos do patrimônio cultural. É exemplar a formação, no ano 2000, da Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO), que atuava no sentido de buscar maior participação da população nas decisões políticas sobre o centro histórico, além de reivindicar a manutenção da agenda cultural naquela área, e o Projeto Folia Cidadã, que representava uma tentativa autônoma de realização de um projeto social na comunidade do Porto do Capim.

As novas associações formadas após as obras de revitalização da praça e do largo ampliaram a noção de espaço urbano enquanto espaço público, não apenas como lugar de visibilidade e de voz, mas também de ações práticas, de sugestões e busca de alternativas concretas de melhoria da qualidade de vida da população, da infraestrutura do bairro e dos serviços oferecidos à população. Esse processo envolveu não apenas empresários, consumidores de arte, cultura e diversão, mas também os moradores, aqueles que diariamente vivem no bairro, na rua, e que foram tratados nos planos estratégicos de revitalização da década de 1990, na Paraíba, quase sempre como se fossem invisíveis, quando não responsabilizáveis indiretos ou diretos pelo estado de abandono e degradação dessas antigas áreas centrais da cidade (SCOCUGLIA, 2004a, p. 169).

É necessário frisar que embora seja importante a realização de projetos culturais, que promovem o uso do patrimônio cultural, frequentemente eles produzem resultados ambíguos, muitas vezes insuficientes para melhorar de forma eficiente a condição real da vida das pessoas que já habitam ou fazem uso dessas áreas então desvalorizadas e precárias da cidade. A questão habitacional, apontada como fundamental para o sucesso de uma requalificação urbana, não tem sido tratada de maneira incisiva pelo poder público ao longo desses anos. Existiram iniciativas como a inserção de João Pessoa em 2002 no Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH) em parceria com a Caixa Econômica Federal, que visava à criação de linhas de financiamento para reforma de casarões estimulando o uso habitacional ou comercial/habitacional. Posteriormente este programa foi transformado em Perímetro de Reabilitação Integrada (PRI), ampliando a ação do PRSH para ruas e praças. Houve também em 2007 o Projeto Moradouro, através do Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal, que previa a transformação de sete casarões da Rua João Suassuna em

prédios residenciais. No entanto, faltam estudos que apontem os resultados efetivos dessas iniciativas, uma vez que a existência desses projetos não garantiu sua execução. Os casarões da Rua João Suassuna, por exemplo, contrastam na paisagem do entorno por estarem em ruínas até os dias de hoje³⁶.

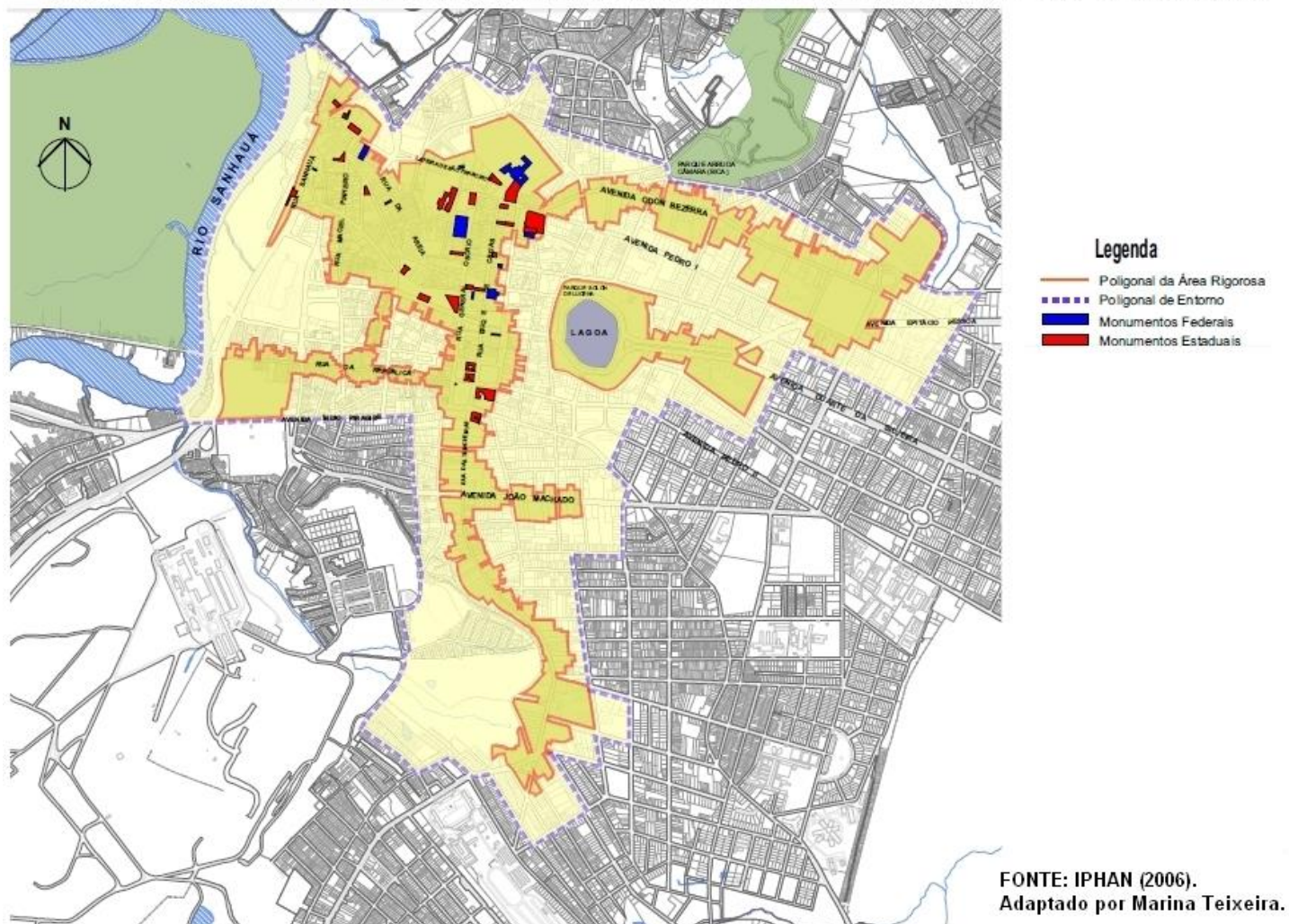
Como dito anteriormente, não é exatamente por falta de mecanismos legais que existem abandonos e descaso com o patrimônio histórico em João Pessoa. Em junho de 2004, o Decreto Estadual nº 25.138 aprovou o tombamento estadual do centro histórico, revisando o Decreto de 1982. Com a redefinição, ampliou-se a área de proteção pelo IPHAEP, coincidindo com a área de ação da CPDCH, e propôs-se um zoneamento que define uma Área de Preservação Rigorosa (APR) e uma Área de Preservação do Entorno (APE), como pode ser observado no Mapa 4. De acordo com Ana Luiza da Costa (2009), a maior inovação desse documento é a referência à possibilidade de tombamento de ruas e praças, além das edificações. Segundo a autora, os casos de intervenção na APR, em bens tombados individualmente ou considerados de conservação total dentro da APE apenas seriam autorizados pelo Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais (CONPEC) e os demais casos pela Diretoria Executiva do IPHAEP. À CPDCH ficava a responsabilidade de emitir laudos técnicos que subsidiariam as ações da CONPEC (COSTA, 2009, p. 130).

Em 2007, é aprovada a proposta de tombamento nacional do conjunto urbano do centro histórico de João Pessoa, a partir de um inventário de estrutura urbana e edificações inseridas no perímetro que compreende a parte mais antiga da cidade: Varadouro e Cidade Alta. A proposta contém a descrição de dois núcleos que compõem o centro histórico: Núcleo Porto do Capim/Varadouro e Núcleo Cidade Alta, além do eixo de ligação formado pela Ladeira de São Francisco e Rua da Areia, que podem ser observados no Mapa 5. No Núcleo Cidade Alta, destacam-se “as três ruas no sentido norte-sul: Avenida General Osório, Duque de Caxias e Visconde de Pelotas, onde se instalaram as edificações religiosas que vieram desde os primeiros anos de fundação da cidade – a Matriz, o Mosteiro Beneditino, Conjunto Franciscano, Conjunto do Carmo, Igreja da Misericórdia” (COSTA, 2009, p. 137). Assim, foram definidas uma Poligonal de Tombamento Nacional e uma Poligonal de Entorno, como pode ser observado no Mapa 6.

³⁶ Em matéria do Jornal da Paraíba de 13 de abril de 2014, divulgou-se a realização de um trabalho de levantamento arqueológico nos casarões da Rua João Suassuna com início em novembro de 2013. Até o momento em que a matéria foi escrita, foram encontrados e catalogados mais de 500 materiais históricos no local. Consta a informação que após a conclusão da prospecção arqueológica, os casarões estariam disponíveis para moradia, comércio ou serviços, mas sem maiores informações. Disponível em <http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/124751_tesouros-sao-achados-em-casaro-es?fb_action_ids=688791414516316&fb_action_types=og.likes>. Acesso em 14/04/2014.

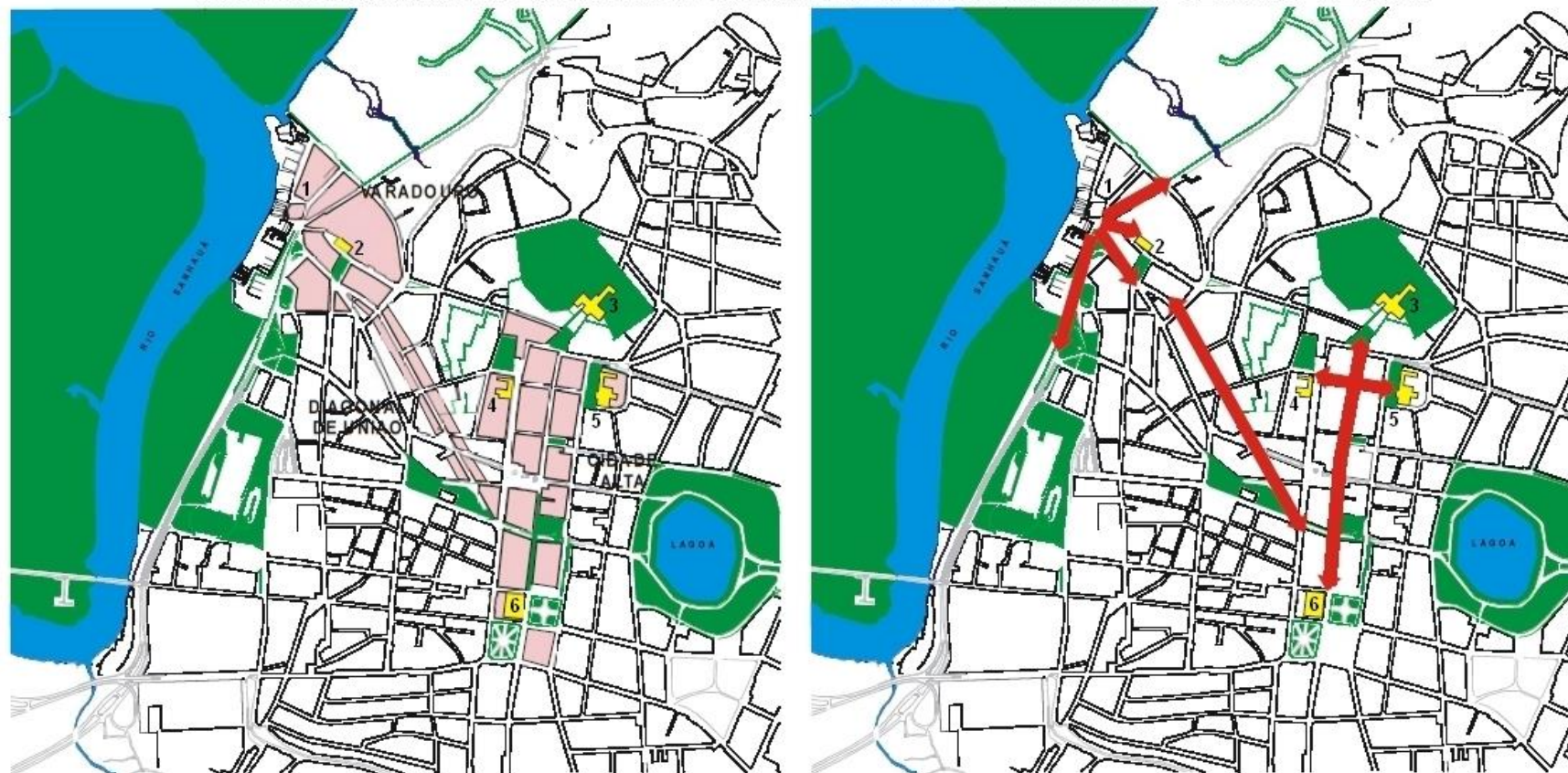
Mapa 4

PROPOSTA DE TOMBAMENTO ESTADUAL PARA O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA – 2004 (IPHAEP)



Mapa 5

EIXOS DIRECIONAIS DA ESTRUTURA URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA



LEGENDA

- 1 - Porto do Capim
- 2 - Igreja de São Pedro Gonçalves
- 3 - Conjunto Franciscano
- 4 - Conjunto Benedito
- 5 - Conjunto Carmelita
- 6 - Antigo Conjunto Jesuíta

FONTE: IPHAN (2006). Adaptado por Marina Teixeira.

Intervenções emblemáticas ocorreram entre 2009 e 2010 em dois espaços públicos significativos no contexto da Cidade Alta: a Praça Vidal de Negreiros ou Ponto de Cem Réis e a Praça Rio Branco. Localizadas entre a Rua Visconde de Pelotas e a Avenida Duque de Caxias, estando relativamente próximas entre si, como pode ser observado no Mapa 7, configuram dois exemplos distintos de reformas empreendidas pelo poder público, apesar de haver confluências na intencionalidade das mesmas, como veremos adiante. Devemos ressaltar que “no espaço público, além de se conflitarem interesses públicos e privados, às vezes entram em controvérsia diferentes órgãos da própria administração pública, pelo exercício do poder no espaço que cada um tenta defender e, em alguns casos, impor” (SOBARZO, 2004, p. 72). Lembrando-se da tríade de conceitos propostos por Lefebvre (2012), o que costuma ocorrer é a prática espacial dos “usuários” dos espaços públicos – que é justamente o que os definem enquanto tais – ser alterada pelas decisões normalmente levadas a cabo pelo Estado, na figura do poder municipal ou do próprio prefeito. Essas decisões, atuando no nível da dominação (no plano das representações do espaço), não raro desconsideram a importância simbólica do espaço, no plano do vivido e da apropriação, servindo assim para legitimar o interesse de grupos específicos ou uma visão particular dos rumos que deve tomar a cidade. Não estamos, com isso, defendendo uma posição radical contrária às transformações do espaço, que em muitos casos se fazem necessárias e são fruto da dinâmica social. O que é passível de crítica é a condução dessas interferências e as consequências que elas trazem para os habitantes da cidade, como tentaremos demonstrar.

A Praça Vidal de Negreiros, apesar de inserida na Poligonal de Área Rigorosa pelo tombamento do IPHAEP e na Poligonal de Entorno pelo tombamento do IPHAN, passou por uma reforma que modificou totalmente seu desenho urbano anterior. Porém, essa não foi a primeira reforma radical que ocorreu ali. No século XVII, no local foi construída a Igreja do Rosário dos Pretos, representando a devoção dos homens pretos, fossem foros ou escravos (SARMENTO et al, 2010, p. 3). As atividades da igreja demarcavam o cotidiano do lugar, abrigando atividades culturais e trabalhos sociais voltados para a comunidade negra. Havia a realização de procissões, festas, coroações de reis e rainhas, além de ajudas a necessitados e doentes, concessão de dotes, proteção contra maus-tratos dos senhores e ajuda para compra de alforria (SOUSA JÚNIOR, 2008, p. 458 apud SARMENTO et al, 2010, p. 3). Como parte das reformas ocorridas na década de 1920, a igreja e alguns casarios do entorno foram demolidas para dar lugar a uma área larga e regular no então centro da cidade, destinada a funcionar como terminal dos bondes elétricos. As duas paisagens podem ser vistas na Figura 7.

Mapa 7

LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS RIO BRANCO E VIDAL DE NEGREIROS NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA - PB

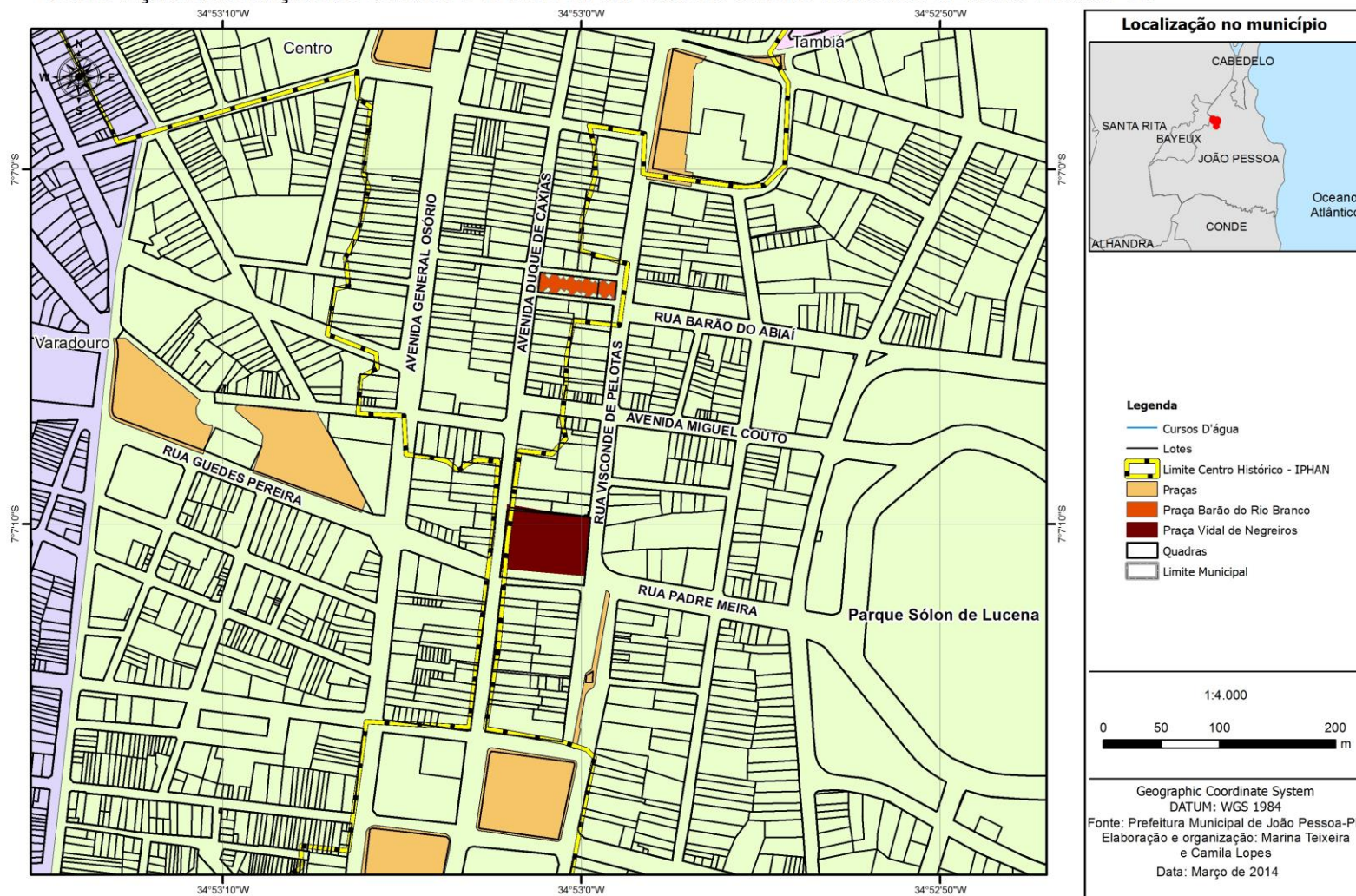
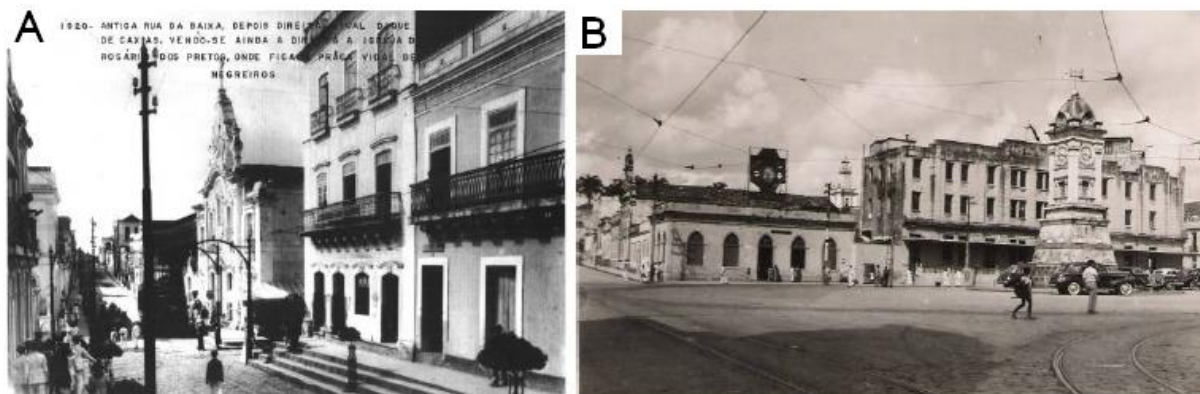


Figura 7: (A) Igreja Rosário dos Pretos em 1920. (B) Praça Vidal de Negreiros, com vista para o relógio, trilho dos bondes e carros de aluguel estacionados.



Fonte: Acervo Humberto Nobrega apud Bruna Sarmento et al (2010, p. 4). Modificada pela autora.

Antes e após a reforma, a praça era conhecida como “Ponto de Cem Réis”:

A denominação oficial de Praça Vidal de Negreiros não impediu que o lugar continuasse a ser chamado de Ponto de Cem Réis, nome esse, aliás, que antecedeu a própria abertura do largo. A praça abrigava a parada final das linhas do Comércio, de Tambiá e de Trincheiras. Ao centro do novo largo, o projeto previu a construção de uma coluna para abrigar um relógio e, margeando a Rua Duque de Caxias, de um pavilhão onde funcionavam sanitários públicos, café, floricultura, sorveteria e *bomboniere*. Os bondes tinham seu entroncamento em frente ao pavilhão e na área central funcionava o estacionamento de carros de aluguel (SARMENTO et al, 2010, p. 4).

Em 1929 foi demolida a residência do Barão de Marau para dar início à construção do Parahyba Palace Hotel, aonde se hospedariam militares na época da Segunda Guerra, pessoas que viajavam a trabalho e turistas. Com isso, o lugar se afirmava como ponto de convívio social na cidade, com a presença de figuras importantes que se reuniam para discutir negócios e política, frequentando o café do térreo do hotel (CAMACHO, 1999, p.33 apud SARMENTO et al, 2010, p. 5). Já em 1951 ocorrem novas alterações, quando se retira os bondes e os carros de aluguel do centro da praça, deslocando a circulação de veículos para o entorno e favorecendo o convívio social. Os edifícios ao redor da praça passaram a abrigar “consultórios médicos, farmácias, escritórios de advocacia e vários cafés” e a praça era palco de reuniões oficiais e também de desfiles cívicos, festas de carnaval, comícios políticos e conversas matutinas (SARMENTO et al, 2010, p. 5).

As obras de modernização ocorridas na cidade nas décadas de 1920 e 1930, em especial o saneamento da Lagoa e seu entorno em 1937, visavam à ampliação da malha viária que ligaria o centro às áreas de expansão. Assim, João Pessoa seguia os exemplos das demais

cidades privilegiando a circulação do transporte motorizado, com a criação de avenidas largas e *parkways*. No final da década de 1960, o bonde que já vinha sendo cada vez menos utilizado deixa de existir, fazendo com que o Ponto de Cem Réis perdesse de vez sua principal função. Na década de 1970, o então prefeito Damásio Franca realiza a construção de um viaduto que corta a praça, com a justificativa de melhorar o fluxo de veículos da Cidade Baixa para a Lagoa. O viaduto, que recebe o nome do prefeito, foi celebrado por políticos e pela imprensa por representar o progresso e a modernidade, mas trouxe consequências negativas no que diz respeito às sociabilidades que ocorriam no lugar, uma vez que a via aberta restringiu o espaço da praça e representou um obstáculo entre a mesma e o Paraíba Palace Hotel. A fragmentação da praça, dada pela ligação viária entre a Rua Guedes Pereira e Avenida Duque de Caxias, desfavorecia os pedestres e impedia a concentração da população em grandes festas e eventos como ocorria anteriormente, restando apenas a porção leste como convidativa à presença, especialmente por ser arborizada, o que contrastava com a aridez do restante do espaço (SARMENTO et al, 2010, p. 7).

Acompanhando a já sinalizada tendência da transformação do centro na medida em que a cidade se expandia, ao longo das décadas de 1980 e 1990 a praça foi perdendo seu “prestígio”, apesar de continuar sendo um local bastante frequentado. As lojas e serviços voltados para as classes mais abastadas foram sendo substituídas por um comércio popular e informal. A presença de usuários de drogas, prostitutas e crianças praticando pequenos furtos reforçavam o estigma de deterioração do espaço e de insegurança no centro.

Durante o primeiro mandato do prefeito Ricardo Coutinho (2005-2008), foi feita uma proposta de redesenho do Ponto de Cem Réis (SCOCUGLIA et al, 2010, p. 7) e a reforma foi finalizada no começo do seu segundo mandato, no dia 4 agosto de 2009, véspera do aniversário da cidade. A obra foi anunciada como parte do “Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins” do Governo Municipal³⁷ (CANTALICE, 2012, p. 187), executada pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), com investimento da ordem de R\$1.763.148,23³⁸. Encobriu-se o viaduto, transformando-o em um túnel, de modo que o piso da praça fosse nivelado em uma única pavimentação de lajotas de concreto. A praça se conecta com o trecho da Avenida Duque de Caxias que vai da Praça João Pessoa até a Igreja

³⁷ Em Bruna Sarmiento et al (2010), consta a informação que a intervenção integrava o Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), que tinha o objetivo de recuperar espaços públicos de grande circulação.

³⁸ Informações obtidas através do Blog de Ricardo Coutinho, na notícia “Novo Ponto de Cem Reis será inaugurado dia 4 de agosto”. Disponível em: <<http://omago2010.blogspot.com.br/>>. Acesso em maio de 2014.

da Misericórdia em uma espécie de calçadão, ficando restrita a circulação de automóveis à Rua Visconde de Pelotas. Durante a reforma, foram retirados os sapateiros e os camelôs que trabalhavam no local (CANTALICE, 2012). A nova configuração da praça é uma extensa área livre, que pode ser observada na Figura 8, com poucos bancos e poucas árvores, localizados nas bordas, além da relocação do busto em homenagem a André Vidal de Negreiros.

Figura 8: (A) Configuração da Praça Vidal de Negreiros na década de 1970 com o Viaduto Damásio Franca. (B) Vista da praça a partir do Paraíba Palace Hotel em direção à Rua Duque de Caxias, após a reforma de 2009.



Fonte: (A) Acervo Humberto Nóbrega. (B) Acervo Bruna Sarmiento apud Sarmiento et al (2010, p. 7). Modificada pela autora.

A justificativa mais evidente dessas modificações é a retomada da possibilidade de realização de grandes eventos com aglomeração de pessoas, o que, aliás, passou a ser parte das políticas culturais da Prefeitura a partir de então, promovendo festas e shows no período noturno, já que a ausência de sombra e de mobiliário dificulta a permanência de pessoas durante o dia. Apesar disso, o local tem movimentação intensa no período diurno, motivada pela concentração de comércio e serviços populares em seus arredores.

As modificações “retiraram barreiras visuais, descortinaram a paisagem e terminaram por valorizar seu entorno e evidenciar os edifícios à sua volta, com variedade de usos e de gabaritos, mas revelando o estado de degradação em que muitos deles se encontram” (DIMENSTEIN et al, 2013, p. 4). No esquema a seguir (Figura 9), podem-se observar os usos

e ocupações dos prédios localizados no entorno praça. De acordo com Marcela Dimenstein et al (2013) e nossas observações feitas em campo, no antigo prédio do IPASE (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado) funciona um *shopping* popular no andar térreo (figura 01) e os demais andares estão ocupados por moradores ligados ao movimento de luta pela moradia. O edifício Duarte da Silveira tem o térreo ocupado por lojas (figuras 06, 07, 08, 09) e os andares superiores encontram-se abandonados, assim como o antigo casarão Gomes da Silveira (figura 10) que já teve seu andar térreo ocupado por lojas, mas hoje se encontra totalmente abandonado. Na parte leste da praça existem árvores e bancos, propiciando a permanência das pessoas e ambulantes (figura 05). Os prédios desse lado também são de uso comercial, separados da praça pela Rua Visconde de Pelotas. Já na parte oeste existem prédios comerciais e de serviços (figura 11) com destaque para o edifício Regis da década de 1970 (figura 12). Ali há fluxo mais constante de pessoas pela presença do calçadão da Avenida Duque de Caxias. O prédio do antigo Paraíba Palace Hotel foi recentemente reformado e transformado em um *shopping* com lojas e praça de alimentação (figuras 02, 03, 04).

Figura 9: Esquema de uso e ocupação da Praça Vidal de Negreiros.



Fonte: Marcela Dimenstein et al (2013, p. 6).

Figura 10: Vista do Ponto de Cem Réis para o Paraíba Palace Shopping, antigo edifício do IPASE e edifício Regis respectivamente.



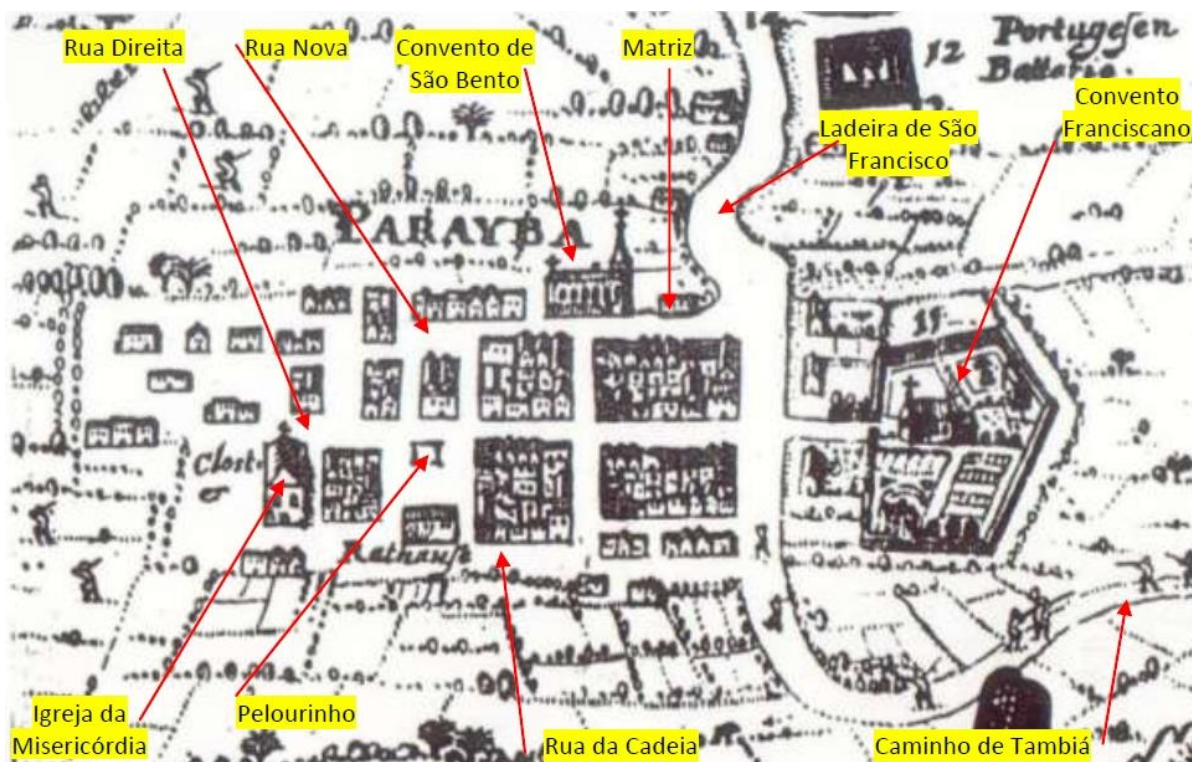
Fonte: Elaborada pela autora em abril de 2014.

Outra praça alvo de intervenções recentes foi a Praça Rio Branco. A última reforma, ocorrida entre 2009 e 2010, foi realizada pelo IPHAN em parceria com a Prefeitura de João Pessoa, com recursos da ordem de R\$400 mil por meio do Programa de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas), do Governo Federal. A justificativa para essa intervenção foi a importância da área pela presença de edifícios de valor histórico e arquitetônico e o resgate do uso público da praça, que era utilizada como estacionamento.

A Praça Rio Branco era originalmente um largo aonde se concentravam edifícios com funções administrativas do período colonial e do Império na Cidade Alta³⁹. Ali se encontraram a Casa dos Governadores, o Erário Público, a Casa de Câmara e Cadeia, o Açougue, havendo também referências à existência de um Pelourinho, como pode ser visto na Figura 11, reprodução de um croqui do século XVII, feito durante a ocupação holandesa na cidade – de 1634 a 1654 (COSTA, 2009, p. 89). Os nomes atribuídos ao largo estavam relacionados aos usos das edificações principais como Largo da Antiga Cadeia e Largo do Erário.

³⁹ A maioria das informações sobre a história da praça foi retirada do Projeto de Revitalização da Praça Rio Branco, disponível na Biblioteca do IPHAN em João Pessoa.

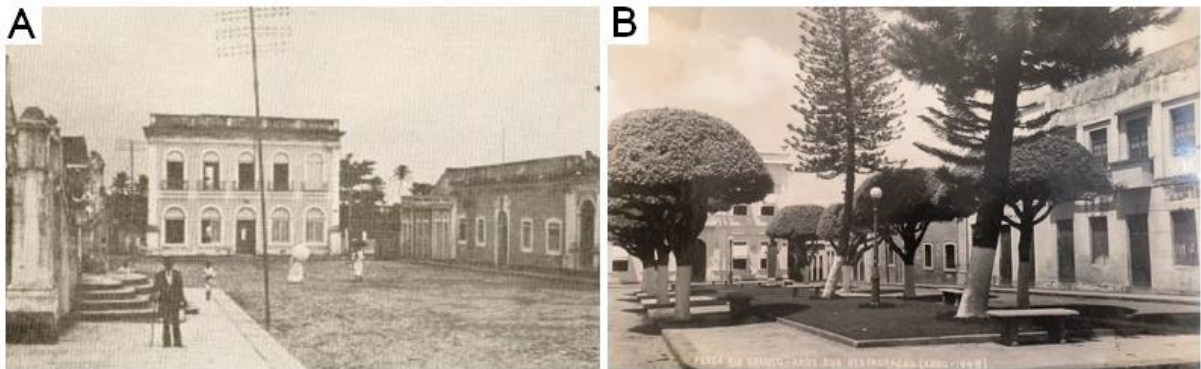
Figura 11: Reprodução de estampa holandesa, gravada em 1635.



Fonte: Dieb (1999) apud Costa (2009, p. 84). Modificado por Costa (2009).

Durante a República, ocorre a transferência das atividades administrativas para outras áreas da cidade, como a mudança do Palácio dos Governadores para o Colégio Jesuítico, provocando sucessivas transformações nas funções e usos das edificações e do largo (Figura 12). Por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia, construída em 1699, abrigou após 1837 o Quartel da Guarda Municipal. Em 1875 o prédio foi reformado para abrigar a Câmara Municipal e posteriormente a Prefeitura Municipal, depois de nova reforma no início do século XX. A partir de 1918, quando recebeu características de praça pública como ajardinamento, iluminação e mobiliário, o local recebeu o nome de Praça Rio Branco (SILVA e MOURA FILHA, 2012, p. 6).

Figura 12: (A) Antigo Largo do Erário em 1910, com vista para a Cadeia Velha, na época Paço Municipal. (B) Praça Rio Branco em 1948, após reestruturação.



Fonte: (A) Acervo Walfredo Rodrigues apud Almeida (2006, p.43). (B) Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A “modernização” da cidade ao longo do século XX comentada anteriormente também teve consequências nos usos da praça. Até antes da reforma, a principal função da mesma era servir de estacionamento sombreado para veículos, que tinham espaço demarcado no piso da praça – o que não impedia “desvios da regra”, como pode ser visto na Figura 13.

Figura 13: (A) Praça Rio Branco sendo utilizada como estacionamento. (B) Usos de comércio e serviço nas antigas edificações.



Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Rio Branco.

Com o projeto de revitalização e a reforma, foram instalados bancos e iluminação baixa, além da elevação do nível do que seria a continuidade da Rua Barão do Abiaí, impedindo a circulação de carros. Neste curto tempo, a praça configurou-se como importante ponto de encontro, especialmente nos finais de semana, sendo alvo de projetos culturais promovidos pelo governo municipal e pela população, como é o caso do “Sabadinho Bom” e do “Beco Cultural”. O projeto vem sendo realizado desde 2010 e consiste na apresentação de

grupos de samba e choro nas tardes de sábado, reunindo uma grande quantidade de pessoas. Durante e após as apresentações musicais do “Sabadinho Bom”, acontecem atividades no “Beco Cultural Philipéia”, localizado na Rua Braz Floriano, conhecida como “Beco” em frente à Cachaçaria Philipéia. A Associação Cultural Beco da Philipéia é responsável pela programação composta normalmente por apresentações de músicos e artistas locais, mestres da cultura popular e grupos folclóricos. Com isso, a praça – que passou a ser chamada carinhosamente de “Praça do Chorinho” – tem retomado seu lugar de referência na antiga Cidade Alta, abrigando outras atividades culturais, além do uso cotidiano por trabalhadores e passantes que descansam nas cadeiras e se abrigam do sol embaixo das árvores.

Embora o projeto tenha tido sucesso em promover e intensificar o uso do espaço, não significa que embates e conflitos não aconteçam. Não se trata também de atribuir todo o mérito às estratégias institucionais, pois de fato há uma diversidade de pessoas que frequentam, fazem uso e se apropriam da praça de diversas maneiras no cotidiano – moradores do centro, moradores de diversas partes da cidade, vendedores ambulantes, artistas, produtores culturais, turistas e assim por diante. Muitas vezes é a própria ausência ou presença da ação do poder público que provoca as contradições. Por exemplo, em situações como a proibição da circulação de carros com som mecânico na área existe a intenção de preservar a característica do projeto, mas ao mesmo tempo isso impede que algumas pessoas frequentem o local. A regulação tem efeitos positivos e negativos, pois na medida em que organiza e normatiza, sugere que somente aquele uso é possível. Voltaremos a essa discussão no terceiro capítulo.

Também existem esforços no sentido de recuperar os prédios do entorno da praça, como é o caso da reforma da Casa do Erário. O local, construído em 1785, funcionou como primeiro açougue da cidade. Em seguida, o lugar foi transformado em mercado público, passando, em 1869, a funcionar como repartição dos Correios, durante dois anos. Em 1971, a edificação foi transformada em depósito, atividade mantida por cinco anos. Entre 1976 e 1981, a casa permaneceu fechada, em situação de abandono, quando, já sem teto, começou a ser restaurada. Atualmente o imóvel tombado pelo IPHAN abriga a Casa do Patrimônio de João Pessoa, extensão da Superintendência do IPHAN na Paraíba, onde ocorrem ações voltadas à educação patrimonial, como exposições e palestras. Outra ação em andamento é a restauração da Antiga Casa dos Contos e Residência do Capitão-mor, com recursos do PAC

Cidades Históricas da ordem de R\$1.650.000⁴⁰. Até então, funcionava no local o Departamento da Polícia Federal e provisoriamente a Biblioteca do IPHAN. Com a reforma, o prédio abrigará o Centro de Documentação e sede do IPHAN.

Por fim, cabe um comentário sobre as recentes propostas contempladas pelo recurso do PAC Cidades Históricas em João Pessoa, situação que ilustra bem o momento atual por que passa a revitalização do centro histórico. Do montante de 50 milhões de reais pleiteados para a cidade, cerca de 38 milhões deverão ser aplicados em propostas para a região do Varadouro, mais precisamente no Porto do Capim. As obras preveem a restauração do antigo prédio da Superintendência da Alfândega que seria transformado em um Centro de Cultura Popular, com investimento de R\$1.300.000; a revitalização da antiga Casa de Gelo, que abrigaria um Centro de Apoio a Eventos e Visitantes com investimento de R\$525.000; a requalificação do antigo Cais do Porto com a construção de uma Arena de Eventos e Cultura, de investimento de R\$16.185.000; a requalificação das vias de acesso à Arena de Eventos e Cultura, com investimento de R\$4.740.000; a implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá, com investimento de R\$15.120.000⁴¹. A divulgação da notícia esquentou os ânimos e os nervos da população pessoense, principalmente das comunidades⁴² que residem no local e que já vem lutando por visibilidade e direitos pelo menos desde que se passou a falar e agir no sentido de revitalizar o Varadouro. Apesar de já terem sido feitos outros estudos e propostas de intervenção na área, pouco ou nada “saiu do papel” até então. A comunidade que vive ali há pelo menos 50 anos vem resistindo sem maior assistência do poder público ao longo dos anos no que diz respeito às condições de saneamento, equipamentos urbanos e serviços públicos. Em proposta anterior, realizada e divulgada pela CPDCH, as famílias que ocupam a beira do rio seriam realocadas para habitações construídas em uma área próxima⁴³. Chama a atenção na proposta atual a construção da “Arena de Eventos e Cultura” justamente aonde se localizam essas habitações, ou seja, o que resultaria na remoção das famílias. Essa possibilidade mexeu com o antigo “fantasma” que rondava a comunidade, estimulando as

⁴⁰ Informação obtida em notícia divulgada no site da Prefeitura de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/dilma-garante-a-luciano-cartaxo-r-50-milhoes-para-revitalizacao-do-centro-historico/>>. Acesso em setembro de 2013.

⁴¹ Idem. As demais obras contempladas são a restauração do Antigo Conventinho para construção da Casa das Artes, com investimento de R\$3.150.000; a restauração do Antigo Hotel Globo, Sede da COPAC, com investimento de R\$ 770.000; a restauração da Azulejaria do Adro do Conjunto Franciscano, com investimento R\$ 2.610.000 (PMJP em parceria com IPHAN-PB); a restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com investimento R\$ 2.980.000,00 (PMJP em parceria com IPHAN-PB).

⁴² Apesar de ser tratada genericamente como Porto do Capim, existem na área as comunidades Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro (GONÇALVES, 2013).

⁴³ Uma discussão sobre a proposta anterior de revitalização do Porto do Capim pode ser encontrada no livro “Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais” de Jovanka Scocuglia (2010).

ações e debates promovidos pela Associação Porto do Capim em Ação⁴⁴ em parceria com a sociedade civil, grupos e ONGs que atuam no local. O destino dessas pessoas está em aberto, uma vez que a Prefeitura tem até julho deste ano (2014) para encaminhar os projetos para aprovação, em que pese perder os recursos caso não atenda às especificações e prazos. De qualquer maneira, é totalmente questionável a condução que tem dado o poder público a essa questão, evitando o diálogo e a transparência no que diz respeito à elaboração dos projetos para esta área.

Decerto foram inúmeras as intervenções realizadas no centro histórico durante o período compreendido entre a década de 1980 aos dias de hoje e tampouco elas pararão por aqui. Procuramos destacar algumas dessas intervenções, particularmente dando ênfase aos espaços públicos que fazem parte do recorte metodológico deste estudo, buscando considerar a dinâmica espacial da cidade e as implicações que mudanças no espaço “físico” têm no espaço vivido. Podemos notar que há uma intencionalidade em comum nos projetos e ações de revitalização do patrimônio, em especial no que diz respeito aos espaços públicos e notadamente às praças, que é promover seu uso cultural e é sobre isso que refletiremos no terceiro capítulo.

⁴⁴ Associação formada em 2012 e formalizada em 2014 por moradoras do Porto do Capim que não se sentiam representadas pela associação existente na comunidade e desejavam se organizar e lutar por direitos.

CAPÍTULO 3
ENTRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO:
O USO CULTURAL DAS PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO

3.1 A CULTURA E AS PROPOSTAS DE REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS: DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Certamente não é tarefa simples falar de “cultura”, tema complexo, bastante amplo e abordado por diversos ângulos e campos do conhecimento. A palavra é utilizada em muitos contextos para designar uma variedade de comportamentos e situações, fazendo com que o conceito não seja facilmente delimitado e compreendido. Além disso, não é raro encontrarmos a adjetivação “cultural” em muitas expressões, como “centro cultural”, “patrimônio cultural”, “política cultural”, “agente cultural”, “promotor cultural”, etc., muitas delas já utilizadas até aqui em nosso trabalho. Interessa-nos ao menos elucidar questões relacionadas ao denominado “uso cultural” dos espaços públicos, especialmente no que diz respeito a algumas propostas e ações realizadas pelos diversos agentes e sujeitos que atuam no centro histórico de João Pessoa. Para tanto, ainda que de maneira sintética, buscamos esclarecer como se formulou o conceito nas ciências sociais e como este debate é caro quando se trata da produção do espaço urbano contemporâneo.

Marilena Chauí (2008), ao refletir sobre a relação entre cultura e democracia, lembra que em sua origem, o termo vindo do latim *colere* significa o cultivo e o cuidado. Assim, antigamente “a cultura era concebida como uma ação que conduz a plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém” (CHAUÍ, 2008, p. 55). Porém, na história do ocidente, esse sentido foi se perdendo ao longo do tempo e no século XVIII, com o Iluminismo, a palavra ressurge como sinônimo de civilização. A cultura passa a ser entendida então como um padrão ou critério de medida do grau de civilização de uma sociedade, estando associada à noção de evolução e progresso. Assim, “avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização” (CHAUÍ, 2008, p. 55). A autora salienta que essa noção iluminista de cultura foi retomada no século XIX no contexto da constituição da antropologia enquanto ramo das ciências humanas. Os antropólogos passaram a avaliar as sociedades de acordo com o padrão de evolução e progresso da sociedade capitalista europeia, ou seja, aquelas sociedades que não estavam baseadas em noções como a de Estado, de mercado e de escrita eram consideradas atrasadas, portanto de “cultura primitiva”. Desse modo, justificava-se a imposição do modelo de cultura europeia capitalista sobre outras formas de produção e organização social, legitimando os processos de colonização e imperialismo.

Paulo César Gomes (2010) recupera a reflexão de Norbert Elias sobre o desenvolvimento dos conceitos de civilização e cultura a partir do século XVIII na Europa.

Elias aponta que havia concepções diferentes desses conceitos particularmente entre a França e a Alemanha. Se na França predominava a noção iluminista que ligava cultura à ideia de civilização, no sentido de progresso, evolução e superioridade das sociedades ocidentais, na Alemanha se tinha a separação entre os termos *Kultur* e *Zivilisation*. A palavra *Zivilisation*

[...]para os alemães têm conotações muito diversas, dado o caráter específico das transformações vividas pela Alemanha nessa época” e “seu emprego em alemão costuma significar uma aparência externa, algo superficial, desprovido de autenticidade, sinceridade e espontaneidade (GOMES, 2010, p. 106).

Por outro lado, por meio do conceito de *Kultur* “valoriza-se não o movimento ou a dinâmica regular e formal da interação social, mas sim as realizações ou obras, nas quais se realizam de forma estável a individualidade e a personalidade de um povo” (GOMES, 2010, p. 106). Os autores relacionam as diferenças na construção desses conceitos com as características distintas da formação sócio-espacial dos Estados-nação na França, Inglaterra e Alemanha.

A alusão a essas diferenças na construção do conceito pode nos ajudar a entender o que Marilena Chauí (2008, p. 56) entende como uma mutação decisiva na ideia de cultura, formulada sobretudo pela filosofia alemã no século XIX, quando passa a ser “elaborada como a diferença entre natureza e história”. Daí resulta uma concepção ampliada de cultura que é incorporada, no século XX, pelos antropólogos europeus⁴⁵. Assim expressa a autora:

A partir de então, o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2008, p. 57).

⁴⁵ Marilena Chauí (2008) sublinha o campo da antropologia em sua reflexão, até porque no contexto da delimitação de campos disciplinares, a cultura foi praticamente definida como objeto de estudo dos antropólogos. Porém, devemos lembrar que este debate perpassa pelas demais ciências sociais e naturais, inclusive a geografia. Entre tantos trabalhos que discutem este tema, destacamos o texto “Epistemologia e teoria cultural” de Scott William Hoefle (2012), além dos trabalhos de Roberto Lobato Corrêa sobre “geografia cultural”.

No entanto, a sociedade moderna capitalista, dividida em classes sociais, implica uma “divisão cultural”, fazendo com que ao invés de predominar a concepção ampla de cultura se imponham as denominações “cultura dominante e cultura dominada”, “cultura de elite e cultura popular”, correspondentes ao que se convencionou chamar de “cultura formal, ou seja, a cultura letrada, e a cultura popular, que corre espontaneamente nos veios da sociedade” (CHAUÍ, 2008, p. 58). Por meio dessa divisão cultural se legitima “o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social” pela “cultura dominante” (CHAUÍ, 2008, p. 59). Contudo, essa relação de dominação tende a ser ocultada, principalmente com o surgimento da chamada cultura de massa ou indústria cultural.

A indústria cultural opera, de acordo com a autora, de modo a separar os bens culturais pelo valor de mercado, sendo as obras “caras” e “raras” destinadas à “elite cultural” e as obras “baratas” e “comuns” destinadas à massa. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, cria-se a ilusão de que todos têm acesso aos bens culturais, quando na verdade as empresas responsáveis pela “divulgação cultural” pré-selecionam o que cada “tipo” de consumidor pode e deve ler, ouvir ou ver. Por fim, a indústria cultural “define [e restringe] a cultura como lazer e entretenimento” (CHAUÍ, 2008, p. 60). A autora recupera a contribuição de Hannah Arendt para essa discussão, quando a mesma destaca a transformação do “trabalho cultural, das obras de pensamento e das obras de arte, dos atos cívicos e religiosos e das festas em entretenimento” (CHAUÍ, 2008, p. 60). O entretenimento, entendido como tempo livre, de recuperação das forças corporais e psíquicas das pessoas, tempo de diversão, lazer e repouso, é uma dimensão da cultura, mas se distingue do trabalho criador e expressivo das obras de pensamento e de arte.

Se, por um instante, deixarmos de lado a noção abrangente da cultura como ordem simbólica e a tomarmos sob o prisma da criação e expressão das obras de pensamento e das obras de arte, diremos que a cultura possui três traços principais que a tornam distante do entretenimento: em primeiro lugar, é trabalho, ou seja, movimento de criação do sentido, quando a obra de arte e de pensamento capturam a experiência do mundo dado para interpretá-la, criticá-la, transcendê-la e transformá-la – e a experimentação do novo; em segundo, é a ação para dar a pensar, dar a ver, dar a refletir, a imaginar e a sentir o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas, transformando-as em obras que as modificam porque se tornam conhecidas (nas obras de pensamento), densas, novas e profundas (nas obras de arte); em terceiro, numa sociedade de classes, de exploração, dominação e exclusão social, a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural. Ora, a indústria cultural nega esses traços da cultura (CHAUÍ, 2008, p. 61).

Os Situacionistas anunciaram uma crítica radical à redução que a indústria e o mercado fazem da cultura. Como elucidamos no primeiro capítulo, seus escritos das décadas de 1950 e 1960 propunham a transgressão da espetacularização, da alienação e da passividade⁴⁶ que tomavam conta da sociedade moderna, particularmente nas cidades europeias. Na vida cotidiana, a arte e o lazer deveriam se tornar práticas revolucionárias, de rompimento com as determinações impostas pela divisão social do trabalho e pelo fetichismo da mercadoria. Também David Harvey (1992) trouxe uma contribuição teórica fundamental para compreender e criticar o processo de massificação e espetacularização ao demonstrar como elementos da cultura como a moda, as artes e a arquitetura são fundamentais nas novas formas de acumulação flexível, intensificada após a década de 1970. O autor demonstra como na chamada “pós-modernidade” acentua-se a tendência de transformação dos lugares em mercadoria, tornando cada vez mais comuns e recorrentes nas cidades processos de estetização da paisagem, *gentrification* e museificação, como discutimos no Capítulo 2.

Henri Lefebvre (2012), ao elaborar o conceito de “espaço contraditório”⁴⁷, demonstra como o espaço dominado pela lógica formal tende a se tornar homogêneo e abstrato, mas contraditoriamente está submetido a processos de fragmentação e diferenciação.

O espaço se divide em áreas determinadas (significadas, especializadas) e em áreas proibidas (a um grupo ou outro). Ele se separa em espaços para o trabalho e espaços para o lazer, em espaços diurnos e noturnos. O corpo, o sexo, o prazer não recebem uma existência, mental ou social, a não ser à noite, quando as proibições que reinam durante o dia, durante as atividades “normais” ficam suspensas. Essa existência subsidiária e derivada eles a recebem à noite, em seções da cidade [...] que são dedicadas a essa função, aonde acontecem nada mais que encontros do entretenimento, a infraestrutura dessa peculiar e sofisticada forma de exploração. Nesses lugares e durante essas horas, o sexo parece ter todos os direitos; na verdade, o único direito que ele tem é ser trocado por dinheiro. A ruptura do espaço se acentua: os bairros de “festa” se iluminam à noite ao passo que os bairros “de negócios” retornam ao vazio e à morte. Na noite iluminada, as proibições do dia dão lugar à pseudo-transgressões rentabilizadas (LEFEBVRE, 2012, p. 320, tradução livre da autora⁴⁸).

⁴⁶ As obras de Guy Debord (1997) e Raoul Vaneigem (2002), que integraram a Internacional Situacionista, se tornaram clássicas para a discussão desses temas.

⁴⁷ Ver o quinto capítulo da obra *The production of space* (1992, pp. 292-351).

⁴⁸ Do original em inglês, traduzido por Donald Nicholson-Smith: “*Space is divided up into designated (signified, specialized) areas and into areas that are prohibited (to one group or another). It is further subdivided into spaces for work and spaces for leisure, and into daytime and night-time spaces. The body, sex and pleasure are often accorded no existence, either mental or social, until after dark, when the prohibitions that obtain during the day, during ‘normal’ activity, are lifted. This secondary and derivative existence is bestowed on them, at night, in sections of the city [...] which are dedicated to that function, but which by the same token possess nothing aside from the accoutrements of entertainment, the infrastructure of this peculiarly sophisticated form of exploitation. In these neighbourhoods, and during these hours, sex seems to have been accorded every right; in actuality, the only right it has is to be deployed in exchange for cash. In accordance with this division of urban space, a stark contrast occurs at dusk as the lights come on in the areas given over to ‘festivity’, while the*

Nessa passagem, o autor elucida a tendência de se produzir espaços especializados, cujas funções estão pré-determinadas e são impostas aos “usuários”, reduzidos a meros consumidores. Articulando essa noção à discussão sobre a transformação da cultura em “espetáculo”, podemos pensar como são cada vez mais frequentes nas cidades a produção de espaços específicos de cultura e de lazer. Grandes investimentos são dispendidos para a construção de museus, galerias de arte, grandes teatros, estádios, sem falar na proliferação de equipamentos como os *shoppings centers*, que são na prática “centros [de consumo] de entretenimento”. Além disso, constituem-se os chamados “bairros boêmios” aonde se concentram restaurantes e bares e assim por diante. As festas, até as mais tradicionais que estão ligadas ao cotidiano, à história e à cultura dos lugares, também tendem a ser capturadas e mercantilizadas. Se pensarmos em João Pessoa, podemos citar espaços como a Usina Energisa⁴⁹, o Espaço Cultural⁵⁰ e as recentes construções da Estação Cabo Branco⁵¹ e o Centro de Convenções⁵². A consagração da praia enquanto principal espaço de lazer da cidade também tem a ver com essa discussão.

‘business’ districts are left empty and dead. Then in a brightly illuminated night the day’s prohibitions give way to profitable pseudo-transgressions”.

⁴⁹ A Usina Cultural Energisa está localizada entre os bairros Tambiá e Torre, nas imediações do centro e Avenida Epitácio Pessoa. Trata-se de um “espaço cultural” que conta com museu, salas de audiovisual, auditório e espaço aberto aonde se realizam shows e importantes festivais da cidade como o Festival de Cinema de Cinema de Países de Língua Portuguesa (CINEPORT) e Festival Mundo (promovido pelo Coletivo Mundo). É gerido pela Energisa, empresa responsável pelo fornecimento de energia na cidade.

⁵⁰ O Espaço Cultural José Lins do Rego, localizado no bairro Tambauzinho, foi construído há mais de 30 anos e recebeu recentemente investimentos por parte do Governo do Estado da ordem de R\$48 milhões para uma ampla reforma. O espaço conta com um teatro com capacidade de 570 pessoas, um cinema, uma biblioteca, além de arenas para realização de shows. Informações obtidas na matéria “Reforma e ampliação do Espaço Cultural em João Pessoa entram em fase de conclusão”, de 28 de maio de 2014, divulgada pelo Portal PB Agora. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20140528172756&cat=paraiba&keys=reforma-ampliacao-espaco-cultural-joao-pessoa-entram-fase-conclusao>>. Acesso em junho de 2014.

⁵¹ A Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, inaugurada em 2008, tem seu projeto assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O complexo possui mais de 8.500m² de área construída no bairro do Altiplano Cabo Branco, um dos mais valorizados e verticalizados da cidade. É composta por um auditório com capacidade para 501 pessoas e uma torre com galerias, sala de audiovisual e mirante. Sua construção provocou discussões acerca do impacto ambiental que causaria, por estar localizada sobre a falésia do Cabo Branco, área extremamente susceptível a erosões e desabamentos.

⁵² O Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima trata-se de um grande equipamento para realização de eventos, cujas obras iniciaram em 2010 e ainda estão em andamento. Está localizado na rodovia PB-008, que conecta João Pessoa às praias do litoral sul do estado. “A segunda etapa do equipamento, que contempla o Mirante, o Restaurante Panorâmico e o Centro de Congressos foi recentemente inaugurada. O Centro de Congressos possui blocos administrativos em três pavimentos, salas multiuso e auditório com capacidade para 2.340 pessoas. O Mirante, que é uma estrutura em concreto no formato de pirâmide invertida, tem altura equivalente a um edifício de 17 andares (57m). No topo, as pessoas terão ampla visão de praias e pontos turísticos da cidade. No primeiro piso fica o Restaurante Panorâmico. A última etapa a ser concluída no Centro de Convenções será o teatro, com capacidade para mais de 3 mil pessoas. A área total do Centro de Convenções é de 34,52 hectares, sendo 48.676 metros quadrados de área construída. Os três estacionamentos – já em funcionamento – comportam mais de mil automóveis. Até a conclusão da obra deverão ser investidos R\$240 milhões”. Informações obtidas através do Portal do Governo do Estado da Paraíba na internet. Disponível em:

Novamente de acordo com Lefebvre (2012):

A identificação do sexo e da sexualidade, do prazer e da gratificação física, com o “lazer” ocorre em lugares especialmente designados para este propósito: em vilas e aldeias de férias, em pistas de ski ou praias ensolaradas. Estes espaços de lazer se erotizam, como no caso de vizinhanças urbanas transformadas pela vida noturna, voltados para a festa ilusória. Como o jogo, o Eros torna-se consumidor e consumido. Através dos signos? Sim. Através dos espetáculos? Certamente. O espaço abstrato é duplamente castrador: isolando o falo, projetando-o fora do corpo, fixando-o no espaço (verticalmente), colocando-o sob a supervisão do olho. O visual e o discursivo se reforçam (ou se contextualizam) no mundo dos signos. Sob a “palmatória do terrorismo comercial”, como diz Schelsky? Sem dúvida – mas também e acima de tudo por causa do processo de localização, porque a fragmentação e especialização do espaço tem uma forma globalmente homogênea. O estágio final da abstração do corpo se completa pela fragmentação e a localização (funcionais) (LEFEBVRE, 2012, p. 310, tradução livre da autora⁵³).

Ora, mas justamente por se tratar de um processo contraditório, devemos sempre atentar para a possibilidade de contrariar a tendência que existe justamente no uso, ou melhor, na possibilidade de apropriação do espaço pelo “usuário”. Como afirma Sobarzo (2004, p. 146), “o espaço da apropriação é o espaço do usuário; é o espaço do vivido”. Ainda que haja a imposição do valor de troca sobre o valor de uso, há uma relação dialética entre dominação e apropriação que deve ser levada em conta para pensar o possível, a transformação e a criação do novo. Lefebvre (2012) reforça:

Mas, **ao mesmo tempo**, o corpo tem aí sua revanche - ou pelo menos, a reivindica. Ele procura fazer-se conhecer e reconhecer como gerador. (Do que? Da prática, do uso do espaço - e por extensão da espécie humana). A positividade, portanto, negada por suas próprias consequências e reestabelecida em seguida. A praia é o único lugar de gozo encontrado na natureza pela espécie humana. Graças aos órgãos sensoriais, do sentido do olfato e da sexualidade do olhar (sem o privilégio da esfera visual), o corpo tende a se comportar como **campo diferencial**. Ele se comporta, em outras palavras, como corpo **total**, quebrando sua carapaça temporal e espacial vinda do trabalho, da divisão do trabalho, da localização dos trabalhos e da especialização dos lugares. Nessa tendência, o corpo se afirma como

<<http://www.paraiba.pb.gov.br/79276/centro-de-convencoes-de-joao-pessoa-tem-eventos-agendados-ate-2016.html>>. Acesso em junho de 2014.

⁵³ Do original em inglês, traduzido por Donald Nicholson-Smith: “Typically, the identification of sex and sexuality, of pleasure and physical gratification, with ‘leisure’ occurs in places specially designated for the purpose – in holiday resorts or villages, on ski slopes or sun-drenched beaches. Such leisure spaces become eroticized, as in the case of city neighbourhoods given over to nightlife, to the illusion of festivity. Like play, Eros is at once consumer and consumed. Is this done by means of sign? Yes. By means of spectacles? Certainly. Abstract space is doubly castrating: it isolates the phallus, projecting it into a realm outside the body, then fixes it in space (verticality) and brings it under the surveillance of the eye. The visual and the discursive are buttressed (or contextualized) in the world of signs. Is this because of what Schelsky calls ‘the iron law of commercial terrorism’? Undoubtedly – but it is also, and most of all, because of the process of localization, because of the fragmentation and specialization of space within a form that is nevertheless homogeneous overall. The final stage of the body’s abstraction is its (functional) fragmentation and localization”.

“sujeito” e como “objeto”, mais e melhor que “subjetividade” (no sentido clássico e filosófico) ou que “objetividade” (fragmentada por todas as partes, distorcida pelo visual, pelas imagens, etc.) (LEFEBVRE, 2012, p. 385, grifos do autor, tradução livre da autora⁵⁴).

Lefebvre (2012) é enfático e insiste na questão do corpo, afinal é através da presença do mesmo que se vivencia o espaço e está no uso a possibilidade de apropriação. Na realização do lazer, do lúdico, da festa, pode-se apreender uma “indicação” de uma retomada dos sentidos do próprio corpo, negadas pelo mundo do trabalho e pela dominação do espaço. Como afirma o autor, “no e pelo espaço de lazer se esboça uma pedagogia do espaço e do tempo” (LEFEBVRE, 2012, p. 385, tradução livre da autora⁵⁵).

Através da música - de maneira indecisa e desajeitada, mas eficaz – os ritmos retomam seus direitos. Eles não se deixam esquecer, mesmo se a simulação e a imitação suplantam uma verdadeira **apropriação** do ser e do espaço naturais: e mesmo se o apelo do corpo vira em seu contrário - a passividade completa sobre a praia diante do espetáculo do mar, do sol. O espaço de lazer **tende** (trata-se apenas de uma tendência e de uma tensão, de uma transgressão usuária que procura seu caminho) a superar as separações: a do social e do mental, a do sensível e do intelectual, como a do cotidiano e do extraordinário (da festa). Ele indica pontos de ataque e de ruptura: o cotidiano e o urbano, o corpo e as diferenças que nascem no seio do corpo, das repetições (gestos, ritmos, ciclos). Transição entre os espaços antigos, as monumentalidades e as localizações pelo e para o trabalho de um lado, e os espaços virtuais do gozo e da alegria, o espaço de lazer é o espaço contraditório por excelência. O modo de produção existente produz nele o pior e o melhor, a excrescência parasitária e o ramo exuberante; ele prodigaliza as monstruosidades e as promessas (que não pode cumprir) (LEFEBVRE, 2012, p. 385, grifos do autor, tradução livre da autora⁵⁶).

⁵⁴ Do original em inglês, traduzido por Donald Nicholson-Smith: “Yet, **at the same time**, the body takes its revenge – or at least calls for revenge. It seeks to make itself known – to gain recognition – as **generative**. (Of what? Of practice, of use, hence of space – and, by extension, of the human species). A positivity, then, negated by its own consequences – and later restored. The beach is the only place of enjoyment that the human species has discovered in nature. Thanks to its sensory organs, from the sense of smell and from sexuality to sight (without any special emphasis being placed on the visual sphere), the body tends to behave as a **differential field**. It behaves, in other words, as a **total** body, breaking out of the temporal and spatial shell developed in response to labour, to the division of labour, to the localizing of work and the specialization of places. In its tendency, the body asserts itself more (and better) as ‘subject’ and as ‘object’ than as ‘subjectivity’ (in the classical philosophical sense) and as ‘objectivity’ (fragmented in every way, distorted by the visual, by images, etc.)”.

⁵⁵ Do original em inglês, traduzido por Donald Nicholson-Smith: “In and through the space of leisure, a pedagogy of space and time is beginning to take shape”.

⁵⁶ Do original em inglês, traduzido por Donald Nicholson-Smith: “Through music – indecively, clumsily, yet effectively – rhythms reclaim their rights. They can no longer be forgotten, even though simulation and mimesis have replaced any true **appropriation** of being and of natural space: and even though the appeal to the body is ever liable to turn into its opposite – total passivity on the beach, mere contemplation of the spectacle of sea and sun. The space of leisure **tends** – but it is no more than a tendency, a tension, a transgression of ‘users’ in search of a way forward – to surmount divisions: the division between social and mental, the division between sensory and intellectual, and also the division between the everyday and the out-of-the-ordinary (festival)”.

Esse pensamento dialético nos leva a entender que os usuários não estão totalmente fadados à dominação, assim como os espaços do lazer e da festa também não se reduzem somente ao espetáculo e ao consumo. Com esse entendimento buscamos nos aproximar das festas, ou dos “usos culturais”, que se realizam nas praças do centro histórico de João Pessoa que fazem parte do nosso recorte empírico: a Praça Rio Branco, a Praça Vidal de Negreiros e a Praça Anthenor Navarro. Entendemos que as festas ou as atividades ligadas ao lazer, por tudo que foi argumentado até aqui, são “momentos” interessantes para se pensar as práticas espaciais urbanas, especialmente nos espaços públicos. No caso do centro histórico de João Pessoa, como demonstramos no Capítulo 2, os “usos culturais” são promovidos por diversos agentes e estimulam a ocupação dessas praças, reforçando certas centralidades, fazendo com que algumas áreas se valorizem, enfim, provocando ressignificações desta parte da cidade. Nos subcapítulos seguintes, discutiremos algumas questões relacionadas a essa problemática, partindo de situações vividas em campo, de entrevistas e da pesquisa documental.

3.2 A PRAÇA RIO BRANCO REVITALIZADA E A EXPERIÊNCIA DO PROJETO “SABADINHO BOM” E “BECO CULTURAL”: NOVOS USOS, NOVOS DESAFIOS

Em um dia de semana, quem passa pela Praça Rio Branco é convidado a descansar sob a sombra espessa das árvores *fícus*, mesmo que tenha que “disputar” um lugar em um dos bancos da praça. Há sempre pessoas ali, especialmente perto da hora do almoço, quando funcionários das lojas do entorno aproveitam a pausa do trabalho, ou quando os “flanelinhas”⁵⁷ se reúnem para “bater um papo”. A circulação de veículos no entorno é intensa, já que a praça liga duas importantes vias do centro: a Rua Visconde de Pelotas e a Avenida Duque de Caxias. Por extensão, a movimentação de carros também é intensa no “Beco” em frente à praça, como é conhecida a Rua Braz Floriano⁵⁸, que liga a Avenida Duque

⁵⁷ Apesar de haver constante fiscalização nas vagas de estacionamento no entorno da praça, é comum a presença de guardadores e lavadores de carro, conhecidos como “flanelinhas”.

⁵⁸ Durante o IV Seminário Internacional Urbicentros, ocorrido em João Pessoa de 11 a 14 de dezembro de 2013, participei de um exercício metodológico intitulado “Insistência Urbana”, inspirado na reflexão de Alessia de Biase (2013). A proposta era permanecer sentado em um banco trazido de casa durante algumas horas em um mesmo local do centro histórico, dois dias seguidos. O exercício foi realizado em dupla e tinha por objetivo estimular a percepção e observação dos pesquisadores posicionados em um mesmo ângulo, sem se deslocar no espaço. Nossa experiência ocorreu na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Braz Floriano, a fim de observar o movimento no local em dias de semana. Parte da experiência foi repetida durante o sábado, quando há outro tipo de movimentação, como será abordado adiante.

de Caxias à Avenida General Osório. As vagas de estacionamento na rua são muito concorridas e vigiadas de perto pelos “azuizinhos”⁵⁹.

Quem chega à praça pela Rua Visconde de Pelotas cruza uma estátua em homenagem à Jackson do Pandeiro⁶⁰, avista um painel – já um tanto desbotado – com uma história resumida da praça⁶¹, um “fiteiro”⁶² e a loja Música Urbana⁶³ na galeria ao fundo. À esquerda pode avistar a antiga Casa do Erário – e com sorte encontrar alguma atividade promovida pelo IPHAN ali. O prédio onde hoje funciona a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão da UFPB (FUNAPE) não tem vestígios do que foi no passado: Casa de Câmara e Cadeia no período colonial, Câmara Municipal no século XIX e Prefeitura Municipal no século XX. No entorno há ainda uma loja de conserto e venda de máquinas de costura, o Tribunal de Contas da União e o antigo prédio da Polícia Federal, onde funciona provisoriamente a biblioteca do IPHAN⁶⁴. Na Avenida Duque de Caxias em frente à praça há dois restaurantes e um prédio de serviços. No “Beco”, funciona a Cachaçaria Philipéia, estabelecimento que vende doses de cachaças artesanais. Em dias “comuns”, com o cair da tarde, percebe-se que o movimento vai diminuindo, ao ponto de ficar “esquisito”⁶⁵ permanecer na praça à noite. No Mapa 8 a seguir pode-se visualizar a localização dos principais estabelecimentos e instituições do entorno da praça.

⁵⁹ Como são chamados os fiscais da “Zona Azul”, estacionamento rotativo regularizado por meio de talonários.

⁶⁰ Jackson do Pandeiro (1919-1982) foi um importante cantor e compositor paraibano. Conhecido como “rei do ritmo”, teve suas canções gravadas por artistas como Elba Ramalho, Chico Buarque, Fagner, Paralamas do Sucesso, entre outros.

⁶¹ A instalação desse painel fez parte do projeto de revitalização da Praça Rio Branco.

⁶² “Fiteiro” é o nome popular dado às barraquinhas de rua que vendem lanches.

⁶³ A loja Música Urbana é, de acordo com Rafael Pontual (2013, p. 54), uma das lojas de música mais antigas e tradicionais da cidade. Voltada principalmente para o público jovem interessado na cultura rock e pop, a loja também se configura como ponto de encontro e de realização de shows. Após a requalificação da Praça Rio Branco, o movimento da loja voltou a crescer, inclusive nos sábados, quando concomitantemente ao “chorinho” se reúne ali o público “roqueiro”.

⁶⁴ Pela localização, as visitas à biblioteca do IPHAN para realizar a pesquisa documental acabaram sendo por extensão importantes momentos de observação da praça durante os dias de semana e em horário comercial.

⁶⁵ Por várias vezes fui “alertada” por amigos e conhecidos para tomar cuidado, porque andar pelo centro sozinha à noite era perigoso, ou “esquisito”, principalmente quando comentava que fazia “observações” e “derivas” nas praças. Aos poucos fui percebendo que esse “perigo” estava muito mais associado ao fato de haver um relativo esvaziamento durante a noite do que pela permanência de grupos criminosos na área ou algo do tipo. É claro que para nossa sociedade, naturalizou-se que uma mulher andando sozinha à noite corre perigo, em qualquer lugar e circunstância. Muitas vezes essa noção é fruto muito mais de uma “representação”, reforçada pelos veículos de comunicação, do que de uma violência “real”. Não pretendo com essa afirmação dizer que a violência não está presente no centro de João Pessoa, muito pelo contrário. No entanto, tirar conclusões mais concretas sobre esse assunto demandaria outros esforços de pesquisa.

Mapa 8



Nos sábados, desde cedo nota-se uma movimentação diferente, quando acontecem as atividades do projeto “Sabadinho Bom”. Uma estrutura de palco é armada em frente ao prédio da FUNAPE, banheiros químicos ocupam o local ao lado da Casa do Erário, vendedores ambulantes ocupam as calçadas e a rua com mesas, cadeiras e isopores, impedindo a passagem de carros, e muitas pessoas de várias idades e “estilos” circulam pela praça. O projeto consiste na apresentação de grupos de choro e samba durante a tarde. O movimento se estende até o “Beco”, também tomado por pessoas e ambulantes. A Cachaçaria fica cheia e há sempre pessoas com instrumentos improvisando músicas, dançando, cantando, conversando e, é claro, bebendo. Mesmo depois do término da programação do “Sabadinho Bom” no final da tarde, a festa continua no “Beco”, normalmente animada por bandas que tocam em um tablado na calçada em frente à Cachaçaria. Nos sábados mais animados, a Avenida Duque de Caxias também fica tomada pelo som potente de alguns carros.

A primeira edição do projeto “Sabadinho Bom” aconteceu no período de setembro de 2010 a fevereiro de 2011. Na ocasião, a proposta era que grupos nacionais e regionais de choro se apresentassem do período de 12h às 14h e a princípio o projeto seria realizado apenas durante o verão, quando não chove ou as chuvas são mais escassas e passageiras, afinal não havia estrutura de palco para as apresentações que aconteciam ao ar livre. Em entrevista, Milton Dornellas, que na época era diretor executivo da FUNJOPE e foi um dos idealizadores do projeto, explicou:

Nós tínhamos a concepção, o conceito dele [do projeto “Sabadinho Bom”], né, de uma forma genérica, e tínhamos também a ideia do conteúdo que nós queríamos [...]. E a gente sabia também que tipo de estrutura queríamos. Porque a gente ficava ali de vários horários, a gente ficava ali na hora do almoço, então a gente via horário de sombra, ficava fim de tarde, aí ficava sacando o movimento, enfim. Ele foi pensado em vários momentos ali. E aí nós fizemos, começamos a colocar as atrações e começar a melhorar a estrutura... E aí foi pegando. O que antes era uma frequência de passantes, a pessoa que estava no comércio ficava curiosa, parava, via, tal... Eventualmente tinha alguém que vinha a partir da divulgação mesmo, mas aí foi pegando porque aí o ambiente era agradável, a música era agradável, a gente conseguia colocar uma coisa mais bacana, tinha horário pra começar e terminar. Eu fazia questão disso, começava meio dia, duas horas terminava... Era um projeto que não era pra se estender, era um projeto pra você ouvir boa música, encontrar amigos, tomar uma cerveja, um refrigerante quem quisesse, mas não era farra. E aí eu acho que até aonde eu acompanhei deu certo (Milton Dornellas, antigo diretor executivo da FUNJOPE e atual gerente de Promoção Cultural da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT-PB -, entrevista em 08/04/2014)⁶⁶.

⁶⁶ A transcrição completa das entrevistas encontra-se no Apêndice deste trabalho.

Como afirma Milton Dornellas, a proposta aos poucos “foi pegando”. No verão seguinte, houve a reedição do projeto, e o público foi crescendo e se diversificando. A FUNJOPE providenciou uma estrutura de palco com tablado e som mecânico e passou a fazer uma divulgação maior do evento (Figura 14). Se no começo o público se restringia a ocupar algumas cadeiras que ficavam no centro da praça, fornecidas pela FUNJOPE, na segunda edição elas já não eram suficientes. Pessoas de vários bairros da cidade passaram a frequentar a “Praça do Chorinho”, como passou a ser reconhecida, e o “Beco”. O número de ambulantes também cresceu e eles passaram a ocupar a rua oferecendo bebidas, comidas – caldinhos, rubacão⁶⁷, churrasquinhos, etc. –, artesanatos⁶⁸ e itens de vestuário⁶⁹, como podem ser vistos nas figuras 15 e 16. Apesar de à primeira vista a presença de tantos ambulantes aparentar uma “desordem”, na verdade existe uma organização dessas pessoas no espaço e existe, inclusive, uma regulamentação feita pela Prefeitura, que cadastra esses trabalhadores e exige uma documentação para que elas possam trabalhar nas ruas durante os eventos promovidos pelo poder público. Em situações vividas em campo, presenciamos a chegada de fiscais cobrando a permissão de vendedores de comida.

Figura 14: Visão do palco e do público do projeto “Sabadinho Bom”.



Fonte: Elaborada pela autora em abril de 2012.

⁶⁷ Rubacão é uma comida típica da Paraíba, similar ao conhecido “baião de dois”. Trata-se de uma mistura de arroz, feijão verde e carne de charque, misturados na nata de leite.

⁶⁸ Durante a “terceira temporada” do projeto, a prefeitura armou duas tendas em que expositores de trabalhos artesanais vendiam seus produtos (Figura 16 B).

⁶⁹ Tornou-se comum ver principalmente vendedores de chapéu circulando durante o chorinho. Em conversa com um desses vendedores, ele revelou que o chapéu fazia sucesso entre os “sambistas” (Figura 16 A), característica destacada por Rafael Pontual (2013, p. 89) ao reconhecer esse grupo entre os frequentadores da praça.

Figura15: Ambulantes ocupando a rua em frente à antiga sede do Departamento da Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União, respectivamente.



Fonte: Elaborada pela autora em abril de 2012.

Figura 16: (A) Vendedor de chapéus. (B) Visão do segundo andar de um restaurante para a Rua Duque de Caxias e para a praça, com as tendas de artesanato ao centro.



Fonte: Elaborada pela autora em abril de 2012 e maio de 2013 respectivamente.

Ao contrário do que se poderia imaginar, não é fácil definir somente um “tipo” específico de público que frequenta o local. De acordo com Rafael Pontual (2013),

O público que frequenta o “chorinho”, como ficou conhecido o evento, é de todas as faixas etárias e gênero, e todos tem espaço ali. Geralmente os mais idosos se concentram na proximidade do palco e muitos ficam dançando lá na frente, como num verdadeiro “baile da terceira idade”. As famílias com as crianças ficam sentadas nas mesas e cadeiras disponíveis ali. Já os jovens, tirando exceções, durante as apresentações dos grupos de choro ficam mais afastados do palco, alguns até mesmo não gostam tanto da música do choro, e frequentam ali por outros motivos, diferentemente dos mais velhos que consomem esta música como forma de criar sociabilidades e também de reativar memórias do vivido no passado (PONTUAL, 2013, p. 57).

Concordamos com Rafael Pontual (2013) quando ele reconhece a Praça Rio Branco e o “Beco” como uma “mancha de lazer”, utilizando a categoria proposta por José Guilherme Magnani (2002). Para Magnani, as manchas seriam

[...] áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Numa mancha de lazer, os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc., os quais, seja por competição seja complementação, concorrem para o mesmo efeito: constituir pontos de referência para a prática de determinadas atividades.” (MAGNANI, 2002, p. 22).

Pontual (2013) identifica, através de um estudo etnográfico, as sociabilidades de diversos grupos que frequentam o lugar, especialmente de jovens. O autor destaca três grupos em especial: o que ele denomina “sambistas e/ou chorões”, “roqueiros” e “parahybas”. Apesar de não se tratar de identidades rígidas, os “sambistas e/ou chorões” seriam aquelas pessoas que frequentam o espaço principalmente pelo gênero musical, chorinho e samba. Costumam permanecer na praça, próximo ao palco, dançam, cantam as músicas e eventualmente podem ser identificados por características “estéticas” como o uso do chapéu panamá. Os “roqueiros” normalmente podem ser identificados pelas roupas pretas e cabelos longos, frequentam a loja de Música Urbana, o “Beco” e os arredores da praça. Não estão ali exatamente pelo estilo musical do “Sabadinho Bom”, mas pela socialização promovida pelo evento. Já os “parahybas” são identificados como pessoas que defendem a “paraibaneidade”, ou seja, demonstram orgulho em serem da Paraíba e constroem discursos de afirmação dessa identidade. São identificados pelo autor como pessoas de classe média, universitários, produtores culturais e artistas que veem uma importância em ocupar o centro histórico e criticam, por exemplo, o fato de se privilegiar o samba e o choro no projeto “Sabadinho Bom”, gêneros musicais que não são genuinamente paraibanos. Defendem a presença de grupos e bandas regionais e costumam ser “militantes da cultura”. Apesar da diversidade de estilos, gostos, classes sociais e práticas no espaço, podemos dizer que esses grupos interagem ali de maneira harmoniosa, salvo algumas exceções.

Uma “novidade” da segunda edição do projeto foi a incorporação do “Beco” à programação do evento. A FUNJOPE providenciou um pequeno palco com estrutura de som montado no final da Rua Braz Floriano e na entrada armou-se uma espécie de portal com o nome “Corredor Cultural”, impedindo a passagem de carros e atraindo os frequentadores do “chorinho” para o “Beco” (Figura 17). As atividades no “Corredor Cultural” deveriam

sucedem ao “Sabadinho Bom”, com apresentações de grupos regionais de cultura popular, como ciranda, coco de roda e maracatu.

Figura 17: (A) Portal do “Corredor Cultural” na entrada do “Beco”. (B) Palco com apresentação de um grupo de ciranda.



Fonte: Elaborada pela autora em abril de 2012.

Essa ação, na verdade, não foi uma iniciativa do poder público isoladamente. Já havia, a esse ponto, a presença massiva de pessoas ocupando o “Beco”, durante e após o “chorinho”. Artistas, produtores culturais, comerciantes e frequentadores do espaço passaram a pressionar a FUNJOPE para ampliar o investimento e o apoio logístico ao projeto. Utilizando as redes sociais, essas pessoas divulgavam as atividades que ocorriam ali e foram organizadas petições públicas para que o projeto tivesse duração permanente. Nas palavras de Milton Dornellas:

Então já havia uma manifestação espontânea ali na Cachaçaria. Que ainda era tímida, mas já havia. Frequentadores da Cachaçaria, eventualmente alguém pegava um instrumento, já tinha lá... E aí nós conversamos. De que forma nós poderíamos tornar o negócio mais arrojado. A partir dessa conversa, aí a própria Cachaçaria disse: a cultura popular aqui seria uma boa atração. Então nós fizemos o palco da cultura popular. No início era só cultura popular, então nós montamos a estrutura, aí pronto, aí passou a fazer parte também do nosso orçamento. Palquinho, som, cachê. E aí nós padronizamos, fizemos um portal, fizemos um banner pro Corredor Cultural (Milton Dornellas, antigo diretor executivo da FUNJOPE e atual gerente de Promoção Cultural da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT-PB -, entrevista em 08/04/2014).

O proprietário da Cachaçaria Philipéia, senhor Carlos, foi um dos protagonistas nessa negociação com a FUNJOPE e com Milton Dornellas para que houvesse a ampliação do projeto e a transformação do “Beco” em “Corredor Cultural”. Em entrevista, Carlos relatou

como ocorreu a aproximação com o poder público para reivindicar a estrutura para as apresentações no “Beco”:

O negócio foi o seguinte... Outra sacada genial do Milton Dornellas. Ele viu que a praça, o público era numeroso, significativo. Muitas dessas pessoas, quando terminava o Sabadinho Bom, corriam pra Cachaçaria Philipéia, e eu também observei isso. Então o que eu fiz: eu pus uma caixa de som, um pedestal, um microfone e um violão dentro da Cachaçaria. E eu convocava o povo: quem sabe cantar e tocar pode vir tocar. E sempre aparecia um pra tocar, pra cantar... E ficava o povo na calçada da Cachaçaria e ao mesmo tempo na rua. Nesse tempo a rua começou a ser interditada. **Mas não pela providência divina das autoridades públicas, mas sim pelo povo que vinha pra cá, porque sabia que tinha um violão e voz.** Quer dizer, a Cachaçaria ficou sendo uma **extensão do lazer da Praça Rio Branco.** Pessoal terminava lá os shows por volta de 16h e o povo olhava pra cá e dizia: e agora, aonde é que a gente vai encher a cara, onde é que a gente vai ouvir mais shows? Cachaçaria Philipéia, porque o dono botou lá um violão. Então essa ideia foi crescendo, esse negócio foi crescendo, e eu não botava mais dentro da Cachaçaria, botava na calçada da Cachaçaria. Aí foi crescendo cada vez mais. E um belo dia, o Milton Dornellas me chamou e disse: o que você quer para se enquadrar num projeto “Corredor Cultural” que é uma extensão do “Sabadinho Bom”? E eu falei pra Milton Dornellas: eu quero um palco com som, iluminação, e eu quero que num sábado se apresente coco de roda, no outro sábado eu quero um grupo de ciranda, no outro sábado eu quero um grupo de boi de reis... Pedi a ele esses movimentos, **essas mobilizações artísticas populares que tem pelos bairros e estão se acabando, estão se esquecendo desse pessoal.** E aí o Milton Dornellas instalava todo sábado um palco no beco, com som, iluminação, e esses grupos artísticos populares se apresentavam aqui. E depois que eles se apresentavam no palco, tinha muita gente ainda, e eu convocava o pessoal: quem sabe tocar violão, quem sabe tocar alguma coisa, traga seu instrumento, venha aqui no palco e cante. E era isso que estava acontecendo. Tinha muita gente. **Paralelo a isso, não tinha uma estrutura, como não tem até hoje, de segurança pública.** Não tem. Por incrível que pareça, tanto o programa “Sabadinho Bom” como o beco, que foi o primeiro beco a ter esse lazer aqui em João Pessoa, não tem até hoje segurança pública. Infelizmente (Carlos, proprietário da Cachaçaria Philipéia, entrevista em 10/04/14, grifos nossos).

A fala do senhor Carlos é interessante por alguns pontos. Primeiro porque demonstra como havia iniciativas espontâneas de ocupação e apropriação do espaço pelos frequentadores, que fazem do “Beco” uma “extensão do lazer” da Praça Rio Branco, se opondo e impedindo, por exemplo, à utilização da rua para passagem dos carros. Segundo porque revela como, na visão do proprietário de um estabelecimento comercial, a movimentação provocada pelo projeto tornou-se interessante para ele⁷⁰ e para a figura do

⁷⁰ Em setembro de 2013, senhor Carlos inaugurou uma “filial” da Cachaçaria Philipéia na Avenida Duque de Caxias, próxima ao “Beco”. Na verdade, o local onde funciona a antiga Cachaçaria Philipéia trata-se de uma espécie de garagem de um casarão recém-reformado e agora arrendado por ele para ser a extensão da

gestor cultural representante do poder público. Terceiro porque revela também a intencionalidade das intervenções feitas no espaço, no sentido de promover atividades ligadas à “cultura popular”. Finalmente, transparece o caráter de reivindicação das pessoas usuárias do espaço frente ao poder público, principalmente por apoio em relação à segurança e estrutura física como palco, banheiros químicos, segurança pública, etc.

À medida que nos aproximamos dos sujeitos que fazem uso e se apropriam do espaço, reconhecemos situações de negociação, embates e soluções que dizem respeito à maneira com que aquele espaço é produzido. Uma situação como a relatada por Rafael Pontual (2013, p. 57) e também presenciada várias vezes por nós em campo, em que um grupo de jovens impediu um carro de passar pelo “Beco”, pode parecer insignificante, mas esse ato se torna significativo se o entendemos como uma disputa pela utilização do espaço da rua em que o “fraco”, ou seja, o pedestre vence o “forte” – o automóvel. A presença das pessoas, ainda que durante um tempo determinado do cotidiano – sábados durante a tarde e a noite – transforma em diversos sentidos o espaço em lugar, o espaço urbano em espaço público, nos termos de Rogerio Leite (2007). Através desses aspectos parece-nos interessante retomar a elaboração de Michel de Certeau (1994), ao falar das táticas e estratégias.

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam portanto as relações espaciais. [...] As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos, etc. Sob este aspecto, a diferença entre umas e outras remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem aliás mais a coerções que a possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o **estabelecimento de um lugar** oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil **utilização do tempo**, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir (CERTEAU, 1994, p. 102, grifos do autor).

Cachaçaria. Os dois estabelecimentos, portanto, apesar de parecerem separados, estão conectados por uma passagem interna utilizada pelos funcionários. No antigo casarão, por ter mais espaço, acontecem shows, há comercialização de comidas e outras bebidas além da cachaça e costuma-se cobrar ingresso na entrada. Essa ampliação pode ser vista como fruto do estímulo que o aumento da movimentação no local provocou nos negócios.

As táticas dos usuários no lugar muitas vezes questionam aquilo que está estabelecido, tencionam as relações de poder, fazem o espaço vivido ir além do concebido nos termos apreendidos de Lefebvre (2012). Podemos percebê-las, por exemplo, através de ações como as intervenções provisórias na rua como o impedimento da passagem dos carros e até o conserto de buracos no asfalto (Figura 18 A), as pichações e grafites que surgem nos muros (Figura 18 B), a venda e o consumo de drogas ilícitas, e assim por diante.

Figura 18: (A) Buraco no asfalto da Rua Braz Floriano tapado provisoriamente. (B) Grafite estampado no muro em frente à Cachaçaria Philipéia.



Fonte: Elaborada pela autora em abril de 2012.

Mesmo com a mudança de gestão na Prefeitura em 2013, consequentemente na FUNJOPE, o projeto “Sabadinho Bom” continua sendo realizado⁷¹, com algumas modificações. O formato inicial que privilegiava grupos de choro e terminava antes das 15 horas passou a contemplar grupos de samba e a estender o horário até o final da tarde. Conversando com algumas pessoas, percebemos que essa modificação agradou principalmente aqueles que trabalham no sábado e que não tinham a possibilidade de frequentar o “chorinho” quando acabava cedo. Por outro lado, a estrutura do “Corredor Cultural” passou a não mais ser contemplada pelo orçamento e programação oficial da FUNJOPE⁷². De qualquer forma, a movimentação no “Beco” persistiu e passou a ocorrer também em outros dias na semana, ainda que com menor intensidade. Isso se deve em grande

⁷¹ Sabemos que a alternância na gestão do poder público costuma significar mudanças nas ocupações dos cargos públicos, o que muitas vezes acarreta a descontinuidade ou a modificação de projetos que eram promovidos anteriormente.

⁷² Em entrevista, Milton Dornellas estimou que eram gastos em torno de R\$30 mil por mês para a execução do projeto “Sabadinho Bom”, ao menos em suas primeiras edições, entre despesas com a estrutura do palco, som, passagens aéreas e cachês para as bandas.

parte pela insistência dos frequentadores, de artistas e de iniciativas como a formação da Associação Cultural Beco Philipéia. Sobre o assunto, senhor Carlos comentou:

O “Corredor Cultural” ia bem, era muita gente, aqui o beco se tornou um referencial, se tornou um ponto cultural, se tornou um ponto de novas manifestações artísticas, principalmente do campo da música... E muitos jovens aí dos bairros, até hoje ainda, que não tem onde se apresentar e vem mostrar seu talento aqui no beco cultural. Voltando ao projeto “Corredor Cultural”, houve a mudança de gestão na FUNJOPE, entrou Lúcio Villar, cineasta, e não sei porque cargas d’água achou de tirar o palco do beco, chegou pra mim e disse: não precisa de palco no beco não, porque já tem ali o “Sabadinho Bom”. E eu disse tudo bem. Mas aí, nesse período, o beco não tinha jeito, era cheio de gente, cheio de gente... E eu passei a montar um tablado no meio da rua e nesse tempo já tinha violão, já tinha pandeiro, já tinha zabumba, já tinha bongo, já tinha maracá... O pessoal pegava, tocava, cantava, e até hoje tem também, acontece esse evento aqui no beco. De uma maneira mais restrita, mas acontece. E o que falta pro beco aqui... Um beco que fomenta a cultura, que incentiva a cultura, que mostra novos talentos, o que falta são as autoridades fazerem sua parte. Botar segurança pública enquanto houver “Sabadinho Bom” e enquanto houver lazer, shows aqui, manifestações artísticas aqui no beco. Aqui já se apresentou maracatu, Escurinho, Chico Correa, vários artistas regionais (Carlos, proprietário da Cachaçaria Philipéia, entrevista em 10/04/14).

A formação da Associação se deu como uma maneira de regulamentar a organização das pessoas que promoviam as atividades no “Beco” e para reivindicar apoio junto ao poder público. Representantes da associação passaram a promover o “Som do Beco”, divulgando a programação, fotos e vídeos por meio de uma página na rede social *Facebook*. Como descreveu o senhor Carlos, um tablado era montado na rua, em frente à Cachaçaria e outro bar aberto ao lado (Figura 19), e as bandas e artistas locais se apresentavam, em um formato de “palco aberto”⁷³. Em setembro de 2013, o Ministério Público proibiu as atividades no “Beco”, alegando poluição sonora⁷⁴. Essa ação impulsionou a polêmica da “descaracterização” do “Sabadinho Bom”, denúncia levantada por meio de abaixo-assinado de divulgação virtual, na qual se argumenta que os chamados “paredões”⁷⁵ de som desvirtuam as atividades culturais promovidas na Praça Rio Branco e no “Beco”, como pode ser observado na descrição a seguir:

⁷³ Por mais que haja uma tentativa de organização por parte da Associação Cultural Beco Philipéia, predomina a improvisação. O palco é livre para aqueles que quiserem tocar algum instrumento, cantar ou falar alguma coisa.

⁷⁴ Informação obtida por meio de entrevistas e divulgada em matéria do Portal Correio. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/entretenimento/entretenimento/eventos/2013/09/17/NWS,229357,62,247,ENTRATENIMENTO,2192-ASSOCIACAO-DIZ-OMISSAO-ESTADO-PREFEITURA-PERMITE-ABUSOS-AMEACA-PROJETO-CULTURAL.aspx>>. Acesso em outubro de 2013.

⁷⁵ “Paredão” é como são chamados os carros com som potente. Neste caso, passou a ser frequente a presença desses “paredões” na Avenida Duque de Caxias, tocando músicas de funk e forró estilizado, estilos musicais que divergem da suposta “atividade cultural” promovida pelo “Sabadinho Bom” e “Beco Cultural”. De certa forma, a presença desses “paredões” representa contraditoriamente uma “popularização” do uso do espaço.

O projeto Sabadinho Bom, que acontece todos os sábados, a partir das 12h, na Praça Rio Branco (centro da capital de João Pessoa (PB)), vem passando por um processo de descaracterização no entorno de suas atividades, principalmente na Rua Duque de Caxias. A extensão do projeto realizada pela cachaçaria Philipéia, que segue a mesma proposta do chorinho com músicas ao vivo, e que começa logo após a finalização das atividades do projeto sofre intervenção de jovens que tomam a rua com carros equipados com paredões de som descaracterizando o ambiente do Sabadinho Bom e afastando o **verdadeiro público ao qual o projeto se propõe**. Este abaixo assinado demonstra que a insatisfação do povo é real e solicita uma providência para o duelo de paredões dos órgãos competentes (Descrição do abaixo-assinado contra a “descaracterização do Sabadinho Bom”⁷⁶, grifos nossos).

Figura 19: Bar e lanchonete e Cachaçaria Philipéia respectivamente.



Fonte: Elaborada pela autora em maio de 2013.

Esse debate envolve uma questão delicada e polêmica. Afinal, qual é o “verdadeiro público ao qual o projeto se propõe”? Do ponto de vista de alguns, já saudosistas da proposta inicial do “Sabadinho Bom”, a movimentação que existe no “Beco” promove uma “descaracterização” do projeto quando “permite” que grupos musicais apresentem músicas de gêneros musicais que não giram em torno do samba e da produção regional, por exemplo. Mesmo para aqueles que são a favor, o que faz do “Som do Beco” uma legítima “atividade cultural” e do “paredão” uma atividade digna de ser proibida pelo poder público? Em torno dessas discussões percebemos que a suposta “harmonia” existente entre os grupos e classes sociais que convivem no lugar deve ser relativizada quando tratamos da construção de significados e usos distintos atribuídos ao espaço. Conformam-se territórios, elaboram-se discursos, criam-se oposições e imposições.

⁷⁶ Retirada da matéria “Internautas fazem abaixo assinado contra a descaracterização do 'Sabadinho Bom'”. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2013/07/29/81545-internautas-fazem-abaixo-assinado-contra-a-descaracterizacao-do-sabadinho-bom>>. Acesso em agosto de 2013.

Quando questionado sobre essa polêmica e sobre o tipo de apoio que os comerciantes, a associação e os frequentadores do “Beco Cultural” recebem do poder público, senhor Carlos respondeu:

Até hoje, ao invés das autoridades procurarem adotar o beco, com segurança pública, com infraestrutura, pelo contrário... As medidas deles são só pra acabar com o lazer aqui do pessoense no beco no centro histórico de João Pessoa. Por exemplo, o Ministério Público pediu à Prefeitura para acabar com a poluição sonora nas vizinhanças da Cachaçaria Philipéia e pra acabar com o “Sabadinho Bom”, porque estava acabando com a praça. É um absurdo. O Ministério Público, na verdade, a função dele primordial é lutar pelo bem estar da coletividade. Pra isso, o Ministério Público tinha que pedir à Prefeitura e ao Estado segurança pública permanente no beco e no “Sabadinho Bom”... Também devia pedir à Prefeitura banheiros sanitários... Também devia pedir à Prefeitura toda uma infraestrutura para enriquecer mais ainda esses dois pontos de lazer e entretenimento do pessoense e dos turistas, porque aqui na verdade o beco dá muitos turistas, muitos visitantes aqui. Mas pelo contrário, o Ministério Público tentou atrapalhar. E idem com a Prefeitura e o Estado. Eles não sacaram ainda a grande importância para o turismo do “Sabadinho Bom” e da Cachaçaria Philipéia. Até hoje a Associação Cultural do Beco, uma entidade que foi fundada aqui por mim e por uns companheiros, pra gente organizar melhor as manifestações artísticas do beco, até hoje a associação luta pelo uso do solo na SEDURB [Secretaria de Desenvolvimento Urbano], junto à Prefeitura. E até hoje a SEDURB, com medo do Ministério Público, não deu a licença do uso do solo. E hoje, o beco, todos sabem, é cheio de gente, não tem mais como acabar esse negócio, se acabar vai virar uma celeuma, uma polêmica muito grande... Então tá esse dilema aí. (Carlos, proprietário da Cachaçaria Philipéia, entrevista em 10/04/14).

Como afirma o senhor Carlos, o “dilema” persiste. A despeito do apoio ou não do poder público, as pessoas continuam frequentando a “mancha de lazer” da Praça Rio Branco, as manifestações espontâneas continuam ocorrendo e, com isso, surgem novos conflitos e embates que se revelam no espaço e que não ocorrem apenas em situações que envolvem o Estado e a população. Por exemplo, no embate entre os “paredões” e o “Som do Beco” subjazem entendimentos distintos sobre o que se deseja para o espaço e o que se faz no espaço.

Diante do exposto, como responder a questão: frente às ações de revitalização do centro histórico de João Pessoa, tomando a Praça Rio Branco como referência, e aos projetos culturais que promovem o uso cultural dos espaços públicos, pode-se falar que está ocorrendo um processo de *gentrification*? Acompanhamos a reflexão de Rogerio Leite (2007) quando o autor problematiza que

[...] a desapropriação de sujeitos (pelas “estratégias” de *gentrification*) não implica necessariamente um esvaziamento (ou morte) do **espaço público**, mas uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações (“táticas”) dos espaços mediante a construção dos lugares. As formas de **uso**

situam a problemática dos significados do patrimônio num ponto que, a meu ver, é central para o atual debate sobre o esvaziamento (ou não) do espaço público em áreas de “revitalização” do patrimônio. A transformação desses espaços em áreas de lazer e consumo altera não apenas a lógica da intervenção desses lugares como também as relações de **uso** que seus usuários estabelecem com essas **relocalizações** da tradição (LEITE, 2007, p. 216, grifos do autor).

No caso da Praça Rio Branco, com sua revitalização e a proposta de um projeto cultural que promove o uso do espaço público, concluímos que houve nos últimos anos uma ampliação e uma popularização dos usos que se realizam ali. Reconhecemos que há táticas de usos e “contra-usos” (LEITE, 2007) que muitas vezes vão de encontro a uma tendência de elitização e espetacularização do espaço. Entretanto, essa afirmação vai muito mais no sentido de reconhecer que está havendo uma “reordenação da lógica interativa” (LEITE, 2007, p. 216) neste espaço do que constatar a existência de um projeto contra hegemônico para o mesmo. Na verdade, ao ampliarmos a análise para outros espaços do centro histórico e da cidade, como tentamos fazer neste trabalho, é possível identificar estratégias que promovem ou tem a intenção de promover uma (re)valorização do centro histórico, podendo resultar em uma futura elitização e *gentrification* dessa parte da cidade.

3.3 A REALIZAÇÃO DAS FESTAS NO CENTRO HISTÓRICO E A PROPOSTA DO “CIRCUITO CULTURAL”

Doralice Maia (2000, p. 251), ao explorar o significado das festas, lembra que elas estão presentes em toda a história da humanidade, desde tempos remotos aos dias atuais, nas mais diversas civilizações. A autora coloca que, “de uma maneira geral, a festa é tratada como fenômeno social que possui regras, leis e uma lógica própria que é identificada à cerimônia, ao lúdico, ao extraordinário” (MAIA, 2000, p. 251). Apesar de alguns autores, como Roberto Da Matta e Maria Célia Crepschi, ressaltarem a festa como ruptura, como o “extraordinário”, Doralice Maia (2000) argumenta que as festas guardam uma íntima relação com o cotidiano. Ainda que haja a tendência de transformação da festa em espetáculo e mercadoria na sociedade capitalista, como comentamos anteriormente, a autora entende que a “festa, no seu sentido genuíno, representava momentos de explosão, de alegrias, de total prazer na vida cotidiana” (MAIA, 2000, p. 254).

Carmem Costa (2012, p. 62) afirma que “desde o princípio da História do Homem, as festas são rituais muito próximos da fé, do sagrado, mas também do profano, do pecado”. No

Brasil, as festas que acontecem de maneira periódica, como o Carnaval e as festas juninas, estão intimamente ligadas ao calendário religioso e também aos costumes rurais (MAIA, 2000, p. 257). Na região Nordeste, atribui-se uma importância muito grande a esses momentos de festa, estando evidente sua relação com o dia-a-dia, com o imaginário e a vida concreta da população. Porém, mais uma vez, devemos lembrar que os significados e as práticas, mesmo os mais “tradicionais”, se transformam na medida em que a sociedade também se transforma.

É cada vez mais frequente nas cidades, seja de porte grande, médio ou pequeno, a realização de eventos, promovidos pelo poder público e pela população, durante essas e outras comemorações⁷⁷. Em João Pessoa, destaca-se, além das citadas, a realização da Festa das Neves, quando se comemora o aniversário da cidade e o dia de sua santa padroeira da Igreja Católica. Embora caibam estudos mais detidos sobre as diversas dimensões contidas em cada uma dessas festas, nosso objetivo aqui é abordar como esses eventos fazem parte da constituição do centro histórico e articulá-los à discussão sobre o processo em curso de (re)invenção deste espaço, em especial mostrando como eles provocam e intensificam o uso dos espaços públicos, principalmente das praças.

Desde que se iniciaram os esforços de revitalização do centro histórico, as festas tradicionais passaram a ocorrer novamente nessa área da cidade. Como analisamos no segundo capítulo, em um primeiro momento essas festas acontecem no Varadouro, nas imediações da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Com a reforma do Ponto de Cem Réis, transferiram-se as grandes atrações para a Cidade Alta, o que provocou uma relativa diminuição da “movimentação cultural” no Varadouro, que apesar disso persiste até os dias de hoje. Especialmente durante as festas que ocorrem em espaços públicos do centro histórico, é possível perceber a conformação de um “circuito” cultural, de acordo com José Guilherme Magnani (2002). Nas palavras do autor,

A noção de **circuito** também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na **mancha** ou no **pedaço**. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado. Em princípio, faz parte do **circuito** a totalidade dos equipamentos que concorrem para a oferta de tal

⁷⁷ Chega-se ao ponto de as cidades, muitas vezes, concorrerem entre si como empresas, de acordo com a discussão de Carlos Vainer (2000), disputando o público. Estratégias de *marketing* e propaganda divulgam os “atrativos” da festa e da cidade. Por exemplo, Caruaru em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba disputam pelo “título” de quem oferece o “maior” e “melhor” São João do mundo. Na época das micaretas (carnavais fora de época), estas aconteciam em calendário ordenado para uma não disputar com a outra (CARDOSO, 2000).

ou qual bem ou serviço, ou para o exercício de determinada prática, mas alguns deles acabam sendo reconhecidos como ponto de referência e de sustentação à atividade. Mais do que um conjunto fechado, o circuito pode ser considerado um princípio de classificação (MAGNANI, 2002, p. 24, grifos do autor).

Durante a última Festa das Neves, por exemplo, a programação oficial ocorreu não apenas no Ponto de Cem Réis, mas também na Praça Rio Branco, na Praça Dom Adauto, na Lagoa e em frente à Catedral. As ruas e avenidas principais da Cidade Alta foram tomadas por barraquinhas de comida e bebida, vendedores de brinquedos e até um parque de diversões foi montado temporariamente na rua. A atração de pessoas é tão grande que a movimentação da festa extrapola os espaços delimitados para que ela ocorra. Os bares localizados na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, que não são locais “oficiais” desta festa, oferecem programação para que as pessoas, especialmente do público jovem, sejam atraídas também para o Varadouro.

Isso não acontece apenas durante a Festa das Neves. Sempre que há um evento ocorrendo em outro local da cidade, normalmente na praia ou na Cidade Alta, os bares do Varadouro são a opção do “*after*”⁷⁸, como se referem alguns jovens pessoenses, especialmente para o público “alternativo”. Por “alternativo”, entendemos o público que afirma não gostar e consumir os produtos divulgados em massa pela grande indústria cultural, embora saibamos que o “alternativo” também é capturado pelo mercado. No caso do centro histórico de João Pessoa, podemos nos remeter aos grupos de “roqueiros” e “parahybas” citados anteriormente. De acordo com Rafael Pontual (2013),

Apesar de terem algo em comum, é difícil generalizar uma identidade para estes jovens. Percebe-se isto com os chamados “alternativos”, que apesar de classificados assim, é um grupo formado por várias culturas e modos de ser dos jovens. E, além disso, os próprios jovens tidos como seguidores deste estilo de vida não se classificam assim. Trata-se mais de uma rotulação feita por outros grupos. Na busca por uma diferenciação termina-se homogeneizando um grupo de jovens com diferentes, e até mesmo divergentes, identidades. Apesar de “alternativo” ser uma classificação imposta pelo outro, estes jovens assim rotulados, catalogados, estereotipados têm algo em comum que os diferenciam de outros grupos presentes no centro histórico de João Pessoa. Esta diferenciação está ligada ao aspecto da classe social, pois geralmente são jovens de classe média; ao gosto musical pela música pop, principalmente rock, considerada “independente”; e também por apresentarem um comportamento que foge ao considerado padrão da sociedade. Como colocou um dos jovens: “alternativo seria um termo agregador de minorias comportamentais” (PONTUAL, 2013, pp. 89-90).

⁷⁸ Gíria utilizada para denominar o prolongamento, a continuação da festa em outro local.

Podemos pensar que a Praça Anthenor Navarro e imediações, particularmente durante as noites dos finais de semana, se configuram como um “pedaço”, nos termos de José Guilherme Magnani (2002). Por “pedaço”, trata-se “o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado [que] torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações” (MAGNANI, 2002, p. 21). Ainda que esta categoria tratasse inicialmente de relações de vizinhança em um bairro, o autor admite sua aplicação em outros contextos como nos centros das cidades, aonde supostamente predominam relações de impessoalidade e a individualidade.

Essa categoria, nativa, acabou transcendendo o *locus* de sua aplicação originária e, a partir de um diálogo com outras propostas, como a representada pela oposição **rua** versus **casa** de Roberto Da Matta, passou a ser usada para designar um tipo particular de sociabilidade e apropriação do espaço urbano. Segundo a conhecida fórmula damattiana, têm-se dois planos, cada qual enfeixando de forma paradigmática uma série de atitudes, valores e comportamentos, uma delas referida ao público e, a outra, ao privado. O **pedaço**, porém, apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família, à qual têm acesso os **parentes** e a rua é dos **estranhos** (onde, em momentos de tensão e ambigüidade, recorre-se à fórmula “você sabe com quem está falando?” para delimitar posições e marcar direitos), o **pedaço** é o lugar dos **colegas**, dos **chegados**. Aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer (MAGNANI, 2002, p. 21, grifos do autor).

Segundo o autor, “gangues, bandos, turmas, galeras exibem – nas roupas, nas falas, na postura corporal, nas preferências musicais – o **pedaço** a que pertencem” (MAGNANI, 2002, p. 22, grifos do autor). No caso que analisamos, a Praça Anthenor Navarro e arredores, à noite e nos finais de semana, é o “pedaço dos alternativos”. Ali “já não se trata de espaço marcado pela moradia, pela vizinhança, mas o ‘efeito pedaço’ continua: venham de onde vierem, o que buscam é um ponto de aglutinação para a construção e o fortalecimento de laços” (MAGNANI, 2002, p. 22). As falas de Alexandre e Rayan, produtores culturais que atuam no centro histórico são interessantes nesse sentido:

O centro histórico é o território criativo da cidade. É o espaço de **convergência entre as tribos urbanas, entre os agentes culturais, e um polo agregador da diversidade**, onde pode se achar programação cultural de diversos segmentos e para os gostos mais variados. A cena rock, hardcore e metaleira é muito expressiva, assim como os grupos de reggae raiz e grupos musicais com pegada mais regional. Há espaço para todos os ritmos e gostos, **apesar de ser perceptível certa seleção quanto a ritmos como o forró de plástico e o axé, que acabam não encontrando espaço entre o público que lá frequenta**. Particularmente acho positivo, pois o centro histórico fortalece as bandas de música autoral e grupos que elevam a qualidade estética do que se produz hoje na cidade e no estado. (Alexandre, produtor cultural e membro do Varadouro Cultural, entrevista cedida para Rafael Pontual (2013, p. 69) em 20/01/2013, grifos nossos).

[...] muitas vezes a gente conversa com o pessoal do movimento cultural, principalmente da música, **de antigamente e vê que a intolerância era uma coisa de praxe**, entendeu? Os grupos não se batiam, os músicos se viam como concorrência mesmo, as bandas se viam como concorrentes. **E eu acho que de uns anos pra cá tem mudado um pouco este pensamento, mais de entender as coisas como complementaridade, como ação coletiva, como ação colaborativa, e eu acho que tem dado alguns frutos**, sabe? Então eu vejo que hoje em dia, velho, o cara chega lá todo de preto vestido de “metaleiro”, mas quando você vai ver o cara está no samba, saca, e depois o cara desce lá pra Praça Anthenor Navarro e vai num bar que tá tocando reggae e vai lá no bar que tá tocando metal, então **a gente tem estado mais aberto para estas diferenças**. Acho que todo mundo que vem para o Centro Histórico percebe isso, essa diversidade que tem e esta relação de respeito mesmo, sabe? Beleza! **Eu gosto de uma coisa, você gosta de outra e a gente se respeita, até frequenta o lugar um do outro**, coisa que a uma década atrás aqui em João Pessoa a gente sabe que não acontecia, era pau mesmo, até grupos que para a sociedade parecem ser iguais, sei lá, um grupo de “punks” e um grupo de “metaleiros”, mas a uma década atrás a galera nem se batia, sabe, se encontrasse na rua era briga, era pau, era violência, intolerância mesmo, e hoje em dia a gente vê que isso não acontece mais, muito, muito raro a gente ver alguma coisa acontecer, aqui no Centro pelo menos, não sei nos outros bairros (Rayan, músico e produtor cultural, membro do Coletivo Mundo, entrevista cedida para Rafael Pontual (2013, p. 85) em 15/01/2013, grifos nossos).

O centro histórico, mais especificamente o Varadouro, é visto pelos produtores culturais, pelos artistas e pelo público “alternativo” como um local estratégico para apropriação. Formulam-se discursos, ações e parcerias no sentido de fortalecer esse entendimento e, com isso, consolida-se a ideia de que ali é o “pedaço alternativo” da cidade. A popularização da internet e a massificação das redes sociais tem papel fundamental nesse processo. Através dessas redes, artistas, coletivos e associações divulgam amplamente suas ações e discursos, criam campanhas e conseguem atingir um público considerável por um veículo diferente da grande mídia, que costuma privilegiar os produtos e artistas da indústria cultural. Portanto, a presença de bares, restaurantes e sedes de grupos, entidades e associações com atividades ligadas à cultura no entorno da Praça Anthenor Navarro, como podemos observar a seguir no Mapa 9, não é acaso. Retomaremos essa discussão mais à frente.

Mapa 9

USOS DO ENTORNO DA PRAÇA ANTHENOR NAVARRO NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA - PB



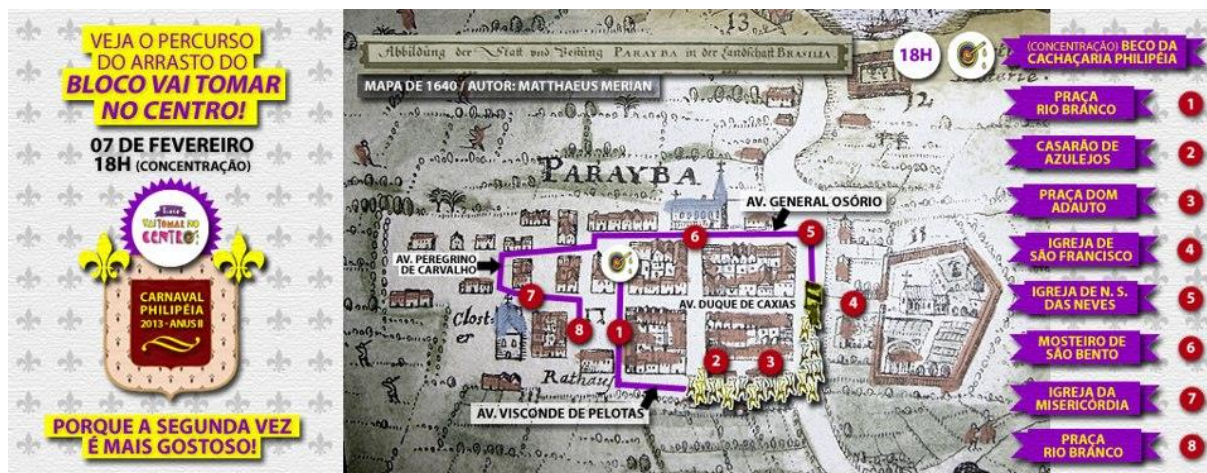
Outra grande festa que acontece na cidade e que tem o centro histórico como um dos “palcos” principais é o Carnaval. Durante a “Folia de Rua”, que em João Pessoa ocorre uma semana antes dos festejos oficiais, blocos carnavalescos tomam as ruas, propondo a realização de “trajetos” (MAGNANI, 2002) nos bairros. De acordo com Magnani (2002, p. 23),

O termo **trajeto** surgiu da necessidade de se categorizar uma forma de uso do espaço que se diferencia, em primeiro lugar, daquele descrito pela categoria **pedaço**. Enquanto esta última, como foi visto, remete a um território que funciona como ponto de referência – e, no caso da vida no bairro, evoca a permanência de laços de família, vizinhança, origem e outros –, **trajeto** aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das **manchas** urbanas. É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas: esta é uma primeira aplicação da categoria: na paisagem mais ampla e diversificada da cidade, trajetos ligam equipamentos, pontos, manchas, complementares ou alternativos. Outra aplicação é no interior das **manchas**. Tendo em vista que elas supõem uma presença mais concentrada de equipamentos, cada qual concorrendo, à sua maneira, para a atividade que lhe dá a marca característica, os **trajetos**, nelas percorridos, são de curta extensão, na escala do andar: representam escolhas ou recortes no interior daquela **mancha**, entendida como uma área contígua. Assim, a idéia de **trajeto** permite pensar tanto uma possibilidade de escolhas no interior das **manchas** como a abertura dessas **manchas** e **pedaços** em direção a outros pontos no espaço urbano e, por consequência, a outras lógicas. Sem essa abertura corre-se o risco de cair numa perspectiva reificadora, restrita e demasiadamente “comunitária” da idéia de **pedaço** – com seus códigos de reconhecimento, laços de reciprocidade, relações face-a-face. Afirmou-se que **pedaço** é aquele espaço intermediário entre a casa (o privado) e o público ou, para utilizar um sistema de oposições já consagrado, entre **casa** e **rua**. Não é, contudo, um espaço fechado e impermeável a uma e outra, ao contrário. É a noção de **trajeto** que abre o **pedaço** para fora, para o âmbito do público (MAGNANI, 2002, p. 23, grifos do autor).

No centro histórico, além de blocos menores, acontece o “Bloco do Cafuçu”⁷⁹, na sexta-feira que antecede o sábado de Carnaval, concentrando milhares de pessoas nos arredores da Praça Dom Adauto. Nesse caso, além do bloco de arrasto, acontece uma grande aglomeração de pessoas em torno de um palco principal. Em 2012, foi formado o “Bloco Vai Tomar no Centro” que propôs um trajeto no centro histórico, iniciando no “Beco” e terminando na Praça Rio Branco (Figura 20). Esse bloco se tornou interessante para nós, pois partiu da resignificação da praça após sua revitalização e sugeriu a intencionalidade de se reforçar um “circuito” no centro histórico, como veremos adiante.

⁷⁹ “Cafuçu” é uma gíria para o modo de ser e se vestir de maneira “brega”, exagerada, extravagante ou “baranga”.

Figura 20: Mapa de divulgação do percurso do Bloco “Vai Tomar no Centro” no carnaval de 2013.

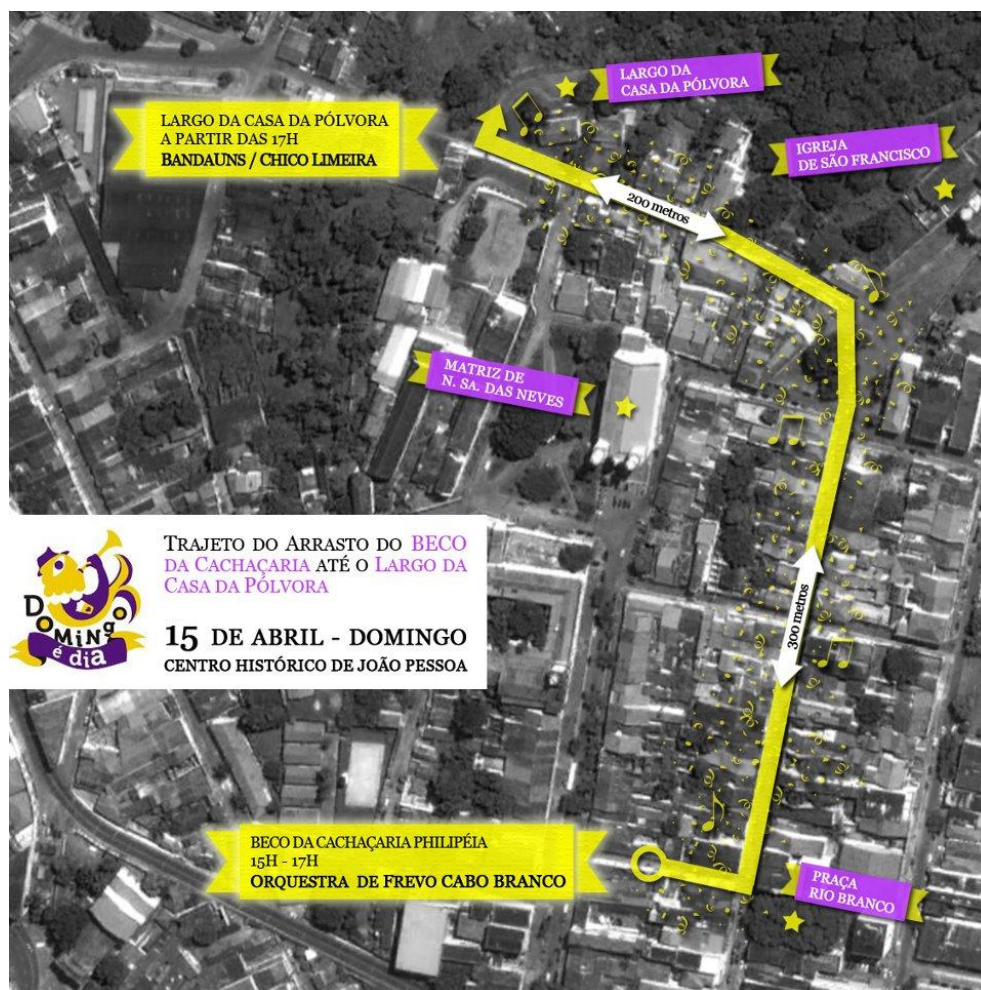


Fonte: Rede social *Facebook*. Acesso em fevereiro de 2013.

A ideia do “Bloco Vai Tomar no Centro” extrapolou o carnaval e seus organizadores propuseram o projeto “Domingo É Dia”, que contou com o apoio da FUNJOPE na sua realização. A proposta obviamente era promover uma festa semelhante ao Carnaval aos domingos, dia em que costuma não acontecer muitas atividades deste tipo, especialmente no centro histórico. A ideia era percorrer um trajeto (Figura 21) ao som de orquestras de frevo do “Beco” até a Casa da Pólvora⁸⁰, aonde foi armado um palco para apresentação de bandas e *DJ's* locais. O projeto teve duração sazonal e, apesar de ter atraído um público considerável, não houve continuidade. Um dos motivos foi o fechamento da Casa da Pólvora e arredores para reforma.

⁸⁰ “A Casa da Pólvora e dos Armamentos é uma construção do século XVII, marco da construção militar e está situada no promontório da colina onde se desenvolveu a Cidade Alta, mais exatamente na ladeira de São Francisco. A edificação ocupava um lugar estratégico para a defesa da Capitania, dado a vista panorâmica que tinha para todo o estuário do Rio Sanhauá. A Casa da Pólvora foi construída entre os anos de 1708 e 1710, cumprindo o determinado na Carta Regia de 10 de agosto 1704, quando o Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcelos governava a Capitania. O tombamento foi lavrado no Livro Histórico Vol. I e no Livro de Belas Artes Vol. I em 24/05/1938” (CASTRO, 2009, pp. 32-33). Atualmente, está em andamento uma reforma que pretende transformar o local em “Parque Casa da Pólvora”, que inclui a restauração do prédio, tombado em 2009 pelo Patrimônio Histórico Cultural Nacional, além da construção de um parque ecológico em seu entorno. O complexo contará com espaço para um café cultural, um teatro de arena (que funcionará como anfiteatro) e uma sede administrativa. No prédio da Casa da Pólvora também haverá espaço para exposições”. Informações obtidas no Portal da Prefeitura de João Pessoa na internet. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-devolve-vista-do-por-do-sol-aos-pessoenses-com-o-parque-casa-da-polvora/>>.

Figura 21: Divulgação do trajeto do projeto “Domingo É Dia”.



Fonte: Rede social *Facebook*. Acesso em abril de 2013.

Como dissemos, o surgimento de propostas desse tipo demonstra a intenção de reforçar a ideia da existência de um “circuit” cultural no centro histórico. Em entrevista, Milton Dornellas revelou o intuito de alguns produtores culturais de implementar um “corredor cultural”, que interligasse a área do centro histórico através dos locais em que acontecem “manifestações culturais”, como bares, restaurantes, casas de show e galerias.

A gente pensava em fazer um corredor cultural que era ocupar desde lá do beco da universidade, da Faculdade de Direito, ali onde funciona o Anjo Azul, perto da Assembleia Legislativa, a galeria Augusto dos Anjos, onde tem a Livraria do Luiz, o Ponto de Cem Réis, a Praça Rio Branco, o beco da Cachaçaria, a Casa da Pólvora, descendo a ladeira ali, Atelier do Nai, e desembocando lá embaixo na Anthenor Navarro. Esse era o circuito que a gente estava querendo implementar (Milton Dornellas, antigo diretor executivo da FUNJOPE e atual gerente de Promoção Cultural da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT-PB -, entrevista em 08/04/2014).

De fato, entre os dias 24 de abril e 11 de maio de 2014 ocorreu um evento chamado de “Circuito Cultural”, promovido pelo coletivo Varadouro Cultural⁸¹ e Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). A proposta promoveu “atividades nas áreas de teatro, circo, dança, música, cultura popular, literatura, artes visuais e audiovisuais, além de um ciclo de debates sobre questões importantes das políticas públicas da cultura do estado e do centro histórico da capital”⁸², envolvendo uma série de empreendimentos culturais que se localizam no centro histórico. O palco principal do evento foi armado na Praça Anthenor Navarro, com apresentações musicais de artistas locais e nacionais (Figuras 22 e 23).

Figura 22: Apresentações musicais no palco armado na Praça Anthenor Navarro durante o “Circuito Cultural”.



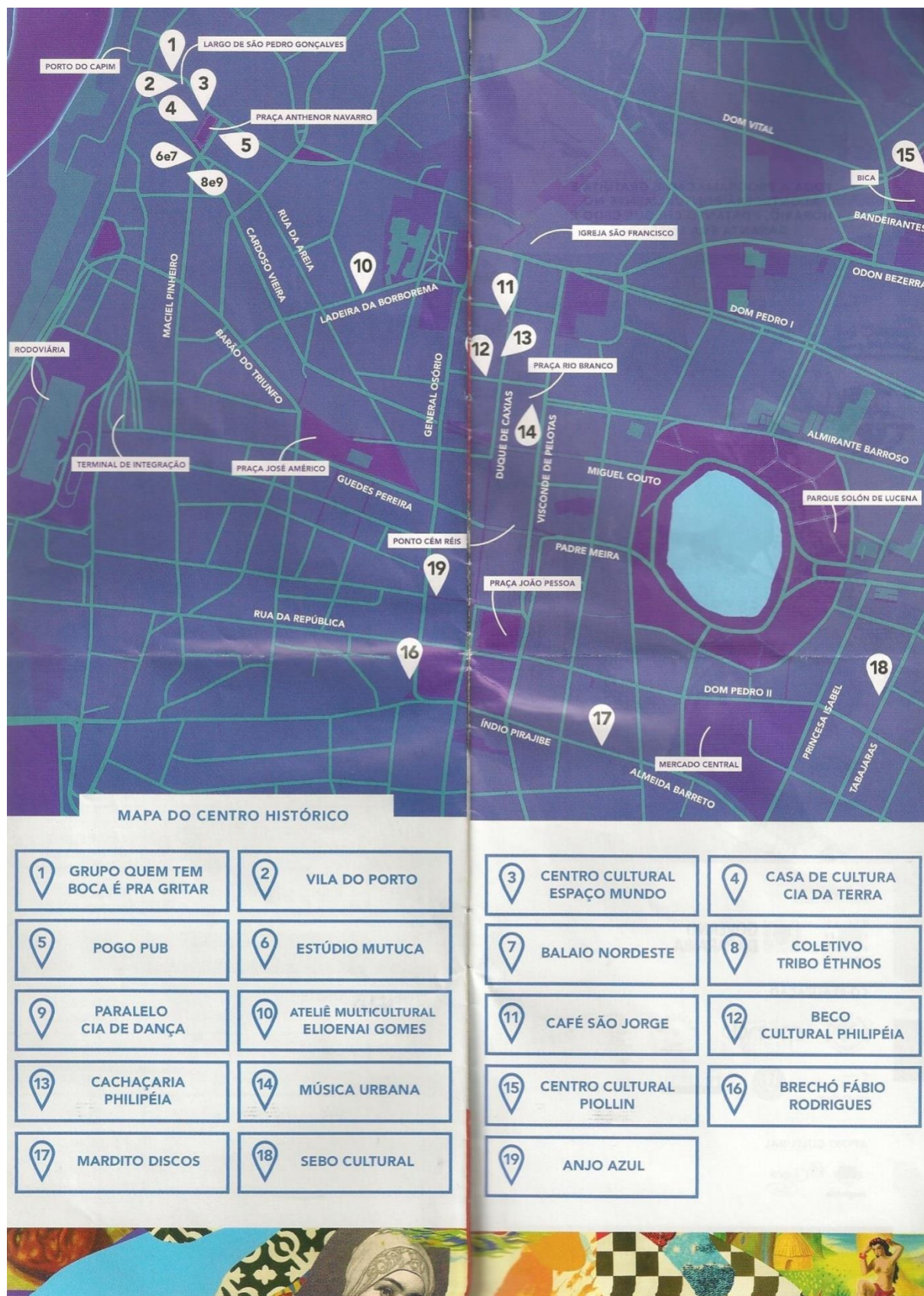
Fonte: Acervo pessoal de Thercles Silva divulgado na rede social *Facebook*⁸³.

⁸¹ “Movimento social da cultura que se organiza através de uma rede de espaços, agentes culturais e iniciativas criativas com foco de atuação num mesmo recorte territorial: o Centro Histórico da capital paraibana. Para além da homenagem ao bairro mais antigo da cidade, o Varadouro, o movimento abrange também outros bairros e comunidades ao seu entorno, como Porto do Capim, Róger e Centro. Compõem este cenário criativo produtoras, coletivos, pequenos empreendimentos, casas de shows, associações, estúdios de ensaio e produção, agentes e artistas independentes, entre outros grupos organizados em torno do setor cultural, e que interagem com vínculos de produção e cooperação na construção coletiva de um desenvolvimento socioeconômico, humanizado e sustentável deste território, colocando a cultura como eixo central e tendo a criatividade como principal insumo. A rede ganha notoriedade no âmbito das políticas culturais da cidade, ao passo que se posiciona, formula e dialoga com o poder público, construindo uma cultura participativa e protagonista”. (Descrição do Varadouro Cultural em sua página na rede social *Facebook*). Disponível em: <<https://www.facebook.com/varadourocultural/info>>. Acesso em maio de 2014.

⁸² Descrição contida na divulgação oficial do evento. Disponível em: <<http://www.paraibacultural.com.br/portal/index.php/pbc-informativo/item/511-circuito-cultural-no-centro-hist%C3%B3rico-de-jo%C3%A3o-pessoa.html>>. Acesso em maio de 2014.

⁸³ Disponível em <<http://fb.com/therclesilvafotografias>>. Acesso em maio de 2014.

Figura 23: Mapa com a localização dos “pontos culturais” que fazem parte do “Circuito Cultural” do centro histórico de João Pessoa.



Fonte: Flyer impresso de divulgação da programação do “Circuito Cultural”.

A recorrência desse tipo de evento no centro histórico acaba reforçando a ideia de que este é também um espaço de lazer e não só de trabalho ou consumo. Conforma, portanto, uma centralidade em torno da cultura, ou do uso cultural do espaço, ampliando para o restante do centro histórico essa característica já reconhecida no Varadouro. Isso estimula, como já dissemos, a presença de estabelecimentos e instituições ligados a esse meio, como bares, restaurantes, casas de show, estúdios, grupos de teatro, etc. Ainda que não se possa reconhecer uma predominância desse tipo de estabelecimento em relação aos demais, podemos identificar a presença desse “circuito” e tentativas de fortalecimento do mesmo. A fala de senhor Carlos é emblemática nesse sentido:

É preciso entender que nós temos um centro histórico que é o terceiro mais antigo do país e todo centro histórico, todo casarão, só tem sentido, só tem vida, se tiver gente. Se tiver gente morando, se tiver gente fazendo alguma coisa em termos de cultura, de manifestações artísticas. E o centro histórico de João Pessoa nos dias atuais carece de gente. Não tem gente. O que acontece é que tem uns coletivos, tem umas ONGs e tem umas casas de show que ainda estão resistindo. Estão oferecendo música alternativa regional, estão oferecendo manifestações artísticas. Nós temos a Cachaçaria Philipéia, temos Vila do Porto, temos Musicultura, tem o Varadouro Cultural, como movimento de resistência, tem o Café São Jorge, tem o Atelier Elonai, tem o Espaço Mundo... Todas essas entidades, entre outras, ONGs, coletivos, lutam para povoar o beco, lutam para trazer manifestações artísticas ao centro histórico. E até hoje, todas essas entidades, toda essa iniciativa privada, de pequenos empresários, não encontramos apoio, nem um suporte de segurança pública por parte das autoridades de João Pessoa (Carlos, proprietário da Cachaçaria Philipéia, entrevista em 10/04/14).

A fala tem tom de denúncia de uma ausência de apoio do poder público a essas “iniciativas privadas” ligadas à cultura. Carlos chega a falar de uma “resistência” desses “pequenos empresários” no centro histórico, listando parceiros que como ele “promovem a cultura” no local. De fato, quando nos aproximamos dessas pessoas e iniciativas, percebemos que não se tratam de grandes empresários com a possibilidade de realizar grandes investimentos. Para se manterem, precisam enfrentar desafios como o esvaziamento do centro, estão submetidos a assaltos⁸⁴, etc. Recorrem, portanto, a táticas no sentido expresso por Certeau (1998) de fortalecimento, fazendo parcerias, formando coletivos⁸⁵ e associações, utilizando ferramentas como as redes sociais para divulgar suas ações, pressionando o poder público por apoio, e assim por diante. Muitos estabelecimentos não “resistem” e acabam

⁸⁴ Recentemente, a sede do Grupo Ser Tão Teatro, que ficava no Largo de São Pedro Gonçalves, foi arrombada e assaltantes levaram todo o equipamento de som e outros objetos de valor. O proprietário do Café São Jorge também relatou passar por situação parecida logo quando abriu seu estabelecimento. Notícias como essa, infelizmente, tem se tornado recorrentes no centro histórico.

⁸⁵ Exemplos bastante atuantes são o Coletivo Varadouro Cultural e o Coletivo Mundo.

fechando as portas, o que explica uma grande “rotatividade” em alguns locais como na Praça Anthenor Navarro e Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Os agentes culturais⁸⁶ que atuam no centro histórico intensificam o debate sobre a sua importância como lugar de cultura e lazer na cidade. Para algumas dessas pessoas, como os produtores culturais, ou seja, aqueles que trabalham promovendo eventos culturais, a separação entre lazer e trabalho não está muito nítida. Eles criam uma relação afetiva com o lugar e fazem a escolha política de atuar ali, como revela as falas de Alexandre e Rayan:

Para mim muitas vezes trabalho, estudo e lazer se misturam. Me divirto muito com meu trabalho e tenho estudado assuntos muito interessantes, que me instigam a compartilhá-los a todo momento. Então, nem sempre consigo me desprender, mas também nem sempre o quero. [...] **É preciso entender que eu falo sob a ótica não somente de quem trabalha no centro histórico, mas como alguém que, antes de tudo, tem uma relação afetiva com aquele lugar. Então, atuar ali é também uma atitude, uma escolha política de fortalecer o território de uma cena independente que ainda tem muito a avançar.** É uma escolha que faço com prazer e de forma consciente (Alexandre, produtor cultural e membro do Varadouro Cultural, entrevista cedida para Rafael Pontual (2013, p. 66) em 20/01/2013, grifos nossos).

Vejo assim o papel da gente como de provocador e ao mesmo tempo como de liga de algumas pessoas, de algumas entidades também. Desde 2005 que a gente faz ação no centro histórico, a gente começou com o Festival Mundo. Só em 2009 que a gente foi ter o nosso próprio espaço, que é o Centro Cultural Espaço Mundo. Então desde que a gente teve o nosso próprio espaço que a gente começou a mais fortemente falar sobre o centro histórico... A gente já falava, quando a gente produzia o Festival Mundo, pode ver nos jornais, tudo mais, a gente sempre falava, **“olha, a gente escolheu o centro histórico, a gente acredita no centro histórico, é o território para a galera ocupar com cultura, pra dinamizar o espaço”**. (Rayan, músico e produtor cultural, membro do Coletivo Mundo, entrevista cedida para Rafael Pontual (2013, p. 70) em 15/01/2013, grifos nossos).

Em algumas situações se evidenciam conflitos de interesse entre grupos e classes sociais, como tentamos demonstrar no caso do “Sabadinho Bom”. Uma polêmica recorrente que envolve diversos discursos e entendimentos por parte dos variados agentes culturais é a realização de eventos de grande porte no centro histórico. De um lado, há aqueles que se colocam contra, entendendo que eventos desse tipo servem a uma massificação da cultura, além de causar danos ao patrimônio edificado. De outro lado, há quem defenda a realização de eventos “populares” que não agradem somente à classe média e à “elite cultural” da

⁸⁶ Por “agente cultural”, Michel de Certeau (1995, p. 195) define aquele que exerce “uma das funções ou uma das posições definidas pelo campo cultural: criador, animador, crítico, promotor, consumidor etc.”.

cidade. O centro acaba sendo o local mais “democrático” para isso, pela questão da acessibilidade. Sobre esse assunto, Milton Dornellas comentou:

Eu acho que não comporta. Eu acho que a programação ela tem que ser pensada, uma programação de qualidade, agora, você sabendo que o público que você vai levar é um público que o espaço comporta. Isso por uma série de questões, questão de segurança, questão de conforto, uma série de coisas... Então realmente se você colocar eventos de massa nesse espaço, não comporta mais. Na nossa gestão nós tivemos duas experiências que foram dramáticas. Uma foi a Pitty e a outra foi os Paralamas do Sucesso. Esses dois nós tivemos dor de cabeça. Dor de cabeça grande, porque era gente demais, demais. E evento de rua é uma atividade, assim, é tenso do início ao fim, porque você não tem domínio sobre aquela multidão (Milton Dornellas, antigo diretor executivo da FUNJOPE e atual gerente de Promoção Cultural da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT-PB -, entrevista em 08/04/2014).

Recentemente, vimos este debate ganhar fôlego quando a Prefeitura anunciou o cancelamento da realização dos shows das festas juninas deste ano no centro histórico. Segundo a divulgação oficial⁸⁷, a Prefeitura recebeu uma recomendação do Corpo de Bombeiros para restringir o público no Ponto de Cem Réis por questões de segurança, devendo colocar grades nas extremidades da praça para controlar o fluxo de pessoas. Com isso, justificou-se a decisão de cancelar as atividades no centro e transferi-las para a praia, que supostamente comporta o grande público. Essa decisão desagradou especialmente alguns agentes culturais que entenderam essa ação como parte de uma desvalorização que a atual gestão do Governo Municipal tem provocado em termos de ações culturais no centro histórico.

A questão maior, na verdade, não é simplesmente sobre a localização da festa, mas sobre seu conteúdo e significado e o papel do Estado na intermediação da realização da mesma. Devemos lembrar a elaboração de Marilena Chauí (2008, p. 63) quando afirma que “massificar é o contrário de democratizar a cultura. Ou melhor, é a negação da democratização da cultura”. Segundo a autora, devemos considerar que o Estado brasileiro tradicionalmente tende a operar de maneira antidemocrática quando se trata de cultura, independente se os cargos são ocupados por este ou aquele grupo. O Estado captura “a criação social da cultura sob o pretexto de ampliar o campo cultural público, transformando a criação

⁸⁷ Informações obtidas na matéria “Prefeitura de João Pessoa transfere São João para o Busto de Tamandaré” de 30/06/2014. Fonte: Portal G1 Paraíba. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2014/noticia/2014/06/prefeitura-de-joao-pessoa-transfere-sao-joao-para-o-busto-de-tamandare.html>>

social em **cultura oficial**, para fazê-la operar como doutrina e irradiá-la para toda a sociedade” (CHAUI, 2008, p. 63, grifos da autora). Desse modo, o Estado se apresenta como “produtor de cultura”, quando na verdade é um “produto da cultura”. De acordo com a autora, ainda há

[...] outra modalidade de ação estatal, que data dos anos 1990, em que o Estado propõe o “tratamento moderno da cultura” e considera arcaico apresentar-se como produtor oficial de cultura. Por modernidade, os governantes entendem os critérios e a lógica da indústria cultural, cujos padrões o Estado busca repetir, por meio das instituições governamentais de cultura. Dessa maneira, o Estado passa a operar no interior da cultura com os padrões de mercado. Se, no primeiro caso, oferecia-se como produtor e irradiador de uma cultura oficial, no segundo, oferece-se como um balcão para atendimento de demandas; e adota os padrões do consumo e dos *massmedia*, particularmente, o padrão da consagração do consagrado (CHAUI, 2008, pp. 63-64).

A festa pensada para o “grande público”, com “grandes atrações” e de proporções megalomaniacas sugere a tendência de sua transformação em mero espetáculo a ser consumido pela “massa”, sua redução a mero entretenimento, distante da possibilidade da criação. Distancia a festa, portanto, da dimensão ampla de cultura, em que são possíveis a apropriação, a transgressão do cotidiano, a valorização da dimensão criativa e propositiva das manifestações culturais. Esvazia, assim, o espaço público de seu conteúdo político, “como um local de dialógica interação política e exteriorização dos conflitos e das discordâncias” (LEITE, 2002, p. 116), em que a alteridade e a diversidade provocam a construção de sentidos e significados que não estão dados e concebidos alhures. É diante desse contexto que se torna importante e urgente lutar pelo “direito à cultura”, pelo “direito ao centro” e pelo “direito à cidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento final da dissertação nos obriga a colocar pontos finais, ainda que existam muitas reticências... Contrariando as exigências, o exercício da escrita costuma ser sempre inconcluso: quando mais se escreve, mais se abrem possibilidades, mais questões surgem, mais leituras urgem ser feitas, mais observações são bem vindas, mais se reconhece aquilo que não foi escrito ou que não está claro. Resta-nos lidar com essa condição e não deixar que ela nos impeça de trilhar o caminho, afinal, ele só se faz caminhando. Assim é o percurso de uma pesquisa, cujas “considerações finais” podem significar muitos outros pontos de partida. Talvez por isso a tarefa de escrever seja ao mesmo tempo tão angustiante e prazerosa. Construir esta pesquisa, desde a primeira palavra escrita em um papel em branco, passando pelas várias etapas e meandros que percorremos para chegar a esse momento de “conclusão”, foi uma aventura. Como diria Chico Science, “um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”⁸⁸. Agora, olhando pra trás, é possível perceber uma trajetória, que certamente não foi linear, não foi feita somente de certezas e de caminhos fáceis.

Como Lefebvre sugere em vários momentos, podemos pensar a cidade como um texto que “se escreve nos seus muros, nas suas ruas”; escrita inacabada, de um “livro que não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas” (LEFEBVRE, 2008, p. 112). A cidade e o urbano estão vivos, não estão dados e acabados, esperando que alguma “alma iluminada” possa compreendê-los. Não podem ser apreendidos em sua totalidade pelos olhares parcelares das disciplinas acadêmicas, tampouco pelo “ecletismo” leviano que as misturam em nome de uma pseudo-transdisciplinaridade. No entanto, diante de tamanho desafio, devemos nos arriscar, questionar e buscar respostas, porque assim é possível enxergar possibilidades de agir e transformar a “realidade” – muitas vezes tão cruel e violenta.

Para responder as perguntas que surgiram ao questionarmos a cidade, precisamos recorrer às elaborações de autores de diversos campos do conhecimento. Filosofia, sociologia, antropologia, arquitetura e urbanismo, engenharia urbana, história, geografia... O que nem sempre significou obter resposta. Mesmo assim, seguimos em frente. Em vários momentos tivemos que nos esforçar para responder a pergunta recorrente: “a pesquisa é sobre o quê”? Ou, quando respondíamos, a outra que surgia: “mas isso é geografia”? Sim, se através da geografia buscamos compreender as relações espaciais (portanto sociais, temporais, naturais,

⁸⁸ Verso de “Um passeio no mundo livre”, música do disco Afrociberdelia de Chico Science & Nação Zumbi, gravado em 1996.

culturais...), pensar sobre a cidade é fazer geografia. Estão aí os muitos geógrafos e muitas geógrafas que deixam isso cada vez mais claro.

Fazer uma pesquisa sobre o centro histórico de João Pessoa significou buscar conhecê-lo, significou realizar uma aproximação com as pessoas que vivem neste e este espaço. Precisamos, com isso, reconhecer os limites desta tarefa. Limites temporais, limites espaciais, limites subjetivos, limites teóricos. Certamente o fato de “ser de fora” influenciou nessa aproximação. Às vezes, transformando aquilo que é ordinário, comum ou trivial para os “nativos” em aspectos interessantes de reconhecer e indagar. Outras vezes, alargando a necessidade de esforços para conhecer tantas coisas e pessoas novas, ao mesmo tempo em que era necessário cumprir as “exigências” do trabalho acadêmico.

Uma questão que nos motivou desde o início foi a ideia de que o centro de João Pessoa está “morto”, talvez pelo esvaziamento e deterioração física de alguns espaços do centro histórico estarem tão evidentes. A pesquisa nos fez reconhecer alguns motivos que explicam essa constatação, ao mesmo tempo em que nos fez perceber que há sim muita vida no centro, ainda que ela não esteja sempre em evidência. Através dos levantamentos bibliográficos e documentais, da nossa inserção em momentos de observação e deriva, das conversas e entrevistas com sujeitos que frequentam e vivem o centro histórico, entendemos que este espaço é repleto de historicidade, de significações e de interesses diversos que conformam sua centralidade, em que pese ela estar em constante transformação, como buscamos analisar.

Ao tratar dos espaços públicos, em particular as praças que tomamos como objeto empírico, dentro do recorte do centro histórico, procuramos compreender como se dá o processo de constituição e transformação dos mesmos no espaço urbano da cidade de João Pessoa. Por isso, nossas análises nos levaram de encontro não somente às mudanças “físicas” que ocorreram nesses espaços ao longo do tempo, que podem ser reconhecidas pelas reformas e propostas de revitalização realizadas principalmente nas últimas décadas, mas como esses espaços são utilizados e apropriados pelas pessoas, que o concebem, o percebem e o vivem, para retomar a proposta de Lefebvre (2012).

Com o primeiro capítulo, procuramos esclarecer a proposta teórico-metodológica da pesquisa e assim contribuir com o debate sobre a produção do espaço das cidades e do urbano, especialmente tratando dos espaços públicos e dos conceitos de lugar e território, tão caros à análise geográfica. No segundo capítulo, julgamos importante tratar da constituição do centro histórico de João Pessoa. Para isso, consideramos a discussão sobre a formação dos centros e da centralidade urbana, tentando articular elementos da produção do espaço da cidade para

compreender o processo de formação e transformação de seu centro principal. Em relação ao centro histórico, procuramos entender o sentido de sua degradação/revitalização a partir de alguns exemplos de como isso se deu em outros países e em outras cidades brasileiras e como se formularam os conceitos e discursos em torno desta temática. Por fim, realizamos uma revisão bibliográfica e documental para elucidar o processo de “(re)invenção”, nos termos de Jovanka Scocuglia (2004b), do centro histórico de João Pessoa, focando principalmente as intervenções realizadas nas praças do nosso recorte de estudo e os rebatimentos em seus usos e significados. No terceiro capítulo, nos aproximamos da construção do conceito de cultura nas ciências sociais e de como este debate complexo nos ajuda a pensar ações que ocorrem nas cidades, particularmente atividades ligadas ao lazer e ao entretenimento. Essa temática se tornou importante a partir da nossa inserção no campo, com as observações e derivas que nos levaram a constatar importantes práticas espaciais que ocorriam nas praças do nosso recorte de estudo. Procuramos, então, trazer essa descrição do campo e qualificá-la com a análise dessas práticas a partir dos conceitos trabalhados, da relação dialética entre dominação e apropriação do espaço.

Diante de toda essa discussão, nos deparamos com uma questão teórica e prática importante: em que medida pode-se falar na ocorrência de um processo de *gentrification* em curso no caso do centro histórico de João Pessoa? Para respondê-la, antes de tudo, entendemos a necessidade de levar em conta as especificidades e particularidades da escala local em relação a processos globais. Apesar de se tratar de uma cidade sujeita a processos que são entendidos teoricamente como tendências presentes no espaço urbano de maneira geral, é preciso reconhecer que João Pessoa, inserida no contexto político e econômico do Nordeste brasileiro, apresenta ritmos e características que a diferenciam de outras cidades mundiais e brasileiras. Quando nos deparamos com as produções acadêmicas sobre a cidade e o urbano, seja na literatura internacional ou nacional, costumamos encontrar em sua maioria discussões sobre os processos que estão em curso nas grandes metrópoles. Apesar de se constituírem em um arcabouço teórico importante para pensar a cidade e o urbano, temos que ter cuidado ao transpor os conceitos e noções como a de *gentrification*, por exemplo, para as realidades locais.

Dito isto, em síntese, chegamos ao entendimento de que, embora haja esforços no sentido de atribuir ao centro histórico um papel de local turístico e atrativo para as classes mais abastadas, principalmente por meio de ações do poder público, mas também de articulações entre empreendimentos privados, isso ainda não resultou em uma completa elitização e expulsão das classes mais pobres deste espaço, como ocorre em processos de

gentrification identificados em alguns centros urbanos. A despeito de políticas de construção de uma imagem e de um cenário turístico que apontam para este fim, esse processo, em sua noção clássica, ainda não se concretizou. Concordamos com Jovanka Scocuglia (2010, p. 93) quando a autora afirma que “estão sendo desenvolvidas políticas visando transformar simbolicamente o centro antigo para se adaptar ao gosto das classes médias e dos turistas, seja para residir ou consumir, seja como forma de conter seu declínio econômico e social”. Porém, como desejamos demonstrar com nosso trabalho, ainda resistem formas de apropriação do espaço que divergem desse sentido, o que aponta para possibilidades de resistência.

Em um primeiro momento, quando passou a ser alvo das políticas de revitalização, pôde-se constatar um uso mais intenso no Varadouro, especialmente nos arredores da Praça Anthenor Navarro e Largo de São Frei Pedro Gonçalves, por parte das classes médias e de uma “elite cultural”, motivada pela promoção de festas e eventos culturais no local. Esforços de restauração do patrimônio edificado e a requalificação de outros espaços públicos, como a Praça Rio Branco, trouxeram “vida” ao centro histórico, não só aquela ligada ao comércio e ao trabalho. Contudo, apesar disso, é necessário considerar que ainda não houve uma política incisiva de habitação, por exemplo, que transformasse claramente o padrão de uso e ocupação dessa área da cidade. As áreas revitalizadas continuam convivendo e estando submetidas aos processos de abandono e degradação. Moradores de baixa renda resistem em alguns locais como o Porto do Capim, sem que suas necessidades de moradia sejam assistidas pelo poder público. Ao contrário, encontram-se em perigo iminente de perderem suas casas em nome de um projeto de revitalização que contrariaria a constatação da não ocorrência de *gentrification* no centro histórico. Por isso, concluímos ressaltando que este trabalho não se encerra aqui, uma vez que novos interesses, novas propostas de ocupação e de luta continuam ocorrendo no centro histórico e necessitam ser pensadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. e SPOSITO, M. E. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 19-39.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. **Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes**. 255 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2006.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. **Urbe vigiada: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte – 1910-1930**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2009.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de. **Metamorfoses em centros urbanos: uma análise das transformações da centralidade em João Pessoa – PB 1970-2006**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2007.

ANDRADE, P. A. F; RIBEIRO, E. L.; SILVEIRA, J. A. R. Centralidade urbana na cidade de João Pessoa - PB: uma análise dos usos comerciais e de serviços entre o centro tradicional e o centro seletivo – 1970/ 2006. In.: **Vitruvius**, 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp508.asp>>

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Magno Erasto de. **Água e rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade João Pessoa – Paraíba**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2012.

ARAÚJO, Vera Lúcia. **As transformações na Paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIASE, Alessia de. Insistência urbana ou como ir ao encontro dos “imponderáveis da vida autêntica”. In: **Revista Redobra**, Salvador, nº 12, ano 4, pp. 80-86, 2013.

CANTALICE, Edmilson Esequiel. A revitalização do Ponto de Cem Réis na cidade de João Pessoa. In: SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti (Org.). **Cidade, cultura e urbanidade**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade e a festa: Cultura e identidade na festa da Micarande na cidade de Campina Grande – PB**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2000.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Amaro Muniz. **Centro Histórico de João Pessoa: Ações, Revitalização e Habitação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A Invenção do Cotidiano. Vol. 1, Artes de Fazer**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: **Crítica y Emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, nº. 1, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>.

COSTA, Ana Luiza Schuster. **Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa: três décadas de história**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental). Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

COSTA, Carmen Lúcia. Festa e Cidade: Contribuições para o entendimento das espacialidades contemporâneas. In: **Espaço em Revista**, Goiás, vol. 14, n. 02, pp. 59-80, 2012.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIMENSTEIN, M.; BARROS, A.; ANDRADE, P. A. Relações espaço público x privado: o caso do Ponto de Cem Réis. In: **Anais do IV Seminário Internacional Urbicentros**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GONÇALVES, Regina Célia. Projeto “Subindo a Ladeira” e participação cidadã: uma discussão sobre história local e ensino de história na comunidade do Porto do Capim – João

Pessoa-PB. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOEFLE, Scott William. Epistemologia e teoria cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: uma antologia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

IPHAN. Ministério da Cultura. **Proposta de Tombamento Nacional do Centro Histórico de João Pessoa**. João Pessoa, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P. B.; ABREU, E. S.. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 2012.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social de lugares na Manguetown. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, n. 49, pp. 115-134, 2002.

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. In: **Revista Sociedade e cultura**, Goiânia, vol. 8, n. 2, pp. 79-89, 2005.

_____. **Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: USP/Fapesp, 1996.

_____. De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, n. 49, 2002. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/DEPERTOEDENTRO.html>.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos Lentos na Cidade: Permanência e Transformações dos Costumes Rurais em João Pessoa - PB**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Ruas, casas e sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos. In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XII, n. 270, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-134.htm>.

MERHY, J. C.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**, Porto Alegre, vol. 22, n. 37, pp. 7-32, 1999.

MOURA, A., MAIA, A., BECHLER, J. A rua pelo avesso: análise das experiências de ambulantes e camelôs no bairro do centro de João Pessoa – PB. In: **Anais do IV Seminário Internacional Urbicentros**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI- XVIII**. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal. 2004.

PONTUAL, Rafael Rodrigues. **Som e Fúria: uma etnografia da produção e consumo da música pelos jovens no centro histórico de João Pessoa/PB**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013.

SÁ, Nirvana Lígia Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854-1912)**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, pp. 1-15, 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf.

SALES, Andréa Leandra Porto. **O centro principal de João Pessoa: espacialidade, historicidade e centralidades**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

SALGUEIRO, Teresa. **A cidade em Portugal: uma geografia urbana**. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARMENTO, B.; CUNHA, I.; MOURA FILHA, M.; AZEVEDO, M. As construções e desconstruções no Ponto de Cem Réis na cidade de João Pessoa – PB. In: **Anais do I Seminário Internacional Urbicentros**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SCOCUGLIA, J. B. C.; CHAVES, C.; LINS, J. Percepção e memória da cidade: o Ponto de Cem Réis. Janeiro de 2006. In: **Vitruvius**, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp349.asp>>.

SCOCUGLIA, Jovanka. **Cidadania e patrimônio cultural: Oficina-Escola, Projeto Folia Cidadã e Acehrvo no centro histórico de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004a.

_____. **(Re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004b.

_____. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

SEABRA, Odette. Pensando o Processo de Valorização e a Geografia. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 66, pp. 97-103, 1988.

_____. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, pp. 21-37, 2004.

_____. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, A. C. C.; MOURA FILHA, M. B. Salve-se “o que” puder! (?) Uma crítica sobre as intervenções ocorridas em três praças do centro histórico da cidade de João Pessoa-PB. In: **Anais do III Seminário Internacional Urbicentros**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Flávia Elaine. Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em geografia urbana. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 15, pp. 139-149, 2004.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente. 2004.

_____. A produção do espaço público: da dominação a apropriação. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 19, pp. 93-111, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Revista Território**, ano III, n. 4, pp. 27-37, 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_3_sposito.pdf>

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. In: **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, vol. 23, pp. 340-375, 2011.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2ª ed. Barueri: Manole, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Carlos, proprietário da Cachaçaria Philipéia

Realizada no dia 10/04/14

Você é natural de João Pessoa?

Sou, nasci no bairro da Torre e moro nos Bancários.

Há quanto tempo você trabalha no centro histórico?

Essa cachaçaria se encontra aqui há 9 anos.

E você começou a trabalhar aqui no centro já na cachaçaria?

Foi. Procurei um local mais adequado pra vender cachaça. Como cachaça não é uma bebida simples, cachaça é iguaria, cachaça é uma instituição do Brasil... Cachaça faz parte do Brasil colônia, império, república, está entrelaçada com a história do Brasil. Uma bebida genuinamente brasileira. Cachaça é uma das identidades do brasileiro, assim como o café... Café nem tanto! Mas a cachaça, eu avalio que é a única iguaria, é a única bebida nobre que identifica o brasileiro. Então eu procurei um local adequado, no caso entre casarios velhos, entre o centro histórico de João Pessoa, pra vender cachaça, porque combina bem. Cachaça é uma instituição antiga, secular, e o centro histórico de João Pessoa idem.

Você tem outra profissão?

Eu sou jornalista, fiz o curso de comunicação na UFPB, minha especialização é jornalista e cachaceiro. Mas cachaceiro não é... Antigamente, cachaceiro não era a pessoa que tomava cachaça, mas a pessoa que vendia a cachaça. Estou há nove anos estabelecido aqui no centro histórico vendendo cachaça e procurei criar um ambiente rústico, acolhedor, entre quadros, pinturas, artes e outras coisas velhas, antigas, pra pessoa se sentir bem ao degustar cachaça aqui na Philipéia.

Como você está aqui há nove anos, você presenciou a revitalização da Praça Rio Branco, certo? Esse processo de reforma da praça...

Infelizmente... Se eu for falar da praça tenho que falar do conjunto secular arquitetônico como um todo... Infelizmente o que está ocorrendo aqui em João Pessoa, diga-se de passagem que é a terceira cidade mais antiga do Brasil, infelizmente o centro histórico de João Pessoa, os casarios estão entregues às traças. Já houve iniciativas que não passaram do papel pra revitalizar o centro histórico de João Pessoa. Hoje o centro histórico de João Pessoa, digamos que 30% dos casarões estão fechados, abandonados, outros estão em ruínas, caindo... Os donos desses casarões que estão caindo ou fechados, eles não querem alugar, eles não querem vender, até porque muitos deles são alvo de brigas na justiça. As famílias se tornaram grandes e aí eles foram vender, não conseguiram vender porque há muita discordância na família. Então, eu acredito que 30% ou 40% dos casarões aqui do centro histórico de João Pessoa estão condenados a vir abaixo. A Prefeitura devia incentivar, a prefeitura devia instituir um IPTU muito elevado para os casarões fechados no centro histórico. Só assim os donos

alugariam ou venderiam, arranjavam um jeito de vender. E são casarões bonitos... Tem alguns até com mais de 100 anos... Chegando a 200 anos. Então está ocorrendo aqui justamente isso. Houve uma iniciativa por parte de Ricardo Coutinho quando ele era prefeito, mas parou no tempo... Com esse novo prefeito aí também não tem iniciativa nenhuma de um projeto pra revitalizar os casarões, um projeto pra obrigar seus donos a abrir esses casarões velhos, porque eles ficam fechados e deterioração é maior. E não estou vendo nenhuma luz no final do túnel...

Mas na praça aconteceu uma reforma...

A Praça Rio Branco foi uma exceção. A Praça Rio Branco era completamente abandonada. Ela tinha as calçadas, tudo quebrado, era uma coisa muito feia a praça antigamente.

Como a praça era usada antes?

A praça antigamente era o maior desrespeito ao cidadão contribuinte. A praça era totalmente tomada pelos carros. Era um estacionamento. À noite a praça não tinha iluminação nenhuma, era a maior escuridão, e era foco de marginais. Era até perigoso andar na praça à noite. Hoje eles revitalizaram a praça, mas esqueceram de uma coisa chamada manutenção, preservação da praça. Quem passar na praça à noite vai ver que já tem luminárias queimadas, eles não trocam. A praça merecia mais arborização, mais jardins, mais bancos, enfim, uma preservação. Não só a praça como o centro histórico como um todo.

Com a reforma que aconteceu, você percebeu se alterou o público também da Cachaçaria? Como você disse, com a retirada dos carros, estimulou que outros usos fossem feitos da praça... Como você percebe essa mudança, antes e depois da reforma, em relação ao seu estabelecimento?

A Praça Rio Branco passou a ser habitada. Mais especialmente na hora do almoço, os comerciantes aqui do centro adoram ficar na praça pra sentar nos bancos ali, após o almoço. É uma coisa legal, porque é um logradouro público, bonito, e o povo sentado na praça conversando. E a relação da praça com a Cachaçaria é, desde que a Philipéia se estabeleceu aqui, é uma relação forte, porque tem ali uma praça linda, né?! Revitalizada é uma praça bonita e está aqui a Cachaçaria Philipéia vendendo cachaça e combina com a urbe, combina com a cidade. A relação mais forte da Cachaçaria com a praça é aos sábados, porque tem um programa chamado “Sabadinho Bom” da Prefeitura, tocando chorinhos, e os visitantes e turistas que frequentam a praça, eles sempre vem na Cachaçaria. Aliás, a Cachaçaria Philipéia se tornou, principalmente aos sábados, uma extensão da Praça Rio Branco. Porque lá na praça o pessoense, o visitante, o turista, ouve aquela coisa bonita que é o chorinho, vem aqui na Cachaçaria, toma sua “lapada”, sua cachaça, e volta novamente pro chorinho. Então eles criaram uma ponte, a cachaçaria é uma extensão da praça.

Você pode contar um pouco sobre o começo do projeto “Sabadinho Bom”, existiu uma articulação do poder público com a cachaçaria?

O projeto “Sabadinho Bom” foi uma sacada genial de um dirigente da FUNJOPE, Milton Dornellas. Foi ele quem teve a sacada de fazer aos sábados o “Sabadinho Bom”. Na verdade, é o chorinho, estilo de música bem típico do Brasil. No início era uma beleza, até por causa da

estrutura, né?! Quando o “Sabadinho Bom” iniciou na Praça Rio Branco, os ambulantes – não sou contra ambulante – eles não ficavam em cima da praça, não ficavam ao redor da praça. Os ambulantes se limitavam, uns poucos, a ficar na Rua Duque de Caxias. Logo no início era muita gente, muita gente mesmo ocupando a praça pra assistir os concertos das bandas regionais, tocando aquelas coisas bonitas, em se tratando de chorinho. Era muita gente mesmo. Depois, com a mudança de gestão na FUNJOPE, os ambulantes passaram a ocupar a praça, dos dois lados, e aquilo ali é o seguinte: aquele montão de ambulante de um lado, do outro e nas nossas costas, aquilo chamusca um pouco a bela paisagem da Praça Rio Branco, ainda mais quando se está sentado numa cadeira e assistindo o belo concerto daquele regional, tocando aquele chorinho bonito. Então foi deturpado um pouco o “Sabadinho Bom”. A praça era só pros músicos lá no palco e o público, os ambulantes eram pra botar o lote na extensão da Duque de Caxias. Uma das grandes mudanças foi essa, mudança pra pior. E o “Sabadinho Bom” deveria ter uma coordenação melhor. Hoje começa de meio dia e meia, 1 hora, o que é errado. Era pra começar, na verdade, por volta de 14h, 15h, quando os comerciários saem das lojas de comércio e podem assistir os shows lá.

Certa época, a própria FUNJOPE incorporou o “Beco Cultural” na programação do “Sabadinho”... Montou a estrutura do palco da cultura popular... Como foi esse processo?

Isso é um capítulo aparte que merece um destaque, por isso eu não falei anteriormente dessa questão aí. O negócio foi o seguinte... Outra sacada genial do Milton Dornellas. Ele viu que a praça, o público era numeroso, significativo. Muitas dessas pessoas, quando terminava o “Sabadinho Bom”, corriam pra Cachaçaria Philipéia, e eu também observei isso. Então o que eu fiz: eu pus uma caixa de som, um pedestal, um microfone e um violão dentro da Cachaçaria. E eu convocava o povo: quem sabe cantar e tocar, pode vir tocar. E sempre aparecia um pra tocar, pra cantar... E ficava o povo na calçada da Cachaçaria e ao mesmo tempo na rua. Nesse tempo a rua começou a ser interditada. Mas não pela providência divina das autoridades públicas, mas sim pelo povo que vinha pra cá, porque sabia que tinha um violão e voz. Quer dizer, a Cachaçaria ficou sendo uma extensão do lazer da Praça Rio Branco. Pessoal terminava lá os shows por volta de 16h e o povo olhava pra cá e dizia: e agora, aonde é que a gente vai encher a cara, onde é que a gente vai ouvir mais shows? Cachaçaria Philipéia, porque o dono botou lá um violão. Então essa ideia foi crescendo, esse negócio foi crescendo, e eu não botava mais dentro da Cachaçaria, botava na calçada da Cachaçaria. Aí foi crescendo cada vez mais. E um belo dia, o Milton Dornellas me chamou e disse: o que você quer para se enquadrar num projeto “Corredor Cultural” que é uma extensão do “Sabadinho Bom”? E eu falei pra Milton Dornellas: eu quero um palco com som, iluminação, e eu quero que num sábado se apresente coco de roda, no outro sábado eu quero um grupo de ciranda, no outro sábado eu quero um grupo de boi de reis... Pedi a ele esses movimentos, essas mobilizações artísticas populares que tem pelos bairros e estão de acabando, estão se esquecendo desse pessoal. E aí o Milton Dornellas instalava todo sábado um palco no beco, com som, iluminação, e esses grupos artísticos populares se apresentavam aqui. E depois que eles se apresentavam no palco, tinha muita gente ainda, e eu convocava o pessoal: quem sabe tocar violão, quem sabe tocar alguma coisa, traga seu instrumento, venha aqui no palco e cante. E era isso que estava acontecendo. Tinha muita gente. Paralelo a isso, não tinha uma estrutura, como não tem até hoje, de segurança pública. Não tem. Por incrível

que pareça, tanto o programa “Sabadinho Bom” como o beco, que foi o primeiro beco a ter esse lazer aqui em João Pessoa, não tem até hoje segurança pública. Infelizmente. O “Corredor Cultural” ia bem, era muita gente, aqui o beco se tornou um referencial, se tornou um ponto cultural, se tornou um ponto de novas manifestações artísticas, principalmente do campo da música... E muitos jovens aí dos bairros, até hoje ainda, que não tem onde se apresentar e vem mostrar seu talento aqui no beco cultural. Voltando ao projeto “Corredor Cultural”, houve a mudança de gestão na FUNJOPE, entrou Lúcio Villar, cineasta, e não sei porque cargas d’água achou de tirar o palco do beco, chegou pra mim e disse: não precisa de palco no beco não, porque já tem ali o “Sabadinho Bom”. E eu disse tudo bem. Mas aí, nesse período, o beco num tinha jeito, era cheio de gente, cheio de gente... E eu passei a montar um tablado no meio da rua e nesse tempo já tinha violão, já tinha pandeiro, já tinha zabumba, já tinha bongo, já tinha maracá... O pessoal pegava, tocava, cantava, e até hoje tem também, acontece esse evento aqui no beco. De uma maneira mais restrita, mas acontece. E o que falta pro beco aqui... Um beco que fomenta a cultura, que incentiva a cultura, que mostra novos talentos, o que falta são as autoridades fazerem sua parte. Botar segurança pública enquanto houver “Sabadinho Bom” e enquanto houver lazer, shows aqui, manifestações artísticas aqui no beco. Aqui já se apresentou maracatu, Escurinho, Chico Correa, vários artistas regionais.

Você se lembra das datas, qual o período que durou esse projeto “Corredor Cultural”?

O “Corredor Cultural” durou cerca de uns 8 meses. E a proposta dava muitas chances, muitas possibilidades de trazer o folclore aqui pro beco, trazer essa cultura regional que temos, o boi de rei, ciranda, coco de roda, esses grupos que continuam marginalizados e se a gente não tiver cuidado vai se extinguir, vai se acabar.

Quando você falou do poder público que muitas vezes não dá uma assistência, principalmente na questão da segurança... Já aconteceu alguma situação de você ser multado, alguma coisa desse tipo, por usar a rua...? Existiu alguma tentativa de regulação do uso que você e as pessoas fazem do beco?

Boa pergunta, porque até hoje, ao invés das autoridades procurarem adotar o beco, com segurança pública, com infraestrutura, pelo contrário... As medidas deles são só pra acabar com o lazer aqui do pessoense no beco no centro histórico de João Pessoa. Por exemplo, o Ministério Público pediu à Prefeitura para acabar com a poluição sonora nas vizinhanças da Cachaçaria Philipéia e pra acabar com o “Sabadinho Bom”, porque tava acabando com a praça. É um absurdo. O Ministério Público, na verdade, a função dele primordial é lutar pelo bem estar da coletividade. Pra isso, o Ministério Público tinha que pedir à Prefeitura e ao Estado segurança pública permanente no beco e no “Sabadinho Bom”... Também devia pedir à Prefeitura banheiros sanitários... Também devia pedir à Prefeitura toda uma infraestrutura para enriquecer mais ainda esses dois pontos de lazer e entretenimento do pessoense e dos turistas, porque aqui na verdade o beco dá muitos turistas, muitos visitantes aqui. Mas pelo contrário, o Ministério Público tentou atrapalhar. E idem com a Prefeitura e o Estado. Eles não sacaram ainda a grande importância para o turismo do “Sabadinho Bom” e da Cachaçaria Philipéia. Até hoje a Associação Cultural do Beco, uma entidade que foi fundada aqui por mim e por uns companheiros, pra gente organizar melhor as manifestações artísticas do beco, até hoje a associação luta pelo uso do solo na SEDURB, junto à prefeitura. E até hoje a

SEDURB, com medo do Ministério Público, não deu a licença do uso do solo. E hoje, o beco, todos sabem, é cheio de gente, não tem mais como acabar esse negócio, se acabar vai virar uma celeuma, uma polêmica muito grande... Então tá esse dilema aí. É preciso entender que nós temos um centro histórico que é o terceiro mais antigo do país e todo centro histórico, todo casarão, só tem sentido, só tem vida, se tiver gente. Se tiver gente morando, se tiver gente, fazendo alguma coisa em termos de cultura, de manifestações artísticas. E o centro histórico de João Pessoa nos dias atuais carece de gente. Não tem gente. O que acontece é que tem uns coletivos, tem umas ONGs e tem umas casas de show que ainda estão resistindo. Estão oferecendo música alternativa regional, estão oferecendo manifestações artísticas. Nós temos a Cachaçaria Philipéia, temos Vila do Porto, temos Musicultura, tem o Varadouro Cultural, como movimento de resistência, tem o Café São Jorge, tem o Atelier Elonai, tem o Espaço Mundo... Todas essas entidades, entre outras, ONGs, coletivos, lutam para povoar o beco, lutam para trazer manifestações artísticas ao centro histórico. E até hoje, todas essas entidades, toda essa iniciativa privada, de pequenos empresários, não encontramos apoio, nem um suporte de segurança pública por parte das autoridades de João Pessoa.

Você sabe precisar quando foi fundada essa Associação do Beco?

Nós da associação somos uns heróis, somos uns guerrilheiros. Há um ano e meio essa associação foi fundada, os membros obtiveram o registro junto à Receita Federal e em cartório pra estar apta a receber recursos federais, estaduais e municipais para fomentar manifestações artísticas em todas as áreas: música, teatro, artes, pintura... Então a Associação Cultural do Beco o objetivo dela, a missão dela, tá lá no estatuto registrado na Receita Federal e no cartório, é fomentar a cultura de modo geral aqui no beco. É também trabalhar pela inclusão social, mais especialmente de artistas marginalizados. É também transformar o beco num ponto de cultura. Mas até hoje essa associação não está tendo apoio da prefeitura e do estado. Essa associação faz um belo trabalho. Essas bandas, esses jovens que formaram bandas de garagem nos bairros de João Pessoa e não tem onde se apresentar, eles imploram pra se apresentar no beco... E é isso que está ocorrendo hoje. O beco mostra essas bandas regionais de João Pessoa e vem banda até de Campina Grande... Dá oportunidade pra elas se apresentarem aqui pro público do beco. Mostrando novos talentos... Infelizmente o Ministério Público, a Prefeitura e o Estado ainda não sacaram o grande trabalho feito pela Associação Cultural do Beco.

Sobre a casa que você alugou pra estender a Cachaçaria Philipéia...

Há pouco tempo, a Cachaçaria Philipéia abriu uma filial na Duque de Caxias. É um velho casarão. Meu objetivo é transformar o velho casarão num ponto de cultura. O que ocorre é a oferta de shows de bandas regionais aqui da Paraíba. Na verdade, o casarão está se tornando um espaço alternativo. Nós já tivemos várias apresentações das bandas regionais aqui da Paraíba que estão mesclando nossas raízes e tá dando um bom resultado. Por exemplo, vou citar algumas dessas bandas que não tem espaço na grande mídia: Seu Pereira e o Coletivo 401, Escurinho, Chico Correa, Burgo, Ubella Preta... enfim. Temos um bocado de músicos bons que já vem se apresentando no casarão da Cachaçaria Philipeia.

Os outros eventos que acontecem no centro histórico como as grandes festas: Festa das Neves, São João, carnaval, réveillon, etc... Como eles afetam a Praça Rio Branco e o beco?

Esses eventos que você citou, a Prefeitura devia dar prioridade aos artistas locais, aos artistas aqui da terrinha. Em muitos desses eventos ainda se dá primazia a talentos medíocres do eixo Rio-São Paulo. Nós temos aqui o Dida Fialho, Pedro Osmar, Cátia de França, Zé Ramalho, Elba Ramalho, Campina Grande tá cheia de músicos bons, artistas já consagrados, mas infelizmente nesses grandes eventos, Festa das Neves, “Extremo Cultural”, entre outros, o que prevalece são bandas medíocres do eixo Rio-São Paulo. O que há de importante é que há resistência por parte de pequenos empresários, pessoas que estão na vanguarda e que querem cultura, querem fomentar e incentivar a cultura, querem fazer acontecer aqui no centro histórico. Querem, em última instância, povoar o centro histórico de João Pessoa. Querem povoar com gente e com manifestações artísticas e culturais, mas estão encontrando uma grande barreira.

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Milton Dornellas

Realizada no dia 08/04/14

Sobre o “Sabadinho Bom”, gostaria de saber como ele foi criado e qual foi sua participação dentro dessa criação.

Bom, a ideia... Nós já tínhamos muitas ações em vários bairros com o projeto “Circuito Cultural das Praças” e nós tínhamos também ocupando os bairros projetos de oficinas culturais. Duas ações: de manifestação artística, espetáculos, e o outro era de formação. Então nós chegamos a ocupar 20 praças e alguns espaços adaptados. A maioria tinha anfiteatros, essas praças que são padronizadas dos bairros, e algumas praças a gente fazia adaptações como no Varadouro, Praça Anthenor Navarro, a Feirinha de Tambaú, por aí vai... Jaguaribe. Então, nesse período estava sendo revitalizada a Praça Rio Branco.

Você consegue localizar o ano?

Eu não me lembro... O Sabadinho Bom começou em 2010, 2011, uma coisa assim, então a praça deve ter sido revitalizada ou em 2009 ou 2010, por aí. Assim, a conclusão da obra. E nós queríamos também, a gente pensava em fazer um corredor cultural que era ocupar desde lá do beco da universidade, da faculdade de direito, ali onde funciona o Anjo Azul, perto da Assembleia Legislativa, a galeria Augusto dos Anjos, onde tem a Livraria do Luiz, o Ponto de Cem Réis, a Praça Rio Branco, o beco da Cachaçaria, a Casa da Pólvora, descendo a ladeira ali, Atelier do Nai, e desembocando lá embaixo na Anthenor Navarro. Esse era o circuito que a gente estava querendo implementar. Nós conseguimos... Sim, aí quando foi revitalizada a praça, isso pra chegar no Sabadinho Bom... Nós ficávamos imaginando o que poderia acontecer, que tipo de atividade pudesse dar uma mexida no centro, porque a praça estava bonita e tal. Nós já tínhamos tido experiências anteriores de alguns projetos na hora de almoço, que era pra pegar os trabalhadores que descansam ali na hora do almoço, poderia ter uma atividade, fizemos algumas, mas não era bem aquilo que a gente queria. A gente queria uma coisa mais consistente. Então pensamos que linguagem seria bacana pra ali. Isso você vai

discutindo com a equipe, né, aí chegamos a concluir que poderia ser no sábado e havia uma discussão interna de que deveria ser pra todas as linguagens. E eu consegui argumentar achando que o choro poderia ser uma linguagem forte que unificaria as pessoas, juntaria as pessoas, e que o horário de meio dia seria um horário adequado por conta de ser no sábado, o comércio ainda funcionava, esse horário você poderia pegar também os trabalhadores do comércio, teriam um lazer gratuito depois do trabalho, teria as pessoas que frequentavam o comércio, fazer suas compras no final de semana, e aí nós começamos a partir daí. E a ideia era fazer uma mistura com atrações locais, regionais e de destaque nacional.

Você sabe dizer se existe um projeto propriamente dito, “físico”, escrito...?

Não, não, nós tínhamos a concepção, o conceito dele, né, de uma forma genérica, e tínhamos também a ideia do conteúdo que nós queríamos. Então a partir desse conteúdo... E a gente sabia também que tipo de estrutura queríamos. Porque a gente ficava ali de vários horários, a gente ficava ali na hora do almoço, então a gente via horário de sombra, ficava fim de tarde, aí ficava sacando o movimento, enfim. Ele foi pensado em vários momentos ali. E aí nós fizemos, começamos a colocar as atrações e começar a melhorar a estrutura... E aí foi pegando. O que antes era uma frequência de passantes, a pessoa que estava no comércio ficava curiosa, parava, via, tal... Eventualmente tinha alguém que vinha a partir da divulgação mesmo, mas aí foi pegando porque aí o ambiente era agradável, a música era agradável, a gente conseguia colocar uma coisa mais bacana, tinha horário pra começar e terminar. Eu fazia questão disso, começava meio dia, duas horas terminava... Era um projeto que não era pra se estender, era um projeto pra você ouvir boa música, encontrar amigos, tomar uma cerveja, um refrigerante quem quisesse, mas não era farra. E aí eu acho que até aonde eu acompanhei deu certo.

Em termos de orçamento, o que isso significou pra FUNJOPE... Você consegue dimensionar?

Consigo. Nós pagávamos em média pra uma atração local 2 mil reais de cachê, então 6 mil por mês pra atração local. Pra atração de destaque nacional nós pagávamos 5 mil reais mais as passagens e hospedagem, isso era cachê. Então você tinha em média de cachê 11 mil reais. O som nós pagávamos algo em torno de 600 reais, não tenho certeza... No site, no portal do tribunal de contas, você encontra isso. Era uma média de 600 reais também. Então você tinha 2 mil e 400 com 11... 13 mil e 400, né?! Aí você tinha o palco, que aí era... Vamos botar caro, era entre 500 reais, depois aumentou um pouquinho.

No começo não tinha o palco mesmo...

Era só o tablado. Aí depois que a gente botou uma tenda... Mas se você for botar aquela estrutura maiorzinha, digamos que fosse mil reais, nem era, mas vamos botar mil reais pra fechar... 4 mil. Então dá, 17.400. Geralmente eram passagens aéreas por mês, que era a média de 5, se você na época botasse a mil reais a passagem, 5 mil. Ou seja, 22.400. Aí tinha o camarim, vou botar 26. Aí tinha o hotel, que aí eram 4, 5 hospedagens por mês. Na faixa de, sei lá, vão botar caro, 300 reais. 1.500 por mês. Vamos botar 2 mil, pra você ficar com uma gordurinha aí. Então dá 30, não, 27. E tinha o translado, vamos botar por mês... Uns 30 mil.

Eu me lembro que na época que começou tinha uma ideia de ser um projeto sazonal, que duraria somente durante o verão e depois não haveria mais...

Inicialmente ele foi pensado pra durar de setembro à fevereiro.

E tinha um motivo claro pra isso?

Tinha. Além de todas as atividades que nós tínhamos, fevereiro e março começava a chuva. Então era um investimento que não valia a pena, você investir, ter chuva e não ter como abrigar as pessoas. Só que ficou tão bom que aí as pessoas se rebelaram. Não pode, tem que ser direto. Aí fizeram um abaixo-assinado, eu assinei também, só que aí eu me comprometi com eles, publicamente inclusive, e isso tá documentado. Tem uma gravação do “Sabadinho Bom”, um documentário que não chegou a ser publicado, foi logo quando eu saí. Eu falei: então a gente faz o seguinte, vai até quando vocês estiverem aqui. O dia que chover, vocês não estiverem aqui, eu suspendo. Pronto, e aí foi. A partir desse dia, foram todos os sábados. A partir de uma reivindicação dos frequentadores.

Sobre o “beco”, o famoso “beco cultural”. Depois de um tempo do projeto ele foi incorporado oficialmente, com o palco no final da rua, com uma estrutura da prefeitura, garantindo que aquela atividade acontecesse ali paralelamente ao “Sabadinho Bom”. E aí pros frequentadores as duas coisas passaram a ser uma coisa só. Como se fosse continuidade uma da outra... Você participou desse momento?

Isso fazia parte daquele corredor cultural que eu falei anteriormente. Então já havia uma manifestação espontânea ali na Cachaçaria. Que ainda era tímida, mas já havia. Frequentadores da Cachaçaria, eventualmente alguém pegava um instrumento, já tinha lá... E aí nós conversamos. De que forma nós poderíamos tornar o negócio mais arrojado. A partir dessa conversa, aí a própria Cachaçaria disse: a cultura popular aqui seria uma boa atração. Então nós fizemos o palco da cultura popular. No início era só cultura popular, então nós montamos a estrutura, aí pronto, aí passou a fazer parte também do nosso orçamento. Palquinho, som, cachê. E aí nós padronizamos, fizemos um portal, fizemos um banner pro corredor cultural. E depois disso aí vem o pessoal do bloco “Vai Tomar no Centro”, que vem com a proposta de uma atividade e a gente consegue desdobrar, a gente provoca também, vamos ampliar isso... Eles começam com uma atividade na Casa da Pólvora, que aí era nos domingos. Porque a ideia do corredor cultural era um dia da semana uma atividade num lugar. Por exemplo, sábado tinha aqui, domingo tinha na Casa da Pólvora, sexta-feira era uma outra coisa, era pra cada dia da semana...

E você sabe em que pé tá essa proposta atualmente?

Eu não sei, eu não tô mais lá... Não tenho acompanhado.

Mas pela sua vivência na cidade, como cidadão...

Na verdade eu fui ainda algumas vezes no “Sabadinho Bom”, por várias razões... Eu tenho uma ligação afetiva, eu gosto da ideia do choro, da linguagem, só que, enquanto cidadão, eu acho que desvirtuaram, porque aí vira uma coisa extensiva... Aí tem o samba, tem o choro e tem o samba... Virou um grande pagode, pagode no sentido assim de ser uma festa que aí começa onze horas da manhã e termina sei lá que horas da tarde. Que põe em risco muita

coisa... Mas assim, isso eu tenho muito cuidado de falar, gostaria que você considerasse, pra não parecer mágoa. Não é por aí... Mas eu acho que é a vez deles lá. Na verdade quem é uma boa referência pra você são os próprios frequentadores, conversar com eles, os comerciantes, aí você teria um perfil mais honesto.

Gostaria de saber da sua visão enquanto gestor da importância dos eventos culturais na chamada revitalização do centro histórico...

Um dos grandes problemas de todos os prefeitos são os recursos. Não adianta você ter uma grande ideia se você não tem o recurso. Você pode ter ideias criativas que podem obter bons resultados, pode fortalecer as parcerias, pode envolver bastante as comunidades, mas o recurso é necessário. Eu acho que nós conseguimos um grande avanço na questão do fomento à cultura, às linguagens aqui na cidade, algumas deixando a desejar, por exemplo, o audiovisual, acho que tem que ter perna pra investir no audiovisual. Eu acho que nós fomos um pouco relapsos com a literatura e com as artes visuais. Eu acho que essas três linguagens basicamente nós poderíamos pegar com uma maior atenção, dirigir melhor os recursos ou buscar outra coisa. Mas, no tocante aos investimentos... E a formação, a formação é fundamental, porque o resultado disso, contribui não só para o aprendizado técnico, a habilidade manual ou intelectual, mas o entorno, o que gera isso, você reunir pessoas pra conversar sobre um tema qualquer, isso vai ter um desdobramento, então assim, a socialização, o respeito entre as pessoas, o despertar político, político no sentido mais amplo da palavra, não é o político partidário... Compreender de que forma que o Estado, até onde o Estado tem obrigação com você e até onde você tem o compromisso de cobrar ou fazer pelo Estado. O Estado nas instâncias todas. Então eu acho que nós conseguimos fazer uma movimentação de recursos muito grande pra história da cidade... Pra você ter uma ideia, em 2004, foi a última gestão antes de assumirmos, o investimento anual em 2004 foi algo na casa de 800 mil reais, enquanto folha de pagamento, ação cultural, fomento e pessoal. Quando nós assumimos, o fomento estava em dívida, os recursos pro fundo de cultura não tinham sido todos pagos. O mais grave: tinha muitas pendências de prestação de contas que precisou ser resolvido, até normalizar a situação, isso foi feito. Acredito que a pendência de pagamento era menor do que a inadimplência dos proponentes. Nós organizamos isso. Nós saímos, quando nós saímos em 2012, nós chegamos ao patamar de, eu acho que entre 11 e 15 milhões no ano. Nós conseguimos avançar muito. Isso você mexe com a cadeia produtiva da cultura, o comércio ele se beneficiou disso, os músicos se beneficiaram, os artistas, as prestações de serviço tipo estúdio, técnicos, também faturaram em cima disso... Se você for numa loja dessa de componentes eletroeletrônicos, você vai ver que nesse período teve uma melhora também... Enfim. Se você considerar que você investiu, sei lá, 11, 12 milhões num ano e os outros você faz uma média, você investiu, sei lá, 8 milhões por ano... Então você investiu durante 8 anos 64 milhões de reais. Mesmo que você tenha uma média mais abaixo. O “Circuito Cultural das Praças”, que funcionou para todas as linguagens, o último edital que nós fizemos nós conseguimos colocar nas praças 268, escolhidos em edital, mais as manifestações espontâneas que tinham nos bairros, que queriam se apresentar e que não tinham como ser contratados por uma questão de legislação, documentação, essas coisas... Nós chegamos ao patamar de 400 atrações no último edital de “Circuito Cultural das Praças” e depois não teve mais. Não teve mais nenhuma edição. Então é um volume muito grande de

gente, de dinheiro... Cada grupo desse recebia 2 mil reais. É pouco, mas você tinha muita gente pra atender. Se você pegar a realidade do mercado de arte da cidade, você vai ver que, por exemplo, um músico, ele chegava pra tocar com a gente ele ganhava 2 mil reais, ele terminava, reclamava, saía, ia tocar no bar e ganhava 100 reais no bar... É uma diferença muito grande e você vê isso no impacto que teve, quando você se distancia, a oportunidade que as pessoas tiveram, a maioria, de amadurecer seus trabalhos, é um grande laboratório. O Estado não é mercado. O Estado te oferece alguma condição pra dar visibilidade pro que você faz. É isso. A questão das oficinas... Eu estou falando isso pra você ter uma dimensão do quantitativo e da diversidade. As oficinas nós começamos com... Não me lembro de exatamente... 6 oficinas. Nós terminamos com 100, no edital oficial. Compramos material que você ia de fotografia e caixa de fósforo à rádio web. Trabalho continuado de vários meses em cada comunidade dessa. Nós atendíamos 30 e poucos bairros. Bacana isso.

Acaba tendo problema de continuidade à medida que muda a gestão, mudam as pessoas, muda a concepção política...

Eu posso fazer uma avaliação crítica disso aí, onde nós pagamos. O volume de trabalho era muito grande e tinha hora que a gente não conseguia pensar muito... porque a equipe era pequena e era todo mundo muito envolvido... Então, algumas coisas nós deveríamos ter amarrado. E nós conseguimos amarrar algumas coisas. Nós criamos o conselho de cultura. Nós fomentamos a ação do fórum, ajudamos a fortalecer os fóruns que já existiam. Pra gente dar legitimidade aos representantes do fórum, nós provocamos esses fóruns em reuniões pra que eles elegessem os seus indicados pra ocupar o conselho municipal de cultura. Nós conseguimos fazer parceria com o ministério pra criação de mais pontos de cultura. Na época a gente conseguiu um convênio na ordem de 3 milhões e 600. Sendo que a prefeitura dava 400 mil e o governo federal 800 mil. Deixamos isso pronto. Nós criamos a Sala FUNJOPE, equipamos toda a Sala FUNJOPE que era pra ser uma sala multiuso, não sei como é que tá hoje... Nós tínhamos o “Cine Volante” que era cinema itinerante nos bairros, associações.

Os grandes eventos que são promovidos pelo poder público... As grandes festas promovidas pelo poder público. Como você vê isso em relação ao centro histórico? E gostaria de te provocar sobre como você vê a desproporcionalidade que existe entre os investimentos nesses grandes eventos e as pequenas ações culturais...

Voltando um pouquinho atrás, fazendo a autocrítica. Eu acho que nós poderíamos ter criado, tornado um projeto de lei, por exemplo, o “Sabadinho Bom”. Deveria ser um projeto de lei, pra que ele se mantivesse independente dos governos. O Circuito Cultural das Praças era pra ser um projeto de lei, assim como tem o “Salão de Artes Plásticas”. Eu acho que alguns marcos regulatórios nós pecamos por não encaminhar. Nós fizemos uma política de governo e não fizemos uma política de Estado. Isso foi uma falha terrível. Voltando agora à essa sua pergunta dos grandes eventos... Eu acho que eles podem ser mais equilibrados. Agora, tem um argumento que deve ser considerado. A maioria da população não tem, por condição financeira, acesso a algumas informações artísticas. No caso dos espetáculos, se você pega um show como da Maria Bethânia... A última vez que ela veio aqui num ambiente fechado, eu acho que o ingresso foi 180 reais, alguma coisa assim... A média de ingresso dela é 200 reais. Você proporcionar isso de graça pra pessoa... Se você põe 100 mil pessoas sai um

investimento do dinheiro público de 2 reais por pessoa. É muito pouco. E você ainda dá oportunidade de pessoa assistir aquilo ali, que ela não teria condições de ver de outra forma, você gera renda porque tem todo o comércio no entorno... Tem uma série de fatores que são importantes de serem observados. Obviamente, essa diferença desses investimentos é porque tem uma tal de uma lei de mercado... Lei não, uma lógica perversa de mercado que diz que fulano custa tanto e cicrano custa tanto, o que é terrível, mas isso existe. Então, esse reconhecimento notório é o que faz com que essas pessoas explorem, o que é um absurdo o que eles cobram. Já negocieei muito, muitos valores pra baixo, porque eram coisas que eles pediam que era absurdo, não tinha como. Mesmo assim a gente ainda conseguiu uma façanha de pagar, praticar valores aqui inferiores ao que muitas praças pagam.

E o Projeto Som das Seis, no Ponto de Cem Réis...?

Foi criação do Chico César.

Era um projeto de grande porte, porque trazia grandes atrações...

Agora, valores baixos... Você tinha grandes nomes com valores baixos... Primeiro que a gente trazia uma oportunidade das pessoas conhecerem o que estava aparecendo em algum circuito ou que estava transitando num circuito diferenciado. Era bacana também. Tanto que não eram shows de massa, não era Los Hermanos, não era Frejat, Lulu Santos... Se você for pensar, por exemplo, as coisas mais importantes que tem reconhecimento na música popular brasileira nós trouxemos. Não conseguimos trazer o Chico Buarque e o Roberto Carlos. Nem a Gal Costa. Mas o resto a gente trouxe. Por exemplo, no Som das Seis a gente abriu com o Paulinho da Viola. Então, assim, essa preocupação de ter uma programação que justifique investimento. Pra que a população tenha acesso gratuitamente à ela. A gente nunca abriu mão, nunca fez concessão pra porcaria, no sentido pejorativo mesmo da palavra, deturpação do que é arte, deturpação do tratamento do ser humano, nos seus textos, nas suas manifestações... E isso nós tivemos uma queda de braço interna dentro da própria gestão, porque a gestão muitas vezes ela quer números... E você consegue números com boas atrações. Aqueles shows na praia mesmo, você tinha multidão lá assistindo. Isso justificava. Música instrumental, que é uma linguagem difícil, a gente conseguiu emplacar com o chorinho, que é uma música mais popular, apesar de ser instrumental... Mas a “Música do Mundo”, que também na nossa gestão foi a última edição, nós reunimos uma multidão que sentava na areia pra ver e ouvir música instrumental. O último que nós fizemos era Hermeto Pascoal, Toninho Horta, Naná Vasconcelos, gente muito bacana de referência mundial, não era só nacional. E a preço baixíssimo. Eu acho que esse investimento se justifica.

Qual a sua opinião em relação a retirar esses eventos de grande porte no centro histórico?

Eu acho que não comporta. Eu acho que a programação ela tem que ser pensada, uma programação de qualidade, agora, você sabendo que o público que você vai levar é um público que o espaço comporta. Isso por uma série de questões, questão de segurança, questão de conforto, uma série de coisas... Então realmente se você colocar eventos de massa nesse espaço, não comporta mais. Na nossa gestão nós tivemos duas experiências que foram dramáticas. Uma foi a Pitty e a outra foi os Paralamas do Sucesso. Esses dois nós tivemos dor de cabeça. Dor de cabeça grande, porque era gente demais, demais. E evento de rua é uma

atividade, assim, é tenso do início ao fim, porque você não tem domínio sobre aquela multidão.

E precisa de uma articulação boa entre as diversas secretarias...

Sim, mas mesmo assim. Por exemplo, você pode ter um evento bem pensado, bem preparado, com as diversas secretarias fazendo seu papel, só que aonde tem uma multidão, se você provocá-la de forma negativa, pode ter uma explosão. E não há contingente policial que dê jeito nisso, até porque seria uma tragédia muito maior. Não é nem recomendável isso. Eu acho que todo trabalho tem que ser no sentido preventivo, educativo, e você dar as condições pra que aquilo ocorra da forma mais tranquila possível. É um exercício grande. Eu aconselho a quem gosta do tema, se tiver oportunidade de fazer parte de gestão pública, pra entender esse processo, esse mecanismo, desde a legislação até as relações políticas, os interesses econômicos, as pressões partidárias, as carteiradas de legislativos, as amantes e os amantes dos respectivos... Você entende tudo. É uma floresta, é uma fauna e flora espetacular. É uma experiência que vale a pena.

ANEXO

Ilustração utilizada na capa deste trabalho cedida gentilmente por Shiko.
Mais em <<https://www.flickr.com/photos/derbyblue/>>.

